



SIMONE ELOY AMADO

**O ensino superior  
para os povos indígenas  
de Mato Grosso do Sul:  
desafios, superação e  
profissionalização**

 **mórula**  
EDITORIAL

**LACED**  
  
LABORATÓRIO DE PESQUISAS  
EM ETNICIDADE, CULTURA  
E DESENVOLVIMENTO

**O ensino superior  
para os povos indígenas  
de Mato Grosso do Sul:  
desafios, superação e  
profissionalização**

SIMONE ELOY AMADO



REALIZAÇÃO:



APOIO:



FORDFOUNDATION



FAPERJ



CNPq

**LACED | LABORATÓRIO DE PESQUISAS EM ETNICIDADE,  
CULTURA E DESENVOLVIMENTO**

SETOR DE ETNOLOGIA E ETNOGRAFIA

Departamento de Antropologia | Museu Nacional

Quinta da Boa Vista, s/n

São Cristóvão — Rio de Janeiro — RJ

CEP: 20940-040

EMAIL: [laced@mn.ufrj.br](mailto:laced@mn.ufrj.br)

SITE: <http://www.laced.etc.br>

CONSELHO EDITORIAL

Ana Lole, Eduardo Granja Coutinho, José Paulo Netto,  
Lia Rocha, Mauro Iasi, Márcia Leite e Virginia Fontes

REVISÃO

Natalia von Korsch

FOTO (CAPA)

Alunos Indígenas da UEMS/Divulgação



ESTA OBRA ESTÁ LICENCIADA COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS  
ATRIBUIÇÃO 4.0 INTERNACIONAL

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ  
Elaborado por Meri Gleice Rodrigues de Souza – CRB 7/6439

---

A494e

Amado, Simone Eloy

Ensino superior para os povos indígenas de Mato Grosso do Sul [recurso eletrônico]: desafios, superação e profissionalização / Simone Eloy Amado. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Mórula, 2022.

recurso digital ; 8 MB

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81315-22-1 (recurso eletrônico)

1. Indígenas da América do Sul – Educação (Superior) – Mato Grosso do Sul. 2. Livros eletrônicos. I. Título.

22-79672

CDD: 371.829808172

CDU: 378(=87)(817.1)

---

O presente livro foi integralmente pago, em sua preparação editorial, com recursos doados pela Fundação Ford ao Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento/ Laced (Setor de Etnologia e Etnografia/Departamento de Antropologia/Museu Nacional — Universidade Federal do Rio de Janeiro) para desenvolvimento do projeto “Efeitos Sociais das Políticas Públicas sobre os Povos Indígenas — Brasil, 2003-2018: Desenvolvimentismo, participação social, desconstrução de direitos, e violência” (Doação n. 0150-1310-0), sob a coordenação de Antonio Carlos de Souza Lima e de Bruno Pacheco de Oliveira. Contou ainda com recursos do projeto “A antropologia e as práticas de poder no Brasil: Formação de Estado, políticas de governo, instituições e saberes científicos” (Bolsa Cientistas do Nosso Estado Processo Faperj no Proc. E-26/202.65 2/2019) concedidos sob a responsabilidade de Antonio Carlos de Souza Lima.

---

## DEDICATÓRIA

Em especial, ao meu eterno vô Celestino Eloy, *in memoriam*, meu companheiro de longas conversas sobre a história de nosso povo e política, ensinamentos fundamentais e que me fazem feliz hoje.

Em memória de meu tio Salustiano Eloy, que sempre acreditou que eu pudesse chegar onde estou hoje, mesmo com todas as dificuldades existentes dentro da aldeia para se ter acesso aos estudos, e sempre torceu e incentivou para que eu viesse a estudar e ajudar minha família e as lideranças.

Em memória do Professor Dr. Antônio Brand, que sempre nos apoiou no que estivesse a seu alcance para que pudéssemos trilhar os caminhos com nossas próprias pernas. Ele lutou para que tivéssemos autonomia em busca do nosso bem viver.

À minha mãe querida que amo e venero todos os dias, por toda a superação e os esforços que fez para que eu e meus irmãos concluíssemos o ensino, estando sempre ao nosso lado para nos orientar e não nos deixar desistir nos momentos difíceis.

Ao meu pequeno e compreensivo Pedrinho que, mesmo sem entender ao certo o fato de eu estar distante, sempre se mostrou paciente quando eu dizia que precisava ir novamente para longe, mas voltaria, e com um sorriso no rostinho respondia: “Vai, mamãe”.

A minha pequena princesa Luna Mayara, que veio e trouxe tantas alegrias à nossa família.

Às mulheres indígenas, que, juntas, estamos construindo as nossas histórias e deixando nosso legado aos povos indígenas.

Ao meu Grande Povo Terena, que, apesar de todas as perseguições, tem conseguido se manter firme.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Itukó'oviti pela inteligência e pela sabedoria, por segurar minhas mãos na caminhada entre o “céu” e a “terra”.

Ao meu orientador, Professor Dr. Antonio Carlos Souza Lima, por toda paciência, sabedoria, confiança e contribuição fundamental no acompanhamento deste trabalho, desde a minha chegada ao Museu Nacional, iniciando os primeiros passos para a minha formação acadêmica, até o momento da defesa da dissertação de mestrado que originou este livro, os meus sinceros agradecimentos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de estudos de mestrado, fator determinante para a realização do curso com fôlego e maior aprimoramento.

Aos professores do museu João Pacheco de Oliveira e Edmundo Marcelo Mendes Pereira, com quem aprendi bastante e por terem aceitado fazer parte da banca.

Às professoras Mariana Paladino e Maria Macedo Barroso, por terem aceitado fazer parte da banca.

À minha mãezinha querida, que sempre lutou para eu estar aonde cheguei, mesmo que isso resultasse em mais gastos e menos ganhos imediatos.

Ao meu companheiro de caminhadas, por ser um superpai, que, juntamente com Dona Juliana, cuida com dedicação do meu filhote, Pedrinho, nos momentos das minhas ausências.

Ao meu irmão, lindo e guerreiro, Luiz Henrique Eloy Amado, que sempre me apoiou em minhas decisões, incentivando-me a nunca desistir dos meus ideais, mesmo com todos os obstáculos e dificuldades que a vida impõe.

Às minhas irmãs Glauce Eloy e Val Eloy, à minha sobrinha Gabi, aos meus sobrinhos Jair Junior e Gabriel, aos avôs Julieta e Celestino, ao Tio Cecílio e à Zefa, que sempre torceram por meu sucesso.

Em especial, ao meu eterno tio Salú Eloy, *in memoriam*, que sempre me aconselhou e torceu para que eu concluísse meus estudos, mesmo sem saber aonde eu chegaria.

Ao amigo Diego F. Jordão, que conheci durante minha pesquisa de campo em Mato Grosso do Sul, que me proporcionou momentos de descontração quando batia a incerteza em relação à escrita do livro e pelas boas risadas.

Aos patrícios da Retomada Esperança, com que tive o privilégio de conviver durante o ano de 2015, e me encorajaram a continuar lutando por meus propósitos.

Aos profissionais indígenas que, de modo corajoso e sincero, responderam às minhas indagações no período de coleta de dados, colocando de forma bastante honesta suas vozes nesta pesquisa.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, torceram para que esse trabalho se concretizasse, saibam que se trata de um trabalho coletivo.

Aínapo Yákoe! (Obrigada!)

*Tiraram a vida de uma de nossas  
lideranças, mas nós, mulheres, temos  
o poder de gerar outras vidas.*

**MARTA GUARANI, 1998**



## SUMÁRIO

- 10     **INTRODUÇÃO**
- 26     **CAPÍTULO 1** | Breve histórico dos povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul
- 52     **CAPÍTULO 2** | O indígena na academia: desafios e superação
- 93     **CAPÍTULO 3** | Egressos Indígenas: suas trajetórias e a contribuição para o Movimento dos Povos Indígenas de MS
- 128    **CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 132    **REFERÊNCIAS**
- 137    **ANEXO I** | Modelo de questionário de pesquisa utilizado para as entrevistas com os estudantes indígenas universitários
- 141    **ANEXO 2** | Relatório Final do II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas

## INTRODUÇÃO

Venho de uma família indígena do povo Terena, humilde, mas com valores intrínsecos de muita grandeza, valores estes que não nos deixaram faltar dignidade, caráter, humildade e respeito, mesmo (e especialmente nesses momentos) diante de todas as dificuldades e adversidades impostas pelas circunstâncias da vida indígena em Mato Grosso do Sul. Pertencço à Terra Indígena Taunay/Ipegue, localizada no município de Aquidauana. Minha avó materna pertence ao povo Terena e meu avô ao povo Kinikinau.

Meus avôs sempre trabalharam em fazendas para sustentar os onze filhos, até que decidiram voltar à Aldeia Ipegue para que minha mãe e meus tios pudessem estudar. Minha mãe estudou até a 4ª série, pois, na época, a escola não ia, além disso. Aos 16 anos, ela conheceu meu pai, pertencente ao povo Terena da Aldeia Colônia Nova, na mesma terra indígena. Ele sempre trabalhou fora da aldeia. Quando se conheceram, meu pai trabalhava na Empresa Ferroviária. Ao completar 17 anos, meus avós maternos liberaram minha mãe para o casamento, que se realizou no mesmo ano. Logo em seguida, eles se mudaram para Campo Grande (MS) devido ao trabalho de meu pai, que, com muita dedicação e esforço, sempre se empenhou para dar o melhor para minha mãe. Ela, uma trabalhadora da qual tenho orgulho de ser filha, viabilizou as condições para que eu pudesse estudar até os dias atuais, graças à educação que me proporcionou. É um exemplo de mulher, que soube conduzir sua vida e sua família, norteando-as com o firme propósito de trabalhar muito para vencer os obstáculos. Não fraquejava diante dos problemas. Pessoa dinâmica, não deixava nada para depois.

Deste enlace matrimonial, nascemos eu e meus três irmãos: Val, Glauce e Luiz. Infelizmente, o casamento de minha mãe terminou quando ainda éramos pequenos. Após a separação, ela resolveu trabalhar e não tinha quem cuidasse dos filhos, então decidi deixar-nos com meus avós maternos, pois tinha plena consciência de que na aldeia estaríamos seguros e livres dos perigos da cidade grande. Logo após a separação, perdemos o contato com nosso pai, que veio a se casar novamente. Dessa união, teve cinco filhos. Não tivemos uma ligação forte com a nossa família paterna. Somente nos dias de hoje procuramos nos aproximar do meu avô paterno, que reside na Aldeia Colônia Nova, da qual foi cacique por muitos anos. Hoje, já com idade avançada, não atua mais como liderança, mas o cargo tem sido passado de geração em geração em minha família paterna.

E, assim, passaríamos toda a infância e a adolescência estudando e nos envolvendo com as atividades realizadas na aldeia. Recordo-me de que não tinha luz nem água encanada por ali, tudo era novo para mim. Como em toda família tradicional Terena, as mulheres sempre ficam em casa para cuidar dos deveres do lar, dos filhos e do marido. No entanto, no momento em que meus pais se separaram toda essa tradição foi quebrada. A separação era estranha até para a família da minha mãe, que, embora a estranheza, nunca negou apoio e sempre esteve com as mãos estendidas para ajudá-la. Ela se viu obrigada a voltar a Campo Grande para trabalhar e acabou por morar no emprego, onde prestava serviços domésticos, pois somente com a pensão que meu pai pagava não daria para alimentar a mim e a meus irmãos. Meus avós não possuíam renda e viviam somente da roça. Embora muita criança, tivemos que reaprender a viver de outro modo, e a vida se incumbiria de nos ensinar os deveres de casa. Por outro lado, era bom estar na aldeia junto com nossos avós, tios, tias e primos. Éramos livres, podíamos andar passear, diferentemente dos centros urbanos,

onde não podíamos ir além do portão. A casa da minha avó era bem humilde, de barro e sapé. Quando mudamos para lá, minha mãe construiu um anexo: era o nosso quarto.

Na casa da minha avó moravam cinco pessoas: dois tios, uma tia, minha avó e meu avô. Tio Salú e meu avô, Celestino, sempre fizeram parte da liderança do Cacique Mauro Paz e estiveram envolvidos na política interna da aldeia. Foi assim que crescemos, ouvindo as necessidades dos patrícios, e meu tio sempre nos aconselhando a estudar, pois havia muitas coisas que somente os homens brancos entendiam e, por falta de vontade, não ajudavam nosso povo. Ele acreditava que com pessoas graduadas na aldeia, as coisas mudariam. Sempre o ouvia dizendo: “Estude meninas! Hoje as coisas estão mais fáceis, só não estudei porque a situação era precária e não tinha escola na aldeia. Nem precisa ter material bonito; quando estudava, minha mochila era saco de arroz. Hoje vocês ganham materiais!”. E, assim, crescemos num lar sem muitas condições financeiras, mas com conselhos que foram essenciais e decisivos em nossas vidas.

Eu estava na 5ª série do Ensino Fundamental, quando achei que era uma necessidade, e fui para a cidade trabalhar com minha mãe. Meus avós não queriam deixar, pois eu tinha apenas 13 anos e, por ser filha do meio, eles julgavam que eu não iria dar conta. Mas eu já não aguentava mais ver minha mãe trabalhando para sustentar a mim e aos meus irmãos. Além de comprar alimentos, tinha que nos vestir e calçar, e muitas vezes o dinheiro não dava; quando comprava para um não podia comprar para o outro. Foi então que pedi para ir com ela a Campo Grande para trabalhar e desisti de meus estudos, deixando meus irmãos na aldeia. Comecei a trabalhar em uma casa de família onde morava e cuidava de três crianças. Quando recebia, ia com minha mãe até a aldeia levar algumas coisas para meus irmãos, que continuavam estudando por lá. Aos poucos, minha mãe foi trazendo-os para a cidade; o último foi Luiz, que morou com ela no serviço.

Em 1999, cansada dessa separação dos filhos, e tendo em vista que eu e minhas irmãs estávamos morando no emprego, minha mãe conseguiu dar entrada em um terreno — no qual temos casa atualmente. Com a ajuda de meu tio Ezequiel (meu ex-padrasto), ela conseguiu levantar três peças onde moraríamos novamente todos juntos. Nesse ano, eu estava em Dourados, morando em uma casa de família na qual cuidava de uma menina. Por decisão dos patrões, que queriam que eu estudasse, concluí a 5ª e a 6ª séries. Por decisão de minha mãe, após ter construído a casa, voltei para Campo Grande, onde eu e minhas irmãs, já morando juntas, trabalhávamos e estudávamos. Em minha casa, o único que nunca trabalhou quando criança foi meu irmão Luiz. Minha mãe fez questão de deixá-lo exclusivamente em casa para que estudasse.

Reconstruir a vida na cidade não foi fácil, exigia esforço. Lembro que, às vezes, dormia cinco horas por noite, pois trabalhava durante o dia e só ia em casa para tomar um banho e voltar para a escola, pois estudava à noite. Muitas vezes pensei em desistir da escola, já que o dinheiro era fundamental para o sustento de nossa família, mas sempre me lembrava do conselho do tio Salú para que estudássemos. Até mudei de escola para tentar acompanhar minha irmã mais nova para que ela continuasse seus estudos. Infelizmente, ela acabou desistindo e não conseguiu concluí-los, pois tinha muita dificuldade em assimilar o conteúdo. Atualmente, ela é casada e tem dois filhos. Minha irmã mais velha, Val Eloy, sempre priorizou o trabalho devido às condições da minha família. Teve uma filha ainda muito nova e isso fez com que desistisse de seguir os estudos. Por militar desde 2012 no movimento de nosso povo e morar em Campo Grande, decidi lutar pelos direitos dos patrícios em contexto urbano, promovendo reuniões em nossa própria casa para discutir as demandas e fortalecer o grupo que vivia nas proximidades. Em uma delas, abatida por acompanhar a situação dos parentes que viviam de aluguel na cidade e ver um casal com um

filho ser despejado por falta de pagamento, resolveu promover a ocupação de uma área da Prefeitura de Campo Grande para poder alojar essa família. A decisão foi unânime. A ocupação foi feita de forma pacífica, enfrentando, porém, todas as dificuldades de construir um lar digno para morar. Após dois anos, a ocupação transformou-se na Aldeia Urbana Tumunémo Kalivonó (Futuro da Criança), e Val foi eleita cacique por aclamação, com todos realizando, conjuntamente, um trabalho em busca de melhoria e regularização do terreno. Val desistiu de seu maior sonho — se tornar psicóloga — para dedicar sua vida aos patrícios. Enquanto isso, eu seguia firme com meus objetivos, estudando no período noturno. Para que eu não desistisse, meu irmão também passou a estudar à noite, mas não se adaptou e voltou para o turno diurno. Eu continuei até concluir o Ensino Médio. Devido ao fato de ter interrompido meus estudos para trabalhar, só fui concluí-lo junto com Luiz, e pensei que não precisava mais estudar.

Em 2005, meu irmão falou do tal do vestibular. Nem sabia direito o que era. O que sabia é que queria ser advogada. Foi então que eu e Luiz fizemos nossas inscrições no vestibular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Recordo-me de que Luiz queria fazer Biologia, e eu, Direito. Eu implorei para que ele fizesse Direito, e minha mãe queria que eu fizesse Turismo. No fim, fizemos nossas inscrições para Direito. Passamos no vestibular e nos mudamos para Dourados, onde trabalhávamos e estudávamos. No primeiro semestre, Luiz conseguiu uma bolsa de 100% do Prouni e retornou a Campo Grande para estudar na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Eu permaneci em Dourados, conheci vários patrícios de diversas aldeias do estado, e ali fui participando mais ativamente de nossos movimento e articulações.

Foi assim que passei a entender tudo aquilo que ouvia na infância e, sobretudo, a necessidade que meus patrícios da aldeia enfatizavam de ter pessoas graduadas por ali, compreendendo a

verdadeira essência de estar estudando. Com o tempo vivido na universidade, o que para mim era sonho individual ia se tornando, também, coletivo, pois eu começava a perceber que as dificuldades que meus patrícios tinham eram também as minhas, bem como a falta de recursos para se manter na cidade grande sem que os pais pudessem ajudar.

Todo um novo encontro foi proporcionado pelo Programa Rede de Saberes — ou a Rede, ou a Rede de Saberes, como todos chamam o projeto —, que teve início em 2005, a partir do diálogo entre a UCDB e a UEMS, com a participação da equipe do projeto Trilhas de Conhecimentos — o Ensino Superior de Indígenas no Brasil, desenvolvido com recursos da Fundação Ford e gerenciado pelo LACED — Museu Nacional/UFRJ, sob a coordenação do professor Dr. Antonio Carlos de Souza Lima. A Rede de Saberes contou com um primeiro financiamento da Fundação Ford, a partir do projeto Trilhas de Conhecimentos, iniciando a efetiva execução de suas ações em 2006.

Ao formular o programa de apoio à permanência de estudantes indígenas nas Instituições de Ensino Superior (IES) de Mato Grosso do Sul, a equipe responsável pensou, desde o início, num trabalho em rede, inicialmente, de duas instituições acadêmicas, que, numa segunda etapa, incluiu outras duas IES: a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), somando um total de quatro instituições envolvidas diretamente no programa. A partir de 2008, foi elaborado um novo projeto para financiamento da Fundação Ford, que foi encerrado, após prorrogações, em novembro de 2011. Para este novo período (2012-2014), com renovação para 2015, o objetivo era dar continuidade às ações de apoio aos alunos indígenas em sua trajetória acadêmica nas universidades de todo o estado. O projeto ampliava o apoio ao fortalecimento da articulação entre os acadêmicos índios das diversas Instituições de Ensino Superior (IES) e

destas com suas comunidades, lideranças e organizações. Buscava, ainda, novas alternativas para os acadêmicos egressos, tendo em vista a sua inserção profissional no contexto regional.<sup>1</sup>

A partir de então se intensificou a minha vontade de ajudar meu povo e, já na graduação, ingressei nos movimentos sociais como representante dos acadêmicos da UEMS e do estado de Mato Grosso do Sul. Pude, assim, fortalecer-me para, junto com meus patrícios, construir minha história como militante na academia e, mais que isso, para atuar até os dias de hoje — um aprendizado de extrema valia e muito compensador.

Em 2012, após meu companheiro terminar sua graduação, nos mudamos para a Aldeia Cachoeirinha/Miranda. Ele acreditava que as coisas por lá seriam mais fáceis, pois seu tio Adilson era cacique. Foi por intermédio dele que tive a oportunidade de lecionar Direitos Indígenas na Escola Estadual Cacique Timóteo — por apenas seis meses, pois o que desejava, na verdade, era fazer um mestrado, mesmo com todos os obstáculos que sabia que iria enfrentar, e por não ser da cultura do meu povo uma mulher casada deixar filho e marido para se dedicar aos estudos.

Recordo-me de que fui muito criticada quando souberam que iria fazer o mestrado fora do estado, mas nada que me fizesse desistir, pois o desejo de alcançar meus sonhos era maior do que uma palavra de desânimo. O que me importava era a opinião de meu marido, que sempre concordou com minhas decisões e me apoiou em tudo que precisei, mesmo sabendo da distância.

No segundo semestre de 2012, recebi convite da professora Eva Maria Ferreira para trabalhar no Núcleo de Pesquisa das Populações Indígenas (NEPPI), ligado à UCDB, à qual sou grata pelo aprendizado

---

1. Disponível em: <http://nepi.org/rededesaberes/apresentacao.php>. Acesso em: 20/01/2016.



que me foi passado e pela experiência em trabalhar com os patrios de vários povos do estado. O ano em que trabalhei no NEPPI foi valioso para mim, pois conheci pessoas fundamentais para meu crescimento e tive a oportunidade de organizar encontros dos acadêmicos indígenas, tanto em nível estadual como nacional. O II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI), em 2014 (que será comentado mais adiante), foi de grande aprendizado também, pois foi organizado por nós, indígenas, para um público indígena. A incerteza sobre se teríamos os recursos do Ministério da Educação fazia com que ficássemos apreensivos, pois tratava-se de um evento grande que exigia recursos e dedicação. Tivemos de bater na porta dos vereadores, da prefeitura e de outros órgãos públicos, sem muito sucesso em nossos pedidos, o que nos causava mais preocupação. Finalmente, em maio de 2014, quatro meses antes do evento, chegou o recurso do MEC. Todos da comissão estavam ocupados com provas e trabalhos acadêmicos. Minha preocupação era a distância, por estar cumprindo as disciplinas do mestrado em Antropologia no Museu Nacional/UFRJ e não poder acompanhar o processo de perto. Porém, para minha sorte, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entrou em greve, e eu pude ir para Mato Grosso do Sul acompanhar de perto o evento, como organizadora.

Apesar de toda a burocracia existente nas universidades, as coisas caminhavam, e o II ENEI estava se concretizando. O êxito do evento tem tido continuidade até os dias atuais, fortalecendo os estudantes indígenas em sua busca por empoderamento na qualidade de movimento. Por onde o encontro passa, todos da academia têm se sensibilizado com a causa dos povos indígenas, mudando até mesmo o tratamento conferido aos acadêmicos indígenas, e ajudando os estudantes a conquistarem mais parcerias. Em 2015, foi a vez do ENEI na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no qual também integrei a comissão organizadora. Desta forma, estudantes, pesquisadores e pensadores indígenas vamos

caminhando em busca de reconhecimento e respeito de toda a sociedade brasileira.

No segundo semestre de 2014, fui convidada por Rita Potiguara a fazer parte da delegação composta por representantes de órgãos do governo federal — ministérios da Defesa, da Educação, da Justiça, das Relações Exteriores e da Saúde; Fundação Nacional do Índio (Funai); e secretarias Geral da Presidência e de Saúde Indígena — e lideranças indígenas participantes de conselhos, comissões e discussões temáticas (Francisca Navantino — CNPI; Tônico Benites — direitos humanos; William Lopes — saúde indígena) para participar da Conferência Mundial dos Povos Indígenas, realizada pela Organização das Nações Unidas, em Nova York, nos dias 22 e 23 de setembro daquele ano. Com o intuito de ampliar as contribuições a esse processo, foi realizada uma reunião interativa, nos dias 17 e 18 de julho de 2014, da qual participaram representantes de povos indígenas, órgãos da ONU, universidades, organizações não governamentais, parlamentares, e sociedade civil em geral.<sup>2</sup>

Em 2015, fui indicada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) para representá-la na Comissão Consultiva da Sociedade Civil sobre a Política de Reserva de Vagas nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), instituída pela Portaria MEC nº 804, de 28 de agosto de 2013, com o objetivo de contribuir para a implementação da Lei nº 12.711, de 2012, e elaborar propostas de ações que promovessem a concretização efetiva da reserva de vagas junto àquelas instituições.<sup>3</sup>

De volta a MS, após cumprir minhas disciplinas de mestrado no Museu Nacional/UFRJ e participar da reunião do Conselho Terena

---

2. Mais informações no link: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2014/doc/10-out/conmund.pdf>. Acesso em: 21/01/2016.

3. Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio16/arquivo4782.pdf>. Acesso em: 22/01/2016.

no mês de janeiro de 2015, ficou decidido pelos caciques e lideranças presentes que eu lideraria, junto com minha irmã, Cacique Val Eloy, o Movimento das Mulheres Terena da região norte do estado de Mato Grosso do Sul. Na Conferência Regional de Política Indigenista conseguimos reunir um grande número de mulheres, na tentativa de fomentar o desejo, enquanto mulheres indígenas, de colaborar com o movimento das mulheres dentro do estado e, com isto, nos fortalecer para apresentar nossas próprias demandas aos órgãos públicos e poder discutir a nossa situação dentro das aldeias — e até mesmo fora delas, no caso das mulheres que vivem em contexto urbano. Além desses encontros, foram realizadas rodas de conversa, reuniões, entrevistas e palestras.

Em 2015 passei a integrar a ONU Mulheres,<sup>4</sup> por indicação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e do Conselho do Povo Terena, representando as mulheres indígenas da região norte do estado de Mato Grosso do Sul, como parte do projeto Voz das Mulheres Indígenas, que tem por objetivo a atuação em defesa dos direitos das mulheres, buscando a potencialização das vozes das mulheres indígenas e contribuindo, principalmente, com as ações para o enfrentamento de violências contra mulheres indígenas ao longo do ano de 2015. Foram feitas entrevistas e foi aplicado um questionário para que mulheres de vários povos do estado de MS pudessem construir uma pauta comum com todos os povos indígenas do Brasil e, no final do projeto, elaborar um relatório para buscar soluções às demandas das mulheres indígenas.

Ainda em 2015, fui como delegada e representante das mulheres indígenas do estado de Mato Grosso do Sul à I Conferência Nacional de Política Indigenista proposta pelo governo brasileiro.

Enfim, em meio a todos esses trabalhos que me foram propostos

---

4. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em: 22/01/2016.

pelo movimento indígena — do qual faço parte de modo consciente e na esperança de que futuramente todos os povos indígenas possam vir a colher frutos dessas discussões das quais venho participando —, concluí a pesquisa para minha dissertação de mestrado em Antropologia Social, que deu origem a este livro, com uma gratidão imensa ao meu orientador, Antonio Carlos Souza Lima, pela compreensão e pelo cuidado que teve para que eu pudesse sair bem formada da universidade.

Quero finalizar registrando que a oportunidade de participar da primeira turma indígena a ingressar no mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ foi mais uma etapa percorrida e, quem sabe, a partir de agora, abra-se uma nova perspectiva a caminho do doutorado.

## Tema e Relevância

“A nossa esperança está nos jovens e que a educação traga melhorias. A comunidade apoia os estudantes, o melhor caminho pra nós aqui é a educação” (Cacique Manoel Amado, Aldeia Colônia Nova).

Esta foi a fala de um cacique em relação a um indígena profissional, quando ele saiu da aldeia em busca de conhecimentos técnicos e científicos. Como é sabido, o sonho de uma pessoa em conseguir entrar em uma universidade, em especial sendo esta pública, é um desafio que se tem na vida. Em se tratando de um índio dentro da universidade, ele não está somente buscando melhores possibilidades para o futuro, mas se apropriar das “ferramentas dos brancos” e, para isso, pode e deve se relacionar com os purútuye (homens brancos). Esse índio busca, sobretudo, protagonizar a sua própria história e construir a autonomia que ainda não tem.

As justificativas para este livro, então, são de duas ordens. Primeiramente, há questões de ordem pessoal que me motivaram a realizar a pesquisa proposta, por minha forte interação e diálogo

com os indígenas no Ensino Superior do estado de MS. Esse diálogo se intensificou a partir de 2006, quando comecei a cursar Direito na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), campus de Dourados. Durante a graduação, ingressei no movimento organizado por estudantes indígenas, o que considero um marco fundamental na minha vida profissional e acadêmica, pois tal movimento consistia na organização dos estudantes em busca de políticas públicas junto ao Estado para permanecer dentro da universidade. Militei durante os cinco anos de graduação e acabei sendo representante desses estudantes. Recordo com clareza quando minha liderança tradicional, conhecida como Lindomar Terena (liderança da retomada Mãe Terra, localizada no município de Miranda), foi convidada pela primeira vez a participar do III Encontro dos Acadêmicos Indígenas da UEMS e, em sua fala, disse: “Estou sonhando com o dia em que irei ver vocês, acadêmicos e profissionais indígenas, empenhados nessa luta com a gente, pois o nosso povo está sofrendo por falta de conhecimento, sem orientação, e vocês estão aqui dentro da universidade buscando o conhecimento. (...) Hoje, nossa luta não é com bordunas, flechas, mas, sim, com a caneta, e sei que vocês estão se formando para isso”. Finalizou, aos prantos, dizendo: “Preciso de vocês, patrícios (parentes)”.

Meu recorte nos egressos indígenas busca analisar como se dá sua atuação nas aldeias de origem, uma vez que o Programa Rede de Saberes proporcionou entendermos que, durante a sua trajetória, o papel desses egressos indígenas deveria ser o de aliado de nossas lideranças na luta pela educação de qualidade, na retomada de terras, na busca por uma saúde diferenciada de fato e de qualidade, e em muitas outras. Esse trabalho me proporcionou a convivência de forma bastante próxima das comunidades indígenas, já durante a graduação, e assim continuei a participar de seu cotidiano, em especial de suas relações políticas, culturais, com a natureza, de produção e com a sociedade envolvente.

Por outro lado, há razões de ordem teórica para este recorte: o aprofundamento do estudo por ocasião do mestrado visa compreender melhor as razões indígenas e as concepções que sustentaram a permanência, a perseverança e o sucesso desses egressos enquanto estudantes, assim como o desejo de possuir uma graduação, que vai além da realização pessoal, envolvendo todo o coletivo, a luta de um povo que sofre pelos efeitos do descaso do Estado brasileiro e do descumprimento da lei e da violação de direitos humanos fundamentais. Um ponto que procurarei mostrar é que a importância de concluir a graduação está, também, no fato de que ao possuir conhecimentos, “se aperfeiçoar”, os egressos se vêem como mais capazes de um diálogo menos assimétrico com a sociedade dos Purutuye.

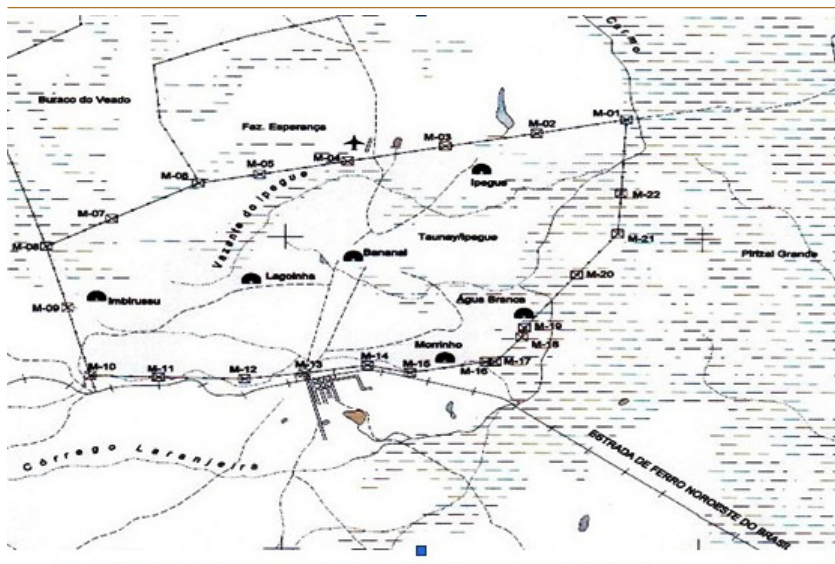
Busquei focar a pesquisa nas trajetórias dos egressos militantes do movimento indígena, o que pode, sem dúvida, introduzir certas limitações, pois nem todos eles se engajaram na militância. Para os militantes do movimento indígena, a formação de indígenas não pode se destinar apenas ao mercado de trabalho: é necessário garantir que os profissionais indígenas tragam melhorias para suas comunidades. Isso implica a criação de ações afirmativas que garantam que determinados cargos sejam ocupados por profissionais indígenas já formados. Penso, como muitos outros, que seriam imensos os benefícios ocasionados pela atuação de indígenas que tenham se formado em Direito e que dediquem suas carreiras a lidar com questões relativas às demandas de demarcação de terras, por exemplo. O mesmo vale para as áreas de educação escolar básica bilíngue e diferenciada e de saúde específica que constituem, em conjunto, direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Discutir a formação de estudantes indígenas significa discutir como e onde estes profissionais irão atuar, e em que medida esta atuação poderá gerar melhorias para o modo de vida de cada população indígena do estado. Sendo assim, procurarei

mostrar que a formação universitária dos indígenas deve ser técnica e ao mesmo tempo política, pois para os povos indígenas não basta estudar, é preciso atuar politicamente em decorrência dos projetos societários dos povos indígenas enquanto coletividades cultural e territorialmente diferenciadas.

## A Pesquisa de Campo

Os caminhos percorridos durante essa pesquisa basearam-se na coleta de relatos de vida de egressos indígenas e na observação em seus locais de trabalho dentro das aldeias indígenas.

**MAPA 1** | Terra Indígena Taunay/Ipegue e localização das aldeias



FONTE: Ministério da Justiça / FUNAI / DAF. Com alteração de Miguel Jordão

Desde a preparação do projeto de mestrado até a conclusão da pesquisa foram realizados levantamentos de referências bibliográficas sobre o Ensino Superior para povos indígenas. A fase inicial

de coleta de dados ocorreu em diversos espaços, como nas aldeias urbanas de Campo Grande — contando, porém, com um número maior de entrevistados na Terra Indígena Taunay/Ipegue, localizada no município de Aquidauana.

Por pertencer a essa terra indígena, tive mais facilidade para me locomover e ter acesso a esses profissionais, o que ocorreu de abril a julho de 2015. Para tanto, foram realizadas entrevistas com acadêmicos e egressos indígenas de vários povos e instituições de ensino do estado de Mato Grosso do Sul.

O roteiro das entrevistas foi elaborado a partir de dez perguntas (Anexo II) em torno do eixo temático identidade/trajetória com a família e a aldeia. Uma das minhas preocupações foi ter como critério entrevistar acadêmicos a partir do segundo ano de suas graduações, por compreender que estariam, até certo ponto, mais aptos a colaborar com o estudo relativo à sua inserção na universidade. No caso dos egressos, eu procurei entrevistar os que já haviam se inserido no mercado de trabalho, fora ou dentro das aldeias. O roteiro procurava, também, obter dados quanto à identificação dos (as) entrevistados (as), escolaridade, estrutura familiar, acesso às cotas e forma de ver a identidade cultural, retorno ou não à aldeia, pós- formação e inserção no mercado de trabalho.

No total, 46 indígenas, entre Terena, Kinikinau e Guarani Kaiowá/Ñandeva fizeram parte dessa pesquisa, sendo 21 do sexo feminino e 25 do sexo masculino. Foram entrevistados quatro Guarani Kaiowá do sexo feminino e três do sexo masculino; um Guarani Ñandeva do sexo masculino; 21 Terena do sexo masculino e 17 do sexo feminino. Suas idades variam de 19 a 45 anos.

Este livro está estruturado em três capítulos, além da introdução, da conclusão e dos anexos. No primeiro, faço uma reflexão sobre o histórico dos povos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. Embora Bittencourt e Ladeira (2000) dividam a história do povo Terena em três momentos (tempos antigos, ainda no Êxiva;



tempos de servidão; e tempos atuais), tal divisão tem sido atualmente questionada por nós, pesquisadores Terena, que estamos reescrevendo a história de nosso povo. Os Kadiwéu, Guató, Ofayé, Kaiowá, Guarani e Terena somam, no total, pouco mais de 73 mil indígenas, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

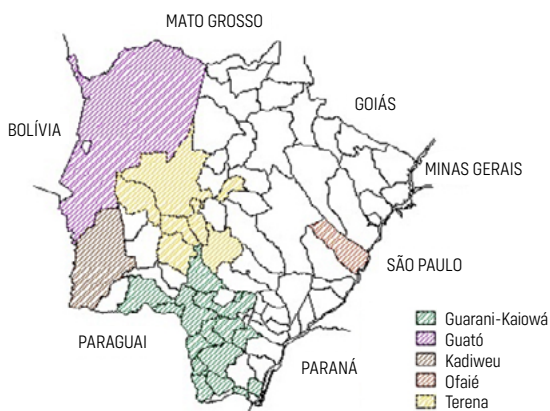
O segundo capítulo consiste na análise dos relatos de experiências de desafios e superações desses jovens acadêmicos dentro das diversas universidades do estado. Inicialmente, pontuo os programas e as políticas de apoio aos universitários indígenas dentro das universidades e as formas como eles foram superando os desafios na nova etapa de suas vidas, principalmente no que se refere à necessidade de se transferir para os centros urbanos. Trago relatos de experiências vivenciadas por indígenas que sofreram toda forma de privação enquanto concluía seus cursos, o que não os fez desistir de seu sonho. No segundo capítulo também narro os eventos acadêmicos nos quais os indígenas foram protagonistas, articulando-se politicamente, e de que maneira foram construindo sua autonomia.

No terceiro capítulo abordo o percurso e as trajetórias dos egressos indígenas após a saída da universidade, com toda a bagagem de conhecimentos que levam consigo, e o modo como contribuem com seu povo, sua aldeia e o movimento dos povos indígenas de MS. Procuo mostrar como esses jovens estão se inserindo no mercado de trabalho e o cotidiano dos profissionais que estão empregados e atuando. Falo, ainda, da forma como é feita a festa pelo título recebido e a benção pelo *Hainaiti Koixomuneti* (Grande Pajé) e pelas anciãs da aldeia. É de suma importância falar do significado deste retorno para os líderes tribais e como eles gostariam que ele se desse. Antes de entrar no tema dos egressos indígenas, creio ser relevante apresentar o cenário dos povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul e conhecer as lutas que levaram à conquista de uma educação específica e diferenciada em consequência do movimento pelo acesso ao Ensino Superior.

## CAPÍTULO 1

# Breve histórico dos povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul

**MAPA 2** | Localização dos povos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul



FONTE: Programa Kaiowá/Guarani — NEPI/UCDB

GEOPROCESSAMENTO: Prof. Ms. Celso R. Smaniotto

Mato Grosso do Sul é o segundo estado brasileiro com maior número de pessoas auto declaradas como indígenas no Censo de 2010, apresentando uma significativa população indígena estimada em 73.295 mil pessoas.<sup>5</sup> Além do número absoluto expressivo, há uma importante diversidade de situações sociais e múltiplos *ethos*

5. Conforme dados do IBGE, Censo de 2010. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf). Acesso em: 05/04/2015.

culturais. Em MS estão reunidas nove etnias: Kaiowá, Guarani (Ñandeva), Terena, Kadiwéu, Guató, Ofaié, Kinikinau, Atikum e Camba. No caso dos Atikum, eles migraram do interior do estado de Pernambuco e contabilizam cerca de 55 indígenas localizados na Terra Indígena Nioaque, da etnia Terena.

Já os Camba estão localizados na região de Corumbá e ainda não são reconhecidos oficialmente pela Funai. As etnias que se destacam devido a seu maior contingente são os Kaiowá/Guarani e os Terena, que, como apontam os estudos, constituem, em termos quantitativos, duas das etnias numericamente mais importantes do país. Nas palavras de Brand e Nascimento:

As populações indígenas de Mato Grosso do Sul são marcadas por um processo histórico de contato interétnico agressivo e violento, no bojo do qual foram constantemente desafiadas a moldar e remoldar sua organização social, construir e reconstruir sua forma de vida e desenvolveram complexas estratégias, alternando momentos de confronto direto, permeados por enorme gama de violência, com negociações, trocas e alianças (2006, p. 2).

Os Kadiwéu são o único povo que tem território demarcado. Os demais vivem em situação de espera que o Estado brasileiro regularize a situação de suas terras indígenas. Diante da inação, estão autodemarcando seus territórios, retomando terras que possuem estudos de identificação que as consideram como terras indígenas, uma vez que aquelas onde se encontram as nossas aldeias já são insuficientes para as nossas práticas culturais, sendo em geral improdutivas, não oferecendo mais condições para nossa sustentabilidade.

Em decorrência dessa situação, muitos indígenas estão migrando para centros urbanos do estado à procura de trabalho assalariado, em usinas de produção de açúcar e álcool, ou em outras atividades

urbanas, principalmente na construção civil. Há também aqueles que migram para as cidades para cursar uma faculdade, vivendo em situação caótica, muitos até desistindo de lutar por seu sonho. Fica evidente que a falta de terras para as práticas culturais, como mencionado acima, tem comprometido a sustentabilidade e a autonomia da população indígena. Em todo esse processo, o que fica nítido aos nossos olhos é que a perda do território se dá pela imposição de um novo modo de vida implantado pelos *purútuye*.

## Os Terena

Os Terena fazem parte da diversidade dos povos indígenas existentes no estado de Mato Grosso do Sul e possuem características próprias e peculiares. Este povo constitui, hoje, a segunda maior população indígena do estado, com cerca de 20 mil indivíduos.<sup>6</sup>

Eles estão localizados em diversos municípios da região norte do estado de Mato Grosso do Sul, em dez terras indígenas que se encontram divididas da seguinte forma: em Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia fica a Terra Indígena Buriti, composta pelas aldeias Buriti, Água Azul, Recanto, Oliveira, Olho D'água, Barrerinho, Córrego do Meio, Lagoinha, Tereré e Nova Bananal; em Nioaque, temos a Terra Indígena Nioaque, formada pelas aldeias Brejão, Taboquinha, Cabeceira e Água Branca; no município de Aquidauana estão a Terra Indígena Taunay/Ipegue, composta pelas aldeias Água Branca, Bananal, Colônia Nova, Lagoinha, Morrinho, Jaraguá, Imbirussú e Ipegue, e a Terra Indígena Limão Verde, formada pelas aldeias Limão Verde, Córrego Seco e Buritizinho (ainda não

---

6. O número de Terena aqui citado refere-se àqueles que estão morando nas aldeias, segundo informações do SIASI/FUNASA-MS de 2010, não sendo informada a quantidade daqueles residentes nos centros urbanos.

reconhecida pela Funai); em Anastácio, encontra-se a Terra Indígena Aldeinha, que consiste em apenas uma aldeia, a Aldeinha; em Miranda, temos a Terra Indígena Cachoeirinha, composta pelas aldeias Cachoeirinha, Argola, Babaçu, Morrinho, Lagoinha e Mãe Terra, a Terra Indígena Lalima, com a Aldeia Lalima, e a Terra Indígena Pilad Rebuá, formada pelas aldeias Moreira e Passarinho. Em Campo Grande encontram-se, ainda, as chamadas aldeias urbanas: Marçal de Souza, Água Bonita e Tarsila do Amaral e a mais recente Tumunemó Kalivonó (Futuro da Criança). Por último, em Rochedo, situa-se a Aldeia Bálamo.

O povo Terena faz parte do grupo Chané-Guaná. Os Guaná eram uma sociedade composta por grupos que, além dos Terena (Etelenoé), também abarcavam os Laiana, os Echoaladi e os Kinikinau. Fazem parte da família linguística Aruak.<sup>7</sup>

A partir do século XVI, ocorreu o primeiro contato com os *purú-tuye*, por ocasião das invasões espanholas no interior da América Meridional. A presença desses colonizadores provocou grandes mudanças na região denominada Chaco Paraguai.<sup>8</sup>

Cada povo carrega consigo uma história, na qual momentos importantes são marcados por fatos que mudam totalmente sua trajetória social.

---

7. Os Terena foram registrados nos documentos coloniais com algumas denominações distintas, dentre elas: Chané, Guaná e Aruaques. Elas foram mantidas nesse texto de acordo com as menções realizadas.

8. Segundo Carvalho (1992), o Chaco é uma região formada por, aproximadamente, 700 mil quilômetros, compreendendo parte dos territórios de Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil e estabelecendo limites com os pampas ao sul do Rio Salado, com a Região Andina a oeste, com o Planalto de Chiquitos e Velascos a noroeste e com os rios Paraguai e Paraná. No Brasil, onde atualmente se encontra o estado de Mato Grosso do Sul, região alagadiça, estende-se até pouco abaixo da cidade de Miranda, formando o Pantanal sul-mato-grossense.

Isto não é diferente para nós, do povo Terena, que carregamos esses momentos em nossas memórias, momentos esses que servem para explicar e entender os fatos ocorridos nos dias atuais e que se articulam a fatos passados.

Alguns momentos são considerados marcos históricos para o povo Terena que, desde a sua origem, tem a sua vida passada registrada pela oralidade dos anciões. Baseando-se nas histórias narradas por estes últimos, Bittencourt e Ladeira (2000, p. 26) traçam uma linha do tempo, dividindo-a em três grandes momentos: Tempos Antigos, Tempos de Servidão e Tempos Atuais, conforme mostra a Figura 1:

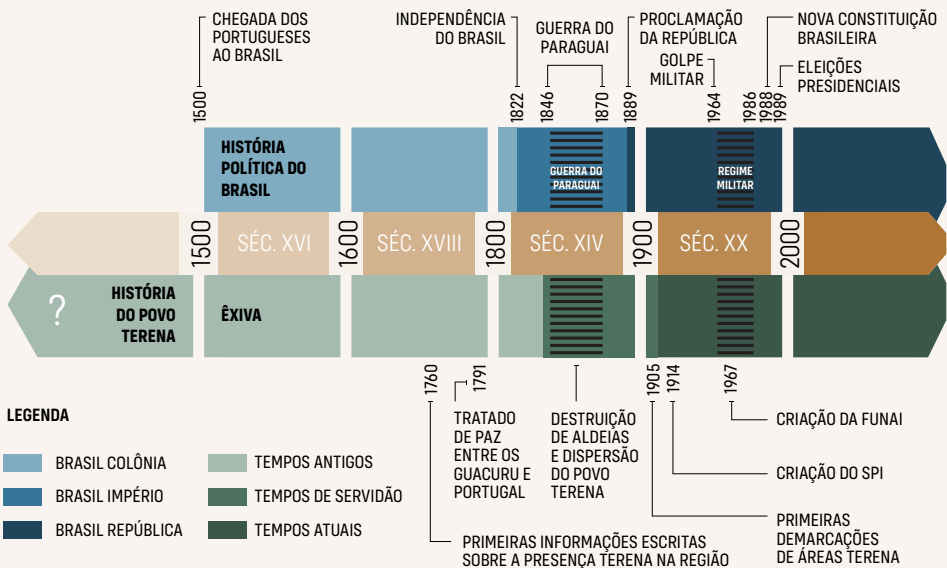


FIGURA 1 | Linha do tempo da história do povo Terena.

FONTE: Bittencourt e Ladeira (2000, p. 25).

O primeiro momento registrado e repassado por nossos anciões através de seus relatos orais — e considerado um marco histórico pelo povo Terena — é a saída da região denominada Êxiva.

Bittencourt e Ladeira (2000, p. 36) descrevem, por meio de relatos orais de indígenas da aldeia Cachoeirinha, município de Miranda, as condições que levaram o povo Terena a deixar o Êxiva:

Meu sogro, pai de minha mulher... ele contou a história do Êxiva, de onde eles vieram fugidos. Meu sogro também veio de lá. Eles não sabiam falar português, só falavam o Terena e não sabiam ler nem escrever, não sabiam nada, mas sabiam o tempo em que as árvores floresciam todos os anos. No mês de agosto começavam a derrubar o mato para plantar. Plantavam só um pedacinho de terra, mas dava uma produção grande, com fartura... Não faltava nada para o índio comer. Tinha bastante peixe e caça. E muita mandioca para comer (Sr. João Martins — Menootó). Minha avó, meu avô são do Êxiva. Eles usaram uma taquara bem grande para atravessar o rio... pelo nome de “taquaruçú” ela é conhecida pelos *purútuye*. Eles trançavam com cipó (humomó) para fazer uma canoa para atravessar o rio Paraguai, quando vieram para a Cachoeirinha. (Sr. João Martins — Menootó — aldeia Cachoeirinha/Miranda).

A saída do povo Terena do Êxiva se dá pela pressão imposta pelos colonizadores europeus que, atraídos pelas lendas de riqueza de minas de ouro e prata, adentravam a região do Chaco, através do Rio Paraguai, por meio de expedições. Queriam conquistar e ocupar as terras próximas ao Rio da Prata, interessados nos minérios preciosos ali existentes. A presença destes “brancos” provocou muitas mudanças na vida dos indígenas, que procuravam resistir à conquista de seus territórios. Os espanhóis foram os primeiros a chegar e, em seguida, vieram os portugueses, que faziam guerras para decidir quem ficaria com as terras. Este fato provocou o envolvimento das várias tribos locais, que tentavam defender seu povo e suas terras e, em consequência disso, houve mortes de muitos índios e a destruição de muitas aldeias (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 45).

A partir da segunda metade do século XVIII, entre 1760 e 1767, os Terena migraram para a área do atual Mato Grosso do Sul, ocupando um vasto espaço no Pantanal sul-mato-grossense, mais especificamente a região de Miranda, dedicando-se à agricultura e estabelecendo importantes alianças com os Guaicuru e com os portugueses, como forma de garantir sua sobrevivência (OLIVEIRA, 1976).

Em seguida, um fato que mudaria toda a história do povo Terena foi a Guerra do Paraguai, também chamada de Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870), envolvendo o Brasil, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai, e contando com a participação dos escravos de origem africana e, principalmente, dos povos indígenas que habitavam as margens do Rio Paraguai — o que para Bittencourt e Ladeira inauguraria o que denominaram Tempos Antigos. A guerra afetou diretamente o território do povo Terena, pois no palco dos conflitos havia uma grande quantidade de aldeias, que continham o maior número de indígenas residentes no local. Os Terena e os Guaicuru aliaram-se aos brasileiros e lutaram para preservar seu território. Para o povo Terena, isto significou a perda de seus domínios tradicionais, que aos poucos foram sendo apropriados pelos grandes proprietários agropastoris, que iam chegando cada vez em maior número para plantar e criar gado na região. Assim, o fim da guerra “representou para a sociedade indígena Terena o começo de uma batalha pela sua sobrevivência, pois além de muitos indígenas terem sido dizimados, muitos outros ficaram doentes” (VARGAS, 2003, p. 53). Os Terena haviam lutado na guerra para garantir os territórios que ocupavam, mas esses direitos não foram cumpridos pelo governo brasileiro.

O século XX começou com o governo republicano (desde 1889) promovendo várias frentes de trabalho no sul do estado de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), frentes estas que incorporaram maciçamente os Terena em suas jornadas: na Comissão Rondon (1904), liderada pelo Marechal Cândido Rondon, que percorreu a



região construindo as linhas telegráficas, bem como na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (MIRANDA, 2006, p. 32).

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) de 1910 — criado pelo governo republicano e dirigido inicialmente por Rondon — visava implementar uma política para resolver os problemas (cada vez mais notórios) com os índios. Pensava-se em novas formas de relação que abrangessem na totalidade os diferentes grupos indígenas. A questão mais premente na época era estabelecer o direito dos índios ao seu território, decidindo-se pelas “reservas indígenas”, devidamente delimitadas e controladas por funcionários do governo e com lotes de terras sempre inferiores aos territórios anteriormente ocupados, pois, segundo Rondon, “pacificados” não precisavam mais “correr de um lado para o outro” e educados saíam da condição de “índio bravo” para a de “trabalhadores nacionais” e, para tanto, deveriam ser “protegidos” e “assistidos” em suas doenças (MIRANDA, 2006, p.32)

O historiador indígena Claudionor Miranda Terena propõe um quarto período que chamou de Tempo de Despertar, no qual se “ressaltam as profundas mudanças que ocorreram no meio externo imediato (sociais, políticas e ambientais) e a ruptura entre a sociedade tradicional Terena” (2006, p. 35).

Acredita o autor que esse período seja marcado pela inserção dos índios em cargos antes ocupados por *purútuye* (homens brancos), como o de coordenador da Funai, de vereadores e de professores. Atualmente, a população Terena conta com cerca de 30 mil pessoas distribuídas em dez terras indígenas; são aproximadamente 19 mil hectares de terras ocupadas. Nossas terras são cercadas por terras de fazendeiros e estão espalhadas por seis municípios do estado: Miranda, Anastácio, Sidrolândia, Aquidauana, Dois irmãos do Buriti, Nioque e Rochedo.

A história do povo Terena tem sido de frequente mudança. Com o ingresso de muitos jovens nas universidades e as situações de

descaso do governo, outro contorno vem se delineando, uma vez que esses profissionais estão se empoderando de conhecimentos dos *purútuye* para, juntamente com as suas lideranças, mulheres, adolescentes e crianças, se unirem em busca de uma estratégia para a defesa de seus direitos, hoje ameaçados pela bancada ruralista, muito fortalecida no Congresso Nacional. Nossa história tem sido marcada, portanto, por permanências e mudanças.

Hoje podemos ver os assuntos pertinentes à saúde, à educação e, em especial, ao território sendo discutidos em grande assembleia do povo Terena, o que configura uma mudança importante e marca um novo momento histórico, já que há muito tempo as lideranças tradicionais de várias regiões do norte de Mato Grosso do Sul não se reuniam para discutir tópicos voltados às comunidades. As reuniões têm fortalecido o povo Terena, levando-nos a requerer o que é nosso por direito.

## O Povo Kinikinau

O primeiro registro sobre o povo Kinikinau remete ao período da história colonial brasileira. Nos dias atuais, sua população é estimada em 250 pessoas, residentes na Aldeia São João, na Serra de Bodoquena, próximo à cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul (IBGE, 2010). Tendo sido dissolvidos entre os Terena, foram considerados extintos pelos órgãos federais como a Funai (Fundação Nacional do Índio). Porém, segundo Souza (2008, p. 14), em meados da década de 1990 eles decidiram entrar em contato com os órgãos competentes para solicitar o reconhecimento de sua identidade como índios Kinikinau e, a partir de 2003, passaram a ser noticiados na imprensa virtual.

Os Kinikinau pertencem ao subgrupo Guaná e à família linguística Aruak e vivem em uma área dentro de terras pertencentes aos Kadiwéu. De acordo com Giovani José da Silva,

após a Guerra do Paraguai, os índios Terena e Kinikinau, além de outros, sofreram com sérias perseguições por parte de fazendeiros, posseiros e invasores. O grupo dos kinikinau foi disperso, mas algumas famílias se estabeleceram em Agaxi próximo a Miranda. Os invasores da terra, novamente, os perseguiram, obrigando-os a procurar outro lugar (2004, p. 12).

Atualmente, o povo Kinikinau se encontra organizado. Já constituíram a Assembleia do Povo Kinikinau e seus representantes, cada um com suas responsabilidades, têm se empenhado na luta por seus direitos e na busca de reconhecimento por toda a sociedade. Eles estão lutando e esperam reaver a posse de seus territórios tradicionais para que possam praticar sua cultura e reconstruir sua história.

## Os Guarani e os Kaiowá

Os primeiros registros sobre os Kaiowá e Guarani foram produzidos pelos jesuítas e viajantes durante o período colonial. Nos relatos, diziam que o povo Kaiowá/Guarani é descendente dos índios Itatines ou Guarani-Itatines, que se situavam na região do Itatim (palavra de origem guarani, que significa porto pedregoso ou de pedras brancas). Itatim é visto como cenário de uma tragédia entre os índios Guarani, Guaná e Guaicuru por conta das frentes de expansão da fé pós-tridentina luso-espanholas e das expedições escravistas tanto de São Paulo como de Assunção.

Como se percebe claramente, o povo Guarani está presente em pequenos grupos em diversos estados brasileiros e em outros países da América do Sul. Aqui em nosso país, eles estão divididos em três subgrupos: Kayowá, Ñandeva e Mbya, contando

com aproximadamente 50 mil pessoas.<sup>9</sup> Em Mato Grosso do Sul, encontram-se em grupos divididos em oito reservas, situação estabelecida a partir dos anos 1980. Dourados, Amambai e Caarapó possuem, juntas, as maiores densidades demográficas por hectare.

O povo Guarani entende que a aldeia é o espaço para a continuidade do seu modo de ser. Nas palavras de Brand,

as aldeias eram compostas por um complexo de casas, roças e matas e mantêm historicamente características muito semelhantes, especialmente no que se refere à distribuição e à quantidade de famílias, organização socioeconômico-político-religiosa. Uma aldeia poderia ser composta por uma ou várias famílias extensas (1997, p. 24).

Atualmente, o que se tem presenciado nas aldeias Guarani Kaiowá é a dificuldade enfrentada por esse povo para reproduzir as relações sociais vivas na memória dos mais velhos, uma vez que as terras das quais dispõem são insuficientes para tais práticas, como matas para caçar, rios para pescar e plantação de algodão para tecer, pois a cada ano a população vem aumentando.

De acordo com Brand, essa desorganização interna (fragmentação e comprometimento das formas tradicionais de organização social e política) presente em grande parte das aldeias Kaiowá e Guarani deve-se à ocupação do espaço territorial indígena pelos colonizadores brancos. Durante essa ocupação, os indígenas foram expulsos, assassinados, ou mesmo mortos por epidemias. A violência de todo esse processo pode ser percebida ao se analisar os períodos mais recentes da história do povo Kaiowá e Guarani (1940-1970), nos quais uma grande parcela das aldeias em Mato Grosso do Sul foi invadida por fazendeiros, com seus verdadeiros ocupantes sendo expulsos (BRAND, 1997, p. 43).

---

9. Conforme dados do IBGE — Censo de 2010.

O conflito que ficou conhecido como Guerra do Paraguai, ocorrido em parte do grande território Guarani e Kaiowá, trouxe para a região todo o tipo de gente e de interesses que, no pós-guerra, acabaram por criar raízes. Neste período, entre 1864 e 1870, ocorreram as primeiras ocupações do território do povo Guarani e Kaiowá. Em 1872, mediante tratado, foram estabelecidos os limites territoriais entre Brasil, Paraguai e Argentina. Não houve qualquer consideração sobre a presença dos Guarani naquela região (1997, p. 57).

Com a guerra já terminada, em 1872, foi criada a Comissão de Limites Territoriais entre o Brasil e o Paraguai. A comissão percorreu todo o território e, ao mesmo tempo, fornecia mantimentos ao senhor Tomás Laranjeira de Santa Maria, que se tornou conhecedor de toda a região. Logo se percebeu o grande potencial da erva mate nativa existente nas matas fronteiriças, bem como a densa presença dos Guarani e Kaiowá no local (1997, p. 57).

Com a Proclamação da República, o General Antônio Maria Coelho, companheiro de Laranjeira, assumiu o governo de Mato Grosso, o que facilitou um contrato de concessão mais amplo do que o original. Os novos limites passaram a abranger a área que ia do Rio Brilhante e Ivinhema, ao norte; o Rio Paraná, ao leste; o Rio Iguatemi, ao sul; e a Serra de Amambaí, ao oeste.<sup>10</sup> Essas concessões atingiram em cheio o território dos Kaiowá/Guarani, e dessa forma teve início seu processo de confinamento.

A ocupação mais intensa do território indígena ocorreu no momento da implantação da política de colonização do Estado Novo, por Getúlio Vargas.

---

10. *Conflitos de Direitos sobre Terras Guarani Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul*. Organização: Conselho Indigenista Missionário Regional Mato Grosso do Sul, Comissão Pró Índio de São Paulo, Procuradoria da República da 3ª Região. São Paulo: Palas Athena, 2000.

Com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), pelo Decreto Lei nº 5.942 de 28 de outubro de 1943, se pode notar a inclusão de MS num plano amplo de colonização oficial do governo federal, sob a ditadura de Getúlio Vargas. Não era admissível que um grupo de indígenas atrapalhasse esta implantação. A instalação da Colônia Agrícola acarretou dificuldades para a manutenção dos territórios Guarani e a usurpação destes últimos permanece sem solução.

A colônia causou, também, a transferência de inúmeras famílias para o interior das reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) durante o período de 1915 a 1928. Com a chegada dos colonizadores, no final da década de 1960, houve desmatamento excessivo da região sul do estado, pois grande parte da mata foi substituída pelo pasto para criação de gado. O confinamento em pequenas reservas, por fim, pôs em xeque toda a relação com o território tradicional, comprometendo a história de várias gerações e tendendo a inviabilizar o bem viver desse povo.

O povo Guarani e Kaiowá valoriza profundamente seus rezadores e lideranças. A Aty Guasu (Grande Reunião), na qual são tomadas as grandes decisões, é vista como democrática, pois nela os indígenas falam por si mesmos, contando com intensa participação das mulheres Guarani Kaiowá, que também podem auxiliar nas tomadas de decisão.

Os Guarani e os Kaiowá têm o seu modo de viver, seus projetos de vida, e o seu desenvolvimento está totalmente ligado à Mãe Terra, ao território sagrado, à sua família e às suas casas de rezas. E assim eles vivem e acreditam que os territórios tradicionais são a esperança para um futuro melhor.

## O Povo Kadiwéu

Descendentes da família dos Mbyá-Guaikuru,<sup>11</sup> o grupo se localizava preferencialmente na região do Grande Chaco, por volta do século XVII e XVIII. Como descreve Giovane da Silva, “os Guaikuru compreendiam diversos grupos como os Abipon, Mocovi, Toba, Pilagá, Piyaguá e os Mbayá” (SILVA, 2004, p. 40).

De acordo com Silva (2004, p. 62), a história desses indígenas durante o século XIX e o contato pouco amistoso com a sociedade nacional fizeram com que as incursões cessassem e eles se fixassem no conjunto de terras atualmente demarcado e juridicamente denominado Reserva Indígena Kadiwéu. “A Reserva Indígena (RI) Kadiwéu está situada entre a Serra da Bodoquena (a leste) e os rios Niutaca (norte/noroeste), Nabileque (oeste), Paraguai (sudoeste) e Aquidabã (sul)” (SIQUEIRA JR., 2011, p. 75).

Os Kadiwéu se autodenominam Ejiwajegi e, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) de 2009, contam com 1.346 indígenas distribuídos de maneira não uniforme em cinco aldeias, sob jurisdição da Funai (Alves de Barros, Campina, Barro Preto, Tomázia e São João), numa área demarcada de 538 mil hectares no município de Porto Murtinho.

## O Povo Ofaié

Os primeiros registros sobre o povo Ofaié datam do século XVIII. No entanto, de acordo com Carlos Alberto dos Santos Dutra, observa-se a presença deste povo na história oficial a partir da República (2004, p. 45). O autor afirma que “desde o momento do aparecimento na documentação brasileira, eles foram chamados de diferentes

---

11. O etnônimo Guaikuru referia-se, basicamente, aos habitantes com características do sufixo étnico -yiqui/-yegi (SILVA, 2004, p. 39).

modos, tendo seu nome grafado de várias e diferentes maneiras, ora usado no singular, ora usado no plural” (2004, p. 48).

Com suas características físicas descritas como de “estrutura baixa e índole pacífica, os Ofaié viveram sempre em pequenos grupos que andavam sem destino pelos campos em constantes migrações”. Pelos frequentes contatos, muitas vezes hostis, que travavam com os Kaiowá ao longo dos anos, nas margens dos rios, aprenderam o fabrico das canoas, tomando, também, o costume de perfurar o lábio inferior (DUTRA, 1996, pp. 77-78).

O povo Ofaié sempre armava acampamento à beira dos riachos, onde podia passar o dia pescando ou colhendo mel silvestre. Quando percebia ou suspeitava que havia sido descoberto, se escondia ao interior da mata.

Costumava dormir no chão e não em redes. Suas cabanas não têm paredes. Consiste apenas num teto de palmeira que atinge até o chão. Muito pequenas, medindo cerca de um metro de altura pela mesma medida ou pouco mais de profundidade, são sustentadas por galhos de árvores rudemente arrancados. No período de frio, protegiam-se cavando no chão da cabana uma cova, que era forrada de capim seco, onde dormiam (DUTRA, 1996, p. 79-80).

A trajetória histórica desse povo, que por muito tempo foi erroneamente chamado de Xavante, na literatura de viajante e etnológica, ainda é campo para uma pesquisa a ser realizada. São os relatórios de Curt Nimuendajú, das Linhas Telegráficas de Cândido Rondon e do Serviço de Proteção aos Índios os documentos reveladores da experiência humana que culminou praticamente com o extermínio da nação Ofaié.

Os territórios ocupados por esses indígenas e os registros de seu aparecimento e desaparecimento em diversos pontos do sul do antigo estado de Mato Grosso, ao longo da margem direita do Rio



Paraná, desde a foz do Rio Verde até a foz do Ivinhema, prolongando-se em direção Oeste rumo ao Rio Negro e Taboco, ainda hoje são motivo de acaloradas discussões nos campos acadêmico e jurídico.

Os Ofayé, grupo indígena da família linguística Macro-Jê, habitam atualmente em uma única aldeia no município de Brasilândia, cedida pela hidrelétrica instalada na região e com uma área de aproximadamente 1.937,62 ha, localizada a leste do estado de Mato Grosso do Sul, sendo limitada a leste pelo Rio Paraná.<sup>12</sup> Segundo o censo (IBGE, 2010), sua população é estimada em pouco mais de 70 pessoas, residentes na Aldeia Ofaié, e apenas os anciões são falantes da língua materna.

## O Povo Guató

O povo Guató, conhecido como índios canoieiros, é um povo do Pantanal por excelência. Sempre habitou e ainda habita no atual Mato Grosso do Sul. Atualmente, sua população é de 175 pessoas, e a área a eles reservada é de 10.900 hectares de extensão, localizada no norte do estado, na ilha de Ínsua. Sua Terra Indígena (TI) está situada nas proximidades do município de Corumbá.

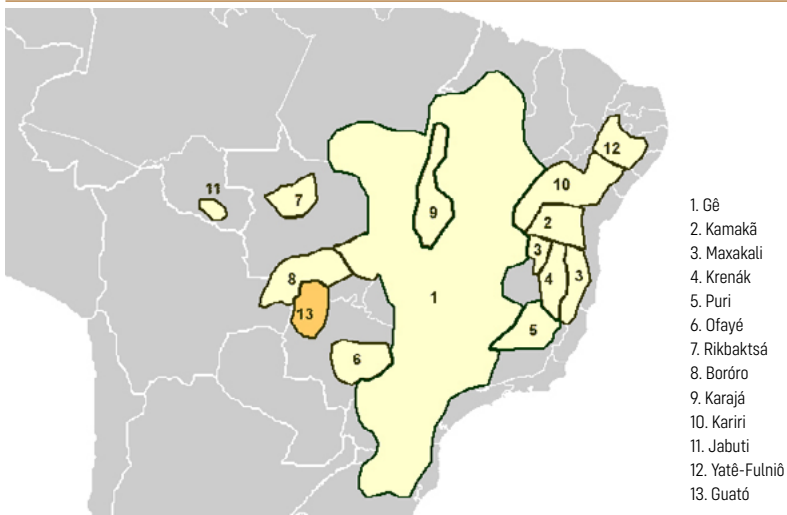
A partir do século XVI, surgem descrições na literatura de viajantes sobre o povo Guató, com os relatos do navegador Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca. Apesar de muitos estudos sobre a sua filiação linguística, esta continua incerta. O que existe de indicação nos mostra que o povo Guató pertencera a um subgrupo da grande nação Guaicuru (MANGOLIN, 1993).

---

12. BORGONHA, Mirtes Cristiane. *História e etnografia ofayé: Estudo sobre um grupo indígena do Centro-Oeste brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

De acordo com Mangolin, podemos caracterizar o povo Guató (1993) da seguinte forma: índios canoieiros que viveram e vivem nas cercanias das grandes lagoas, dominando extenso trecho do Rio Paraguai e parte do Rio São Lourenço. São conhecedores das baías Uberaba, Gaíva e Mandioré, sabendo andar por corixos, vazantes e desaguadouros como nenhum outro navegador. Têm como rival a nação Paiaguá.<sup>13</sup> Hábilitosos caçadores, os Guató atacavam onças, logrando esposas pela quantidade de onças caçadas. Agricultores plantavam mandioca, milho e cereais. A característica marcante de sua organização social é viverem dispersos (MANGOLIN, 1993, pp. 26-29). Toda essa área ocupada pelos Guató caracteriza-se por grande diversidade fisiográfica e está inclusa, em parte, nos pantanais do Paraguai, Paiaguás, Cáceres e Poconé (OLIVEIRA, 1996, p. 68).

### MAPA 3 | Localização do povo indígena Guató



FONTE: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guató>

**13.** Os Paiaguá eram um povo canoeiro quando da chegada dos espanhóis, habitando a região do Rio Paraguai.

O povo Guató diferencia-se dos demais grupos indígenas do estado pelo simples fato de não se organizar em aldeamentos, mas em pequenos grupos de famílias independentes e situadas em diversas partes do território que ocupam.

Essas moradas eram consideradas “abrigos provisórios” e “casas permanentes”, servindo para abrigar as famílias diante de fatores climáticos, como a chuva (OLIVEIRA, 1996, p. 90). Elas passavam a noite ali ou descansavam por alguns dias, e quando resolvia se mudar, as moradas eram desfeitas, sendo menos provável encontrar evidências de suas estruturas. Já o abrigo permanente era utilizado no período em que plantavam mandioca, milho e cereais de várias espécies. A área atualmente ocupada pelos Guató é conhecida como Ilha de Ínsua, como já dito, localizada no ponto extremo noroeste de Mato Grosso do Sul, na fronteira com a Bolívia, em pleno Pantanal mato-grossense (MANGOLIN, 1993).

## **Processos de implantação do Ensino Superior para povos indígenas em Mato Grosso do Sul**

Após um breve histórico dos povos do estado de Mato Grosso do Sul, e na tentativa de entender como cada povo foi se situando no espaço e no tempo no decorrer dos anos até a conquista do acesso ao Ensino Superior, passaremos a analisar as leis que garantiram o acesso à universidade. Aqui proponho realizar uma explanação sobre a implantação da educação superior para povos indígenas em Mato Grosso do Sul, para melhor contextualizar tal inserção.

O advento da Constituição Federal de 1988 trouxe o paradigma do direito à diferença. A demanda por educação superior para indígenas surgiu do anseio dos professores e lideranças em buscar um ensino de qualidade dentro das aldeias. Contudo, para que isso ocorresse, se fazia necessária a capacitação desses professores que já eram atuantes nas escolas da aldeia. Outro fator a ser considerado

como motivador na busca pelo Ensino Superior, como identificaram Souza Lima e Barroso-Hoffman (2007), é o interesse indígena em gerir seus próprios projetos. Neste novo cenário, surgiram ações direcionadas à formação superior indígena com propostas de diversas ordens, a partir da iniciativa de universidades, estados e mesmo do MEC.

Em termos de ações federais, uma parceria entre SECAD, Secretaria de Educação Superior — MEC e Programa Diversidade na Universidade resultou na primeira ação do MEC voltada para o ingresso de indígenas na universidade: o Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND), criado em 2005, que passou a oferecer, através de editais, incentivo financeiro para projetos que visassem à formação de professores indígenas para atuarem nas escolas das aldeias (SOUZA LIMA, 2007; PALADINO; PAIVA, 2012).

Não poderia ser diferente para os povos indígenas, daqueles segmentos sociais menos favorecidos que não conseguem acesso às universidades, principalmente quando se trata do ingresso em uma instituição pública, sendo este atualmente o sonho prioritário de muitos jovens.

Para os povos indígenas, além de uma realização pessoal, a entrada na universidade traz outra conotação, como já apontei antes, pois se trata de instrumento importante, muitas vezes denominado “ferramenta dos brancos”, até recentemente desconhecido dos povos indígenas. Uma vez adquirida e utilizada pelos profissionais indígenas, essa ferramenta não impede a prática das tradições indígenas — muitas vezes sob a forma de cantos, danças e rezas tradicionais — até mesmo no espaço acadêmico.

A possibilidade de se ter acesso à universidade despertou um desejo não só naqueles professores que atuavam em sala de aula como professores leigos, mas também naqueles que almejavam melhores oportunidades de emprego.

Desde 2003, o governo brasileiro vem adotando ações na área educacional com uma perspectiva de inclusão social das populações menos favorecidas, entre essas os povos indígenas. Como exemplo dessas ações afirmativas, temos a participação dos grupos discriminados em determinadas áreas de emprego ou no acesso à educação por meio de cotas; a concessão de bolsas de estudo; a prioridade em empréstimos e contratos públicos; a distribuição de terras e moradias; e as medidas de proteção diferenciada para grupos ameaçados.

Em 2003, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) implantou o sistema de cotas, com 10% das vagas em todos os seus cursos, por meio da Lei nº 2.589 de 26/12/2002 e da Resolução COUNI/UEMS nº 241 de 7/07/2003 (CORDEIRO, 2005).

Essa mesma política foi adotada pela primeira vez no estado do Rio de Janeiro, após a promulgação da Lei nº 3.708, de 9 de novembro de 2001, que “institui cota de até cinquenta por cento para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense”. O Projeto de Lei nº 3.627/2004 contém a proposta para uma eventual lei sobre a política de cotas.<sup>14</sup> As demais universidades do estado tiveram como foco principal as licenciaturas indígenas, já que a Lei de Diretrizes de Bases nº 9.394/1996 exigia a implantação das mesmas. Nesse caso, temos o exemplo da UFGD, que já tinha implantado a forma de acesso dos povos indígenas através da licenciatura intercultural antes mesmo da implantação de políticas afirmativas. Com o passar dos anos foi se percebendo que a história começava a mudar, e o que era impossível para os povos indígenas se tornou realidade.

---

14. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostra\\_rintegra;jsessionid=017F52D76DFE1AB3325B3D190D3BE637.node2?cod-teor=223564&filename=Avulso+-PL+3627/2004](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostra_rintegra;jsessionid=017F52D76DFE1AB3325B3D190D3BE637.node2?cod-teor=223564&filename=Avulso+-PL+3627/2004). Acesso em: 31/01/2016.

Ano após ano, as demandas têm aumentado nas universidades em diversas áreas, não só nas licenciaturas, mas também nas áreas de saúde, direito, ciências agrárias etc. Para as aldeias é de suma importância que esses jovens se capacitem em diversas áreas devido aos vários impactos que elas têm sofrido, seja os de ordem ambiental, social, política, econômica, ou, principalmente, pela perda das terras tradicionais.

O desejo de cursar o Ensino Superior surgiu nestes jovens justamente pelo crescimento da oferta do Ensino Médio dentro das aldeias no estado. Essa nova geração vem com força para desconstruir tudo o que o *purútuye* construiu e ainda constrói sobre os índios até os dias atuais. Estes indígenas buscam provar que índio não é preguiçoso, que não serve apenas para trabalho braçal, que não vive apenas de cachaça, que não deixa de ser índio aonde quer que vá, mantendo sua identidade mesmo quando se torna um profissional numa ocupação tipicamente do “branco”. O exercício de uma profissão nos termos do “mundo dos brancos”, para esses jovens, vai além de uma realização pessoal, sendo parte de seu compromisso com seu povo. Parto, portanto, da ideia de que certos programas de ação afirmativa têm sido bem-sucedidos em formar indígenas capazes de superar as barreiras propostas pela sociedade não indígena, contribuindo para a conquista da autonomia de suas coletividades em busca da efetivação dos direitos constitucionalmente garantidos.

Em 2012, foi aprovada a Lei nº 12.711/2012, que instituiu 50% de reserva de vagas (voltadas para pessoas de baixa renda e pertencentes a qualquer grupo étnico-racial) em todas as universidades federais do país. Porém, acredita-se que ela foi promulgada no intuito de acabar com ações afirmativas específicas direcionadas aos povos indígenas, devido ao modo como estabelece o direcionamento das

vagas para este grupo étnico.<sup>15</sup> O próprio Ministério da Educação incentivou que órgãos de ensino federais adotassem critérios adicionais específicos para esses povos, dentro daquele da raça, no âmbito da autonomia das instituições.<sup>16</sup>

É importante frisar que, mesmo antes da adoção da lei, já existiam vários profissionais indígenas portadores de diploma de Ensino Superior. Acredito não ter sido fácil para esses indígenas concluírem suas graduações, mas devido às condições familiares mais favoráveis de alguns dentro da aldeia, eles conseguiram se manter na cidade e finalizar seus cursos.

Devo destacar, também, que mesmo antes da sanção da lei, já existia, como destaquei anteriormente, um movimento das universidades do estado no sentido de receberem indígenas por formas diversas: pelo sistema de cotas, em cursos e programas específicos, contando muitas vezes com políticas públicas para garantir a sua permanência nas instituições de ensino. Também têm sido desenvolvidos programas que vão desde a Bolsa Permanência a cursos paralelos, do governo estadual, da própria universidade e de outras instituições, como a Funai (por algum tempo).

---

15. “Art. 3º Em cada instituição federal de Ensino Superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1032851/lei-12711-12>. Acesso em: 21/01/2016.

16. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/400-secretarias-112877938/seres-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-1288707557/18540-perguntas-frequentes-seres>. Acesso em: 22/01/2016.

Em Mato Grosso do Sul, um projeto que se destacou foi o Rede de Saberes, criado em 2005 como um programa de ação afirmativa que incluiu, inicialmente, duas universidades — a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) —, e depois quatro, com a incorporação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O Programa Rede de Saberes visa apoiar a permanência de indígenas no Ensino Superior do estado. Suas atividades se desenvolveram a partir da sugestão, do auxílio à estruturação e do monitoramento da equipe do projeto Trilhas de Conhecimentos,<sup>17</sup> que foi desenvolvido com recursos da Fundação Ford e gerenciado pelo LACED/Museu Nacional/UFRJ, sob a coordenação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima e de Maria Macedo Barroso. Com o sucesso do projeto Rede e a continuidade do financiamento ainda hoje existente, o programa se estendeu também aos acadêmicos indígenas da UFGD e da UFMS, no ano de 2008, como dito acima.

Atualmente estima-se que o projeto atenda mais de 500 indígenas que ingressam por meio da política de cotas no Ensino Superior, com o objetivo de ampliar o acesso e formular novas políticas que assegurem a permanência desses indígenas na universidade, através de formação de qualidade de indivíduos comprometidos, não apenas

---

17. O Projeto Trilhas de Conhecimentos — o Ensino Superior de Indígenas no Brasil, teve início em fevereiro de 2004, por meio de uma doação da Fundação Ford através da Pathways to Higher Education Initiative. O trabalho visa dar suporte ao etnodesenvolvimento dos povos indígenas no Brasil, através de sua formação no Ensino Superior. Para tal, o O Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) investiu em apoiar/financiar núcleos universitários que promovessem iniciativas voltadas para a educação superior de indígenas. Mais informações no link: <http://trilhas-deconhecimentos.etc.br/projeto/index.htm>. Acesso em: 25/01/2016.



com a defesa dos direitos indígenas, mas também com o intuito de propiciar a autonomia e o desenvolvimento destes povos.

No início, o Programa Rede de Saberes apoiava cerca de 150 acadêmicos indígenas na UEMS, número que foi aumentando a cada ano, com a maior quantidade de ingressos (devido à adoção da política de reserva de vagas de 10% para indígenas).

Apesar do crescimento do número de novos alunos nos vários cursos e do Programa Rede de Saberes, a UEMS não se estruturou para organizar uma política de permanência eficaz, demonstrando não ter aprendido lições com o programa, além de certa impotência administrativa em dar respostas efetivas e políticas a esta nova realidade. Na UCDB, universidade particular, comunitária e confessional, dirigida pela Ordem Salesiana, de forte apelo indígenista, desenvolveu-se nesse período uma política de bolsa para acadêmicos indígenas sem, no entanto, nenhuma política de acesso.

Os indígenas que têm buscado, cada vez em maior número, o acesso às universidades, vêm de povos que enfrentam um longo e histórico processo de relações interétnicas, marcado por todos os tipos de exclusão e preconceito. As universidades que contam com a presença desses indígenas também têm sentido essa exclusão. Percebemos que o Programa Rede de Saberes tem contribuído para algumas demandas dos indígenas que chegam sem qualquer orientação na academia. Essa contribuição e esse apoio, embora limitados, têm sido um fator que se soma à persistência e à vontade de vencer os desafios dos acadêmicos indígenas. A soma dos fatores faz com que se tenha resultados significativos, tendo em vista que as universidades estão despreparadas para receber os indígenas.

Na verdade — salvo algumas poucas iniciativas governamentais, em geral limitadas às universidades federais —, no quesito políticas públicas falta muito a ser feito, pois na prática elas inexistem no Brasil. Para os povos indígenas, as universidades constituem espaço importante na busca por conhecimento e, principalmente,

em sua afirmação enquanto um povo etnicamente diferenciado, sendo de suma importância que as instituições entendam as nossas culturas e tradições.

Entendemos que estas instituições universitárias têm o dever de velar pela pessoa do indígena, e que os seus espaços são fundamentais para o diálogo e os encontros, para tratar das questões culturais ou científicas, assim como para combater qualquer forma de exclusão e preconceito contra os povos indígenas, de modo que sejam banidos do mundo acadêmico. Nesta linha de pensamento, o acesso ao Ensino Superior serve para incentivar a autonomia dos povos indígenas, pois, uma vez que a universidade os insere, é necessário que fortaleça e estimule sua presença dentro das instituições universitárias, por meio de atividades acadêmicas de extensão, científicas, entre outros projetos que propiciam grandes oportunidades para os alunos e são importantes no tocante aos novos saberes, ajudando na superação de todo tipo de dificuldade.

Quando ingressam nas universidades, esses indígenas vão atrás de um som: o de sua própria voz, que querem ouvir soar tanto nas suas aldeias e comunidades, em geral, quanto na própria universidade. O que se percebe é que muitos indígenas chegam às universidades com uma pequena esperança de receber apoio e compartilhar sua cultura, mas isso muitas vezes é inviabilizado, pois os preconceitos vêm antes de se conhecer o que o indígena tem a oferecer para a academia. Muitos professores os olham com desprezo, mas mesmo diante deste e de tantos outros impedimentos, segundo Ferreira (2000, p. 71), “os índios recorrem à educação escolar hoje em dia, como instrumento conceituado de luta”.

Para tanto, é preciso que avancemos juntos com as ações afirmativas. Assim como nos é dada a oportunidade de frequentar as universidades brasileiras, também temos o dever e a responsabilidade de retribuir a oportunidade e transformá-la em conquista para o nosso povo, para que essa bagagem de conhecimentos que

adquirimos ao longo dos anos em que passamos na universidade sirva em benefício do povo indígena, e que esses ditos ‘conhecimentos científicos’ possam ser utilizados de algum modo dentro de nossas aldeias.

## CAPÍTULO 2

# O indígena na academia: desafios e superação

O presente capítulo centra-se em uma reflexão sobre as experiências vividas por acadêmicos indígenas em diversas universidades do estado de Mato Grosso do Sul, em especial na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), pois foi esta a instituição que primeiro viabilizou o acesso dos povos indígenas depois de uma decisão do Governo do Estado por meio da Lei nº 2.589 de 26/12/2002, como dito no capítulo anterior.

Em minha pesquisa de campo consegui entrevistar pessoalmente 25 profissionais das áreas da educação e da saúde. Já de outros 21 profissionais consegui colher relatos através dos formulários que lhes enviei e que me mandaram de volta preenchidos por correio ou e-mail.

Acredito que exista um número elevado de profissionais que não consegui alcançar por questões de distância e tempo. Portanto, por meio de minha pesquisa, colhi 46 relatos de trajetórias de indígenas de diversas partes do estado de MS: 35 Terena formados pela UFMS/Aquidauana, três pela UNIGRAN, cinco pela UCDB e três pela UEMS. Como disse antes, eu entrevistei exclusivamente os indígenas Terena da região norte do estado, pois devido a meu pertencimento à TI Taunay/Ipegue, a área é de mais fácil acesso para mim.

Já na região sul do estado, foi mais difícil entrevistar os profissionais indígenas por estarem atuando em áreas distantes das cidades e não terem acesso à internet. No entanto, alguns deles conseguiram acessar os formulários e me reenviaram respondidos por e-mail.

A Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) oferece bolsa de estudos de 100% para os indígenas. Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Aquidauana, tem ingresado o maior número de indígenas da região, na Licenciatura Intercultural Povos do Pantanal e devido ao advento da Lei de Cotas implantada em 2012. Antes disso, contudo, os povos indígenas concorriam a vagas gerais e muitos conseguiram ingressar deste modo. Já na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que aderiu ao sistema de cotas a partir de 2012, o ingresso tem se intensificado a cada ano.

As políticas de ação afirmativa para indígenas nas universidades sul-mato-grossenses foram pensadas para abrir as portas aos povos indígenas. Destaco aqui a Lei Estadual nº 2.589, de 26 de dezembro de 2002, e a Resolução COUNI/UEMS nº 241/2003, que reservaram 10% das vagas de todos os cursos para alunos indígenas na UEMS, citadas no capítulo anterior. Porém, não foi pensada nenhuma forma de apoio financeiro a esse estudante indígena, tampouco cogitada a descentralização de recursos financeiros pelo governo estadual para atender a essa demanda com ações prioritárias que visassem à permanência dos indígenas cotistas no ambiente acadêmico e fora de sua aldeia.

Veremos aqui políticas que nasceram após a implementação da lei acima, mas por iniciativas das universidades, visando à permanência após o ingresso desses indígenas, já que a Lei nº 2.589/2002 não oferecia garantias de que pudessem dar prosseguimento aos cursos após a sua entrada no vestibular. No que diz respeito à permanência, a UEMS tem, atualmente, dois tipos de ações específicas para os indígenas cotistas: Programa Rede de Saberes e Bolsa Vale Universidade Indígena (PVUI).

Veremos também iniciativas desenvolvidas dentro das universidades para dar apoio aos estudantes indígenas durante o processo de graduação. Enfocarei as ações do Programa Rede de Saberes e o

período em que a Funai prestava assistência a esses acadêmicos, apoio de suma importância para que possamos compreender a permanência dos estudantes indígenas nas diversas universidades do estado de Mato Grosso do Sul.

## **Políticas e Programa de Apoio ao Universitário Indígena: o Programa Vale Universidade Indígena**

Em 2005, a única política de permanência existente no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na época chamada de Bolsa Universitária Indígena, era oferecida pelo governo estadual para os estudantes indígenas, pelo Decreto nº 12.896/09, que regulamentava o programa Vale Universidade Indígena, pela Lei nº 3.783/09, com um valor considerado insuficiente pelos estudantes (R\$300 para a bolsa e R\$45,00 para a despesa com os passes para cumprimento do estágio, como veremos adiante).<sup>18</sup> Dessa forma, o Vale Universidade Indígena, que tinha por objetivo auxiliar e financiar a formação desses estudantes, se tornou uma espécie de salário para muitos deles, que dividem o pouco que ganham com suas famílias. Além disso, muitas vezes os indígenas eram questionados pelos demais colegas de sala por serem os únicos a ter direito à bolsa e por terem um laboratório com computadores novos, doados pelo Programa Rede de Saberes, enquanto aqueles disponíveis na universidade eram totalmente defasados e muitos sem condições de uso. “Vocês ganham isso, dá um pouco para nós”: este tipo de fala faz com que toda a luta dos povos indígenas — em conjunto com os professores que lutaram por seu acesso ao Ensino Superior — seja desprezada, caindo no esquecimento. Todo o massacre aos

---

18. Disponível em: <http://www.sedhast.ms.gov.br/programa-vale-universidade-indigena/>. Acesso em: 15/07/2015.

direitos dos povos indígenas é deixado de lado, e a todo momento tem que ser lembrado para explicar o porquê de os indígenas terem acesso diferenciado, bolsas e os ditos “privilégios”. Os estudantes ingressantes na UCDB, na UFMS e na UFGD não usufruíam do benefício, pois a bolsa Vale Universidade Indígena era destinada somente à instituição estadual. Sendo assim, as políticas voltadas à permanência desses estudantes nas demais IES ocorreram de forma distinta. Na UFMS (campus Aquidauana) e na UFGD, antes da implantação da Bolsa Permanência pela Portaria nº 389, de maio de 2013,<sup>19</sup> a única ação voltada para a permanência dos estudantes indígenas foi a instalação dos laboratórios de informática doados pela Rede de Saberes, que contava com poucos computadores, para que esses alunos pudessem fazer e imprimir seus trabalhos acadêmicos. Os laboratórios também serviam para encontros e interações entre acadêmicos e como espaço para trocas de saberes e experiências, como explica a estudante T.N.F, de 45 anos:

Quando acessamos essas vagas nas universidades, nossos familiares comemoram conosco, mas quando nós mudamos para a cidade, nos deparamos com um grande choque cultural, por conta da distância da aldeia, dos familiares, da falta de compreensão dos colegas de sala em relação à língua e à cultura. Então a salinha da Rede de Saberes aqui na UEMS é um local de interação e troca de saberes com outros patricios que também se encontram na mesma situação.

Assim, o acadêmico indígena vai driblando as dificuldades que surgem no decorrer da graduação contando com essas ações de

---

19. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13102-port389-13-pdf&category\\_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13102-port389-13-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 01/02/2016.

apoio para a conclusão de seus cursos. Dentro das universidades citadas acima eram concedidos vários tipos de bolsa, como a de permanência, de extensão, de iniciação científica, ou seja, formas de assistência estudantil que também estavam abertas aos acadêmicos indígenas. Apesar da bolsa Vale Universidade Indígena, vários acadêmicos perdiam o direito à mesma devido ao descumprimento das condicionantes da lei e, nesse caso, buscavam a bolsa de assistência estudantil para a realização de pesquisa e extensão voltadas para as aldeias indígenas. Como bem destaca o acadêmico B.P.F, estudante Terena da UFMS: “Desenvolvi projeto de extensão sobre educação ambiental e outros voltados para o meio ambiente na escola indígena. Foi uma experiência boa que obteve resultados”.

Do mesmo modo, diversos outros ingressos em universidades que ainda não tinham políticas de permanência buscaram esses outros meios de suma importância, como os projetos de iniciação científica ou de extensão, que, além de se transformarem em uma das estratégias para a permanência na universidade, proporcionou-lhes a aquisição de novos conhecimentos. Trata-se de um aprendizado que tem somado às lutas dos povos indígenas, uma vez que como profissionais poderão utilizar essa ferramenta para trazer melhorias para as aldeias.

Todos esses apoios e bolsas, o laboratório de informática, o auxílio em tutoria, o auxílio para a participação em eventos e para a compra de livros, e até mesmo para a compra de materiais solicitados por determinados cursos, entre outros auxílios concedidos pelo Programa Rede de Saberes aos acadêmicos indígenas, têm sido fundamentais para a permanência dos indígenas nas universidades.. Embora essas bolsas tenham um valor muitas vezes quase simbólico, já que não cobrem todas as despesas de um universitário, eles seguem firmes enfrentando todas as adversidades que a cidade grande lhes proporciona. Para eles, conhecer e trocar experiência com os patrícios tem um único objetivo: voltar para a aldeia com



título de graduado para trabalhar na própria comunidade, sobretudo quando o curso é na área de licenciatura. Eles veem na bolsa uma oportunidade de aprendizado e um compromisso com sua aldeia. Por outro lado, os estudantes indígenas criticavam algumas condições para o recebimento das mesmas, pois para tanto devem prestar serviço ao estado, o que está previsto para ter acesso ao Vale Universidade Indígena.

### **O Programa Vale Universidade Indígena e suas condicionantes**

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul foi a primeira em MS a instituir cotas para os povos indígenas, enquanto o Programa Vale Universidade Indígena, instituído pelo Decreto nº 11.856, de 12 de maio de 2005, consistiu em uma parceria firmada entre o governo estadual e a UEMS, visando garantir ajuda financeira para a permanência do indígena no Ensino Superior, por meio de uma bolsa-estágio no valor de R\$ 300 (trezentos reais) mensais a título de custeio de sua formação profissional. O cumprimento do estágio constitui uma das condições para recebimento da bolsa: ele é realizado pelo acadêmico de acordo com seu curso e escolhido pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC/UEMS). Há um supervisor responsável pela frequência e pelas atividades do bolsista. A seguir, vemos algumas condições para o recebimento da bolsa:

Art. 3º Poderá se inscrever para o benefício social, nas condições deste Decreto, o acadêmico indígena que comprovar:

- I. ser índio, mediante apresentação do Registro de Nascimento Indígena/RANI;<sup>20</sup>
- II. possuir Carteira de Identidade expedida pela Funai;
- III. estar matriculado em curso presencial de bacharelado ou licenciatura, reconhecido nos termos da legislação vigente, mantido pela UEMS;
- IV. ter frequência regular de, no mínimo, 80% das aulas em cada semestre/ano letivo;
- V. não ter sido reprovado em qualquer disciplina na data de inscrição e convocação pelo Programa.<sup>21</sup>

O acadêmico indígena do primeiro ano recebe a bolsa, mas para continuar com o benefício pelos próximos anos precisa atender a uma série de exigências, principalmente no tocante a não ter dependências ou reprovações, devendo igualmente cumprir doze horas de atividade em qualquer órgão público. O RANI e a carteirinha da Funai muitas vezes ficam travados na burocracia da Funai por meses, e assim o candidato à vaga não consegue a bolsa. Chama a atenção a exigência de 80% de frequência, conforme explicitado no artigo 3º, inciso V (até 2008, era de 90%), pois, de acordo com a LDB, o cumprimento de 75% de frequência nas disciplinas, mais a média exigida, é o necessário para lograr aprovação.

---

20. O Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) é um documento administrativo fornecido pela Funai, instituído pelo Estatuto do Índio, **Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973**: “O registro administrativo constituirá, quando couber, documento hábil para proceder ao registro civil do ato correspondente, sendo admitido, na falta deste, como meio subsidiário de prova”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm). Acesso em: 15/07/2015.

21. Disponível em: <http://www.sedhast.ms.gov.br/programa-vale-universidade-indigena/>. Acesso em: 15/07/2015.

Quero destacar, aqui, um dado de suma importância na implantação da bolsa: a necessidade de comprovação de se ser índio para ter acesso à mesma, o que não apenas funcionou como forma de apoio, mas também de conscientização do compromisso com os estudos daqueles que são beneficiados. Para tanto, o inciso V reza que o acadêmico será beneficiado pelo auxílio mediante a comprovação de 85% de presença no semestre. Mas como relatado, trata-se de algo bastante criticado pelos estudantes, como na fala de S.V.G, 43 anos:

Como pode o Decreto das bolsas indígenas cobrar tanto do aluno indígena? Penso que é uma verdadeira opressão como, por exemplo, essa porcentagem cobrada de 85%, sendo que para os alunos não indígenas a frequência exigida é de 75% da carga horária de cada disciplina, o que quer dizer que os alunos podem faltar 25%. Já no critério do Vale Universidade Indígena, nós acadêmicos não podemos faltar, não podemos ficar doentes porque, se ficarmos doentes, faltaremos e, conseqüentemente, perderemos nossas bolsas.

As condicionantes são cumpridas rigorosamente pelos acadêmicos, e isto é fiscalizado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (SEDHAST/MS). Caso alguma exigência não seja cumprida ou se o estudante fizer algo contrário ao decreto, a bolsa é cortada. No que diz respeito à porcentagem de presença do aluno indígena em sala de aula, acredito que isto não tenha sido pensado para prejudicar o estudante, mas acho que se deveria priorizar seu rendimento e sua assimilação de conteúdo, considerando a trajetória desses indígenas, que tiveram os ensinos Fundamental e Médio deficitários.

A UCDB também exige o cumprimento de algumas condições para que os acadêmicos indígenas sejam beneficiados com 100% de desconto nas mensalidades. Uma delas é não ter mais de três

reprovações nas disciplinas do curso e participar das atividades (reuniões, monitorias, encontros etc.) do Programa Rede de Saberes. Contudo, ainda que cumpram todas as condições e contem com intenso apoio da Rede de Saberes, alguns não conseguem assimilar o conteúdo, ou preencher o requisito das faltas, especialmente aqueles que moram nas aldeias. Todos os dias precisam se deslocar até o município mais perto com meios próprios e em seguida pegar transporte público, que, muitas vezes, por falta de gasolina e/ou falta de pagamento do motorista, não consegue realizar seu trajeto até a universidade. Além desses motivos, vários outros, tais como chuvas, doenças ou conflitos de terras, os impedem de sair de suas aldeias.

Como relatado pelos entrevistados, o caso dos alunos da UFMS (campus Aquidauana) é diferente. A maioria das IES não possuía nenhum tipo de auxílio específico para povos indígenas até 2013, ano de concessão da Bolsa Permanência a partir de lei federal. Esses acadêmicos moravam em suas aldeias e trabalhavam na área da saúde, na escola, nas roças ou vendendo seus produtos dentro da aldeia, no comércio para não indígenas, dentre outros, e estudavam no período noturno, como relata a profissional A. K., de 29 anos:

Sou graduada em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Quando estava na graduação, morava na TI Passarinho,<sup>22</sup> e todos os dias [noites] tinha aulas presenciais. O deslocamento era feito através de ônibus [acadêmicos de Miranda]. Eu saía às 17h da cidade de Miranda, rumo à cidade de Aquidauana, e retornava à 01h. Naquela época ainda não havia qualquer auxílio para nós indígenas, mas existiam outros, acessíveis a

---

22. A distância em linha reta entre Miranda e Aquidauana (ambas em Mato Grosso do Sul) é de 65,58 km.

toda a academia, dos quais poucos patrícios tinham conhecimento. Então, no período da graduação, eu dava algumas aulas dentro da minha aldeia, o que me ajudava nas compras de livros, xerox, entre outros materiais didáticos. Muitas vezes pensei em desistir devido à distância. Era cansativo, pois eu tinha meus afazeres de casa por ser mulher e ainda tinha que preparar minhas aulas, mas ao mesmo tempo pensava no bem-estar da minha família e na minha qualificação profissional, que também poderia somar ao movimento das minhas lideranças.

É importante mostrar as diferenças das trajetórias desses acadêmicos e o motivo que os levaram a continuar, porque ainda que existam políticas de apoio aos estudantes indígenas, o ponto fundamental para que eles não desistam ainda tem sido a de apropriação desses conhecimentos pela luta do seu povo, como bem relatado acima.

Na UFGD, entre 2006 e 2010, existia um número pequeno de indígenas, mas era possível identificar alguns deles percorrendo os corredores do campus da universidade, inseridos em programas de pesquisa e extensão.

Hoje, com a lei de cotas sociais, podemos presenciar um número maior de indígenas de etnias diversas, com apoio da Bolsa Permanência e da Rede de Saberes, que instalou um laboratório na Faculdade Intercultural Indígena que, além de atender aos acadêmicos de cursos regulares, atende também aos alunos do curso de Licenciatura Intercultural Indígena — Teko Arandu.

## **O Programa Rede de Saberes**

O Programa Rede de Saberes: Permanência de Indígenas no Ensino Superior iniciou suas atividades no ano de 2005. Para os anos de 2008 a 2010 foi possível manter a abrangência de sua atuação em

relação ao projeto anterior. Nesta outra etapa, continuou recebendo recursos financeiros da Fundação Ford. E, juntamente com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), contou com a participação das universidades federais de Mato Grosso do Sul (UFMS/Campus de Aquidauana) e da Grande Dourados (UFGD). O objetivo do programa é dar continuidade às ações de apoio aos alunos indígenas durante sua estada nas universidades de todo o estado. Ele ampliou o apoio ao fortalecimento da articulação entre os acadêmicos índios das diversas IES e dessas com suas comunidades, lideranças e organizações, tendo como objetivo a inserção profissional desses alunos no contexto regional.<sup>23</sup>

A Rede de Saberes teve início com monitorias, fornecendo apoio para a participação em palestras e eventos e realizando encontros dos acadêmicos do estado de Mato Grosso do Sul, entre outras ações que o projeto proporcionou para esses estudantes de cunho especial. A cada vivência de que os alunos indígenas participam, eles se transformam e aperfeiçoam seus conhecimentos, e muitos os têm utilizado em prol de seu povo quando concluem suas graduações, como vamos ver no próximo capítulo.

Os indígenas que saem de sua aldeia de origem e migram para os grandes centros urbanos em busca de uma formação acadêmica são vistos pelos indígenas da sua aldeia, pelas lideranças, pelos professores indígenas e, principalmente, por sua família como uma possibilidade de mudança dos vários problemas acumulados ao longo de muitos anos nas aldeias indígenas. A formação desses estudantes e o seu futuro profissional, seja qual for a área que escolham e apliquem na aldeia, será recebida com propriedade e confiança, pois os conhecimentos ditos científicos serão

---

23. Disponível em: <http://nepi.eco.br/rede-de-saberes/>. Acesso em: 10/07/2015.

trazidos para nossas aldeias, como na fala do ex-cacique da Aldeia Lagoinha, senhor Edivaldo Felix Terena, também profissional da área da saúde:

Meu pensamento é esse: um dia, quero ver a saúde sendo ocupada somente pelos patrícios, porque o indígena tem o mesmo sentimento que nós que moramos aqui na aldeia; sente o mesmo sentimento porque tem o nosso sangue, é diferente. Então, se você tem um vereador, o nosso tratamento vai ser diferente; um médico, o tratamento vai ser com outro olhar. Olha outro exemplo: o Dr. Eloy se formou e quando voltou, nós falamos de demarcação com mais autoridade, com mais conhecimento, com mais propriedade. Começamos a retomar nossos territórios, coisa nunca feita por nós antes, porque tínhamos medo. A situação muda quando tem um índio nos orientando: “Faz isso, faz aquilo; assim não pode, porque não vai dar certo essa diferença”. Porque o índio fala com conhecimento da causa e sentimento do seu povo. É diferente porque é um índio, temos mais confiança, somos mais seguros porque tem um patrício.

Na fala do senhor Felix, fica claro que a universidade tem sido vista como uma ferramenta de empoderamento dos povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul, em meio a tantas lutas presentes no cotidiano dos indígenas. Ao mesmo tempo, essa conquista tem se refletido, aos poucos, no futuro que almejamos, de autonomia, de gestão de nossos territórios, de educação de acordo com a Constituinte de 88, de demarcações de nossos territórios tradicionais, de agricultura, entre muitos outros pontos que vislumbramos.

Muitos acadêmicos indígenas também veem a universidade como um espaço de trocas de conhecimentos e de rearticulação de novas alternativas dentro de uma sociedade marcada pela desigualdade. Sociedade esta construída durante o período colonial e

que tem continuidade até a presente data. É notório que as universidades de Mato Grosso do Sul sempre foram ocupadas somente pelas elites locais e, como consequência, se tornaram instituições anti-indígenas. Portanto, em toda a pesquisa aqui apresentada, farei referência à trajetória dos profissionais indígenas dessa região. A experiência vivenciada ao longo da vida de cada acadêmico interfere de algum modo nas relações políticas que se constroem com os espaços acadêmicos e com aqueles que fazem parte da academia. Aqui procurarei tratar das experiências dos acadêmicos citados acima, considerando as particularidades em seus percursos institucionais, com trancamentos e evasões.

Ao se referir ao ingresso dos acadêmicos indígenas nas IES do estado de Mato Grosso do Sul, as entrevistas e os questionários demonstram que o movimento desses indígenas em busca dos cursos nem sempre é feito por conhecimento do curso ofertado. Tal situação tem levado a uma alta taxa de evasão desses indígenas das universidades, pois encontram imensas dificuldades de assimilação de conteúdo, o que leva ao desânimo de continuar dentro da sala de aula. O que percebo é que, de uns anos para cá até os dias atuais, ao ingressar no Ensino Superior, seja na universidade pública, seja na privada, o indígena conquistou vários avanços, desde sua permanência dentro da universidade até a conclusão de seus cursos com êxito. O que aconteceu durante a graduação de diversos deles, sendo fundamental para sua permanência na universidade, foi o apoio das lideranças e dos familiares, que fizeram diversos festivais e rifas a fim de arrecadar dinheiro para enviar aos jovens que se encontravam nos centros urbanos (com a finalidade de pagar o aluguel de suas moradas). Muitos desses estudantes indígenas optaram por estudar e trabalhar na cidade, a fim de se sustentarem sozinhos. Este é o caso do acadêmico A. L., 29 anos:



Tive que trabalhar de madrugada para continuar os estudos, pois, após três reprovações consecutivas, perdi minha bolsa de estudos e, para poder me manter na cidade, tive que trabalhar [...]. Não conseguia estudar direito, pois estudava no período matutino, dormia no período da tarde e logo tinha que ir para o serviço [...]. Fui perdendo provas [...]. Mas com o serviço, dava para me manter até o final do ano.

A evasão, no entanto, tem atingido grande número de indígenas quando estes não conseguem outro meio de se sustentar nos centros urbanos, além do trabalho, como no caso citado acima. Muitas das meninas tinham como opção trabalhar como domésticas para terem onde morar, como relata à acadêmica P.R., de 29 anos:

Durante a graduação, tive como solução morar numa casa de família, prestando serviços domésticos em troca de moradia e alimentação. Não recebia nada. Trabalhava em troca de morar e me alimentar [...]. Era a única solução para eu me manter estudando, pois não tinha condições financeiras de permanecer na cidade sem essa ajuda. Foi assim durante os quatros anos. Era cansativo, pois trabalhava o dia todo para ir para a faculdade à noite.

Neste mesmo ano, os calouros foram recepcionados por um grupo de professores. Na época, não havia na universidade um espaço com a finalidade de atender os indígenas recém-ingressos, que se organizavam como podiam. Durante um ano, os acadêmicos se reuniram em praças públicas, com a finalidade de traçar estratégias para sua permanência e de escolher representantes que tivessem autonomia para buscar apoio nos órgãos públicos em nome desses acadêmicos indígenas.

Com o passar do tempo, eles foram ficando cada vez mais fortalecidos para, juntos, enfrentarem os grandes desafios, mas muitos desistiram por não terem condições de permanecer nos centros urbanos. Os seis primeiros meses eram os mais difíceis, pois, em geral, nesse período os estudantes indígenas não tinham qualquer ajuda. A universidade prestava apoio no que estava a seu alcance. Durante o tempo em que não dispunham da bolsa, os acadêmicos se organizavam como podiam. No caso do apoio concedido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), eles trabalhavam na montagem das cestas básicas que seriam destinadas às aldeias da região sul do estado e, em troca, ganhavam uma cesta básica por mês, o que era suficiente para ajudar alguns deles. A Funai também oferecia os passes e a passagem para todos os acadêmicos, apoio fundamental para a permanência de muitos deles. No primeiro ano de ingresso por meio de cotas dos estudantes indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, diversas situações caóticas foram vivenciadas desde sua chegada ao centro urbano, sem que estivessem preparados para lidar com elas. Como relatado por A. L., de 30 anos:

Quando passei no vestibular, foi a maior felicidade; comecei com toda a família, sem saber que a maior dificuldade estaria por vir [...]. Chega o dia de partir para a cidade de Dourados, cidade que oferecia o curso que eu pretendia fazer. Arrumei minha mala e carreguei comigo um colchão [...]. Sabia que meu destino era a cidade de Dourados, mas não sabia nem ao menos onde iria morar quando lá chegasse. Ainda assim, fui com coragem e muita força de vontade [...]. Chegando lá, a primeira coisa que fiz foi ir para a praça da cidade, onde encontrei outros patrícios na mesma situação. Porém, muitos deles já haviam arrumado lugar por alguns dias e foram embora. Eu fiquei. Foi escurecendo, e me bateu um desespero, pois

estava longe de casa e ainda não havia me alimentado e nem ao menos tinha dado notícias à minha família [...]. Já pensava em ir embora quando apareceu um patrício e me ofereceu um abrigo, e eu aceitei, pois, não queria retornar para a aldeia.

Como relatado por A. L., a difícil chegada à cidade é tida como o primeiro dos obstáculos a ser vencido, pois muitos saíam de suas aldeias sem ter nem ao menos onde morar. Então a solução era morar com outros patrícios, ou até mesmo, no caso das meninas, ir morar no trabalho, prestando serviços domésticos em troca de moradia e alimentação, como vivenciado pela acadêmica R. B. P., de 29 anos:

Quando iniciei a graduação, foi difícil porque tive que me deslocar da minha aldeia, que ficava no município de Panambizinho, para a cidade de Dourados, muitas vezes sem recurso para me alimentar. A única renda que tinha era a bolsa que o governo nos oferecia de R\$ 345, que dividia com a minha família e era insuficiente. Fui à procura de serviço no centro de Dourados, cidade em que se localizava a universidade, e o único serviço que encontrei foi de doméstica. Eu morava e me alimentava no trabalho, e os empregadores achavam que meu trabalho já estava pago, me dando um valor muito pequeno, pois sempre falavam que era porque eu morava e me alimentava ali. Conformei-me porque, durante os quatro anos de graduação, não pagava aluguel, e sobrava um dinheirinho para mandar para minha mãe.

Assim como os relatos acima, existem vários outros exemplos de superação diante dos esforços desses próprios estudantes e do suporte dado por algumas poucas políticas de apoio aos indígenas.

De acordo com a Divisão de Inclusão e Diversidade da UEMS, encontram-se em vigor vários programas e projetos que incluem os estudantes indígenas, como é caso do Programa de Assistência Estudantil (PAE), do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Vale Universidade Indígena.

Além disso, havia o já mencionado Programa Rede de Saberes, a partir do qual se concretizaram diversas ações, tais como: a criação e a manutenção de um laboratório de informática; a aquisição de materiais bibliográficos e de uso laboratorial para acadêmicos indígenas, principalmente os calouros; e o apoio aos alunos indígenas em atividades de pesquisa relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Vale ressaltar que o único projeto específico para negros e indígenas na UEMS é o PIBIC Ações Afirmativas, criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que concedeu à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul 14 bolsas de iniciação científica. Trata-se de um projeto que beneficiou alguns acadêmicos, com o objetivo de ampliar a formação científica dos alunos da graduação, que já não está em vigor.

Porém, pouco se tem discutido sobre as adequações e as transformações que é preciso fazer nessas instituições para receber os indígenas de diversos povos, cada qual com suas especificidades. São sujeitos que não desejam apenas aprender o que se tem para ensinar, mas também ver seus conhecimentos tradicionais valorizados. Esses e outros apoios são os instrumentos com os quais tais estudantes podem contar para permanecer fora de suas comunidades, pois sabem que são momentos diferentes o de viver na aldeia e o de viver na cidade, como bem relata o acadêmico G.V. Terena:

Quando estamos na aldeia, não nos preocupamos com nada, pois sabemos que em qualquer casa que chegarmos, os patrícios irão nos acolher, oferecendo a casa para

dormir, ou um prato de alimento. Na aldeia, qualquer casa é minha casa. E quando chego à cidade grande, me deparo com esse individualismo dos *purútuye*. É um momento de difícil adaptação para nós, estudantes indígenas, mas é necessário quebrar essa barreira para alcançar algo melhor para nosso povo e até mesmo para nós e nossas famílias.

Diante dessas adversidades da cidade grande, os indígenas têm buscado todos os meios para a sobrevivência, ‘reaprendendo a sobreviver’.

### **Associação dos Acadêmicos Indígenas da UEMS: embora não constituída, foi fundamental para a permanência dos acadêmicos nos centros urbanos**

O Programa Rede de Saberes propunha, em todo início de ano letivo, uma pequena confraternização para os acadêmicos indígenas com a finalidade de recepcionar os novos calouros. O momento era de interação e diálogo entre esses estudantes, pois era dali que surgia a amizade e a troca de experiências e desafios que cada um iria vivenciar. E assim foram se formando grupos dos quais futuramente surgiriam os representantes desses acadêmicos. Eu me recordo de Arildo França, de Genivaldo Viera, de Aguinaldo Arruda, de Rose Mariano, de Leosmar Antonio etc. Os nomes que cito são os daqueles que lutaram pelo movimento estudantil indígena na região de Dourados, sempre buscando a efetivação da associação dos estudantes. Essa última, embora nunca efetivada como pessoa jurídica, sempre foi apresentada pelos acadêmicos indígenas que estavam à frente do movimento estudantil e que conseguiram utilizá-la em prol dos universitários. Eu me recordo que isso significou o estabelecimento dos convênios com a Funai

e com as secretarias de Cultura, Educação e Assistência Social da prefeitura de Dourados, além do apoio da própria universidade com as bolsas. O convênio com a Funai se dava nas doações de abrigo de frio, cestas básicas, passes de ônibus e passagens para retornar às suas aldeias no período de férias, além do pagamento da taxa de vestibular etc.

Já para as prefeituras e secretarias, a associação sempre fazia requerimentos visando utilizar os espaços públicos para reuniões e encontros, ou para comemorar datas tradicionais. Um exemplo disso é o caso do dia 19 de Abril, Dia do Índio, que, como sempre caía em dia letivo, não havia como todos se deslocarem até a aldeia para comemorações. Sendo assim, os estudantes se reuniam e ali faziam a celebração com danças e cantos tradicionais.

Outro momento de interferência da Associação dos Estudantes Indígenas foi em 2008, ano em que eles já não tinham onde buscar ajuda, pois muitos dos apoios citados já não existiam — o único remanescente era o Vale Universidade Indígena. Naquele momento, a atuação da associação foi decisiva e essencial para a permanência dos indígenas nos centros urbanos. Muitos já haviam desistido, pois já se contavam seis meses de atraso no pagamento da bolsa Vale Universidade.

Naquele momento, muitos aluguéis, contas de luz e água estavam atrasados, e muitos indígenas sem saber o que fazer, pois seus familiares não tinham mais como ajudá-los, já que tinham esgotado todas as fontes de ajuda, como explica S.V.G., de 42 anos:

Já estávamos no mês de julho, e nem notícia de nossas bolsas. Estávamos cumprindo as condicionantes do Decreto da Bolsa, mas o governo deixou a desejar, não cumprindo a sua parte. Olha a situação da minha roupa: está suja; tenho vergonha de chegar assim na sala de aula, pois a maioria dos alunos é da elite, mas não tenho

dinheiro para comprar sequer um sabão para lavar minhas roupas, não tenho dinheiro para pagar meu aluguel e até me escondo do dono quando ele vai à minha quitinete para cobrar. Foi difícil, pois, na época, ou estudávamos ou nos preocupávamos com nossas contas. Quem estuda com tantos problemas na cabeça? Como vamos competir no mercado de trabalho com alguém que passa a vida inteira se dedicando aos estudos se, quando temos essa oportunidade, temos essas preocupações?

A união dos estudantes indígenas da UEMS, através da Associação dos Acadêmicos da UEMS, ainda que não constituída formalmente, permitiu muitas negociações e diálogo nos vários âmbitos, quando os canais comuns se esgotavam e não havia outros meios, a não ser ir para as ruas em busca de respostas para as demandas não atendidas. Foi o que aconteceu na manhã do dia 14 de abril de 2008.

Depois que todos os apoios se esgotaram, os acadêmicos indígenas decidiram em reunião coletiva comunicar às autoridades da UEMS que iriam fazer uma grande mobilização contra o não cumprimento do decreto: resolveram fechar a BR 262-Avenida Guaicurus, que liga a universidade à cidade de Dourados, em forma de protesto por falta de depósito da bolsa universitária indígena. Muitos já não tinham de onde tirar recursos para se manter na cidade universitária, que, por sinal, tinha preços elevados. A foto a seguir ilustra a mobilização:



FIGURA 2 | Mobilização dos acadêmicos indígenas da UEMS.  
FOTO: Dilvugação Facebook.

A grande mobilização teve resultado logo na manhã do dia seguinte: o problema foi solucionado com o pagamento da bolsa universitária. É importante frisar que, em meio a tantas adversidades de ordem cultural e financeira, havia uma dimensão psicológica. Em relação a isso, a acadêmica A. E. A., de 22 anos, conta sobre sua saída da aldeia:

Lá na aldeia não temos tudo o que queremos, mas o pouco que temos é o suficiente para nossa sobrevivência, pois lá seu vizinho planta mandioca, milho, abóbora, feijão e, na hora da colheita, ele vai dividir com você. Eu não estava mal na aldeia, pois o ano todo era tempo de plantar e colher. Agora, quando chego aqui, me deparo com essa situação de ter de pagar aluguel, comprar alimento etc. E se não temos dinheiro, estamos mal, e quem vive bem? Para você ter qualquer coisa tem que ter dinheiro. [...] Vai comprar um arroz, tem que pagar; um feijão, paga; um pão, tem que pagar, tudo tem que pagar. É muito difícil a vida fora da aldeia. É um choque quando temos que lidar com essas situações e, se pararmos para pensar, os nossos



país não nos prepararam sequer para enfrentar essas situações, porque eles não precisaram. Mas, hoje, nós é que sofremos com isso. Nada que não possa ser superado, quando um sonho está acima de tudo. [...] Estamos na luta. Quero terminar meus estudos, voltar para a minha aldeia e ajudar a minha família e as lideranças.

A união dos estudantes indígenas, trazendo seu modo de viver da aldeia para a cidade — ou seja, as mesmas preocupação e solidariedade que um tinha com o outro (ainda que não fossem parente de sangue, e sim parentes por pertencerem a um mesmo povo —, foi fundamental naquele momento, considerado por eles o tempo mais difícil. Quando esses estudantes se depararam com as situações de descaso, isso os fez repensar e começar a valorizar mais sua aldeia, sua família, pois perceberam que fora da aldeia existe outro modo de vida, que muitos anciões, adultos, adolescentes e crianças desconhecem. Sendo assim, os estudantes indígenas têm o dever de honrar seus compromissos e suas responsabilidades dentro da universidade para que saiam bem formados com a capacidade de competir e debater em qualquer momento e em diferentes situações.

O diferencial da maior parte dos acadêmicos indígenas está no modo como irão assimilar essa nova maneira de viver para superar os desafios, processo durante o qual muitos acabam por desistir por medo de tentar, e aqueles que resistem vivenciam todas as dificuldades e adversidades que o mundo universitário impõe. Veremos mais adiante profissionais indígenas que carregam consigo a ‘bandeira do desafio’ em diversos campos, como território, meio ambiente, educação e saúde.

## Deslocamentos dos acadêmicos indígenas: da aldeia à universidade

Durante um ano, pude presenciar a trajetória de 93 acadêmicos indígenas que ingressaram na universidade por meio do vestibular tradicional, quando fui convidada a fazer parte do quadro dos funcionários da UCDB, no Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI), no qual o Programa Rede de Saberes está inserido, para apoiá-los dentro da universidade. Por ocasião da chegada desses novos estudantes, sempre havia uma reunião para recepcioná-los e uma apresentação do projeto, na qual se explicava como funcionavam os apoios aos estudantes indígenas, principalmente no que diz respeito às condicionantes para a bolsa de descontos que os acadêmicos indígenas recebiam da Universidade Católica Dom Bosco.

Nesse caso, ao passar no vestibular, em um primeiro momento, o indígena tinha que comparecer ao setor de assistência social da universidade, fazer uma triagem e, em seguida, apresentar os documentos solicitados pelas assistentes sociais para averiguar sua veracidade, especialmente no tocante à carta de recomendação vinda do cacique da aldeia, solicitada somente aos novos alunos, pois havia muitas pessoas querendo tirar proveito da situação. Um exemplo disto foi um estudante que compareceu no NEPPI afirmando ser indígena, mas que não possuía a carteirinha da Funai e nem sabia a qual etnia pertencia, se era Terena ou Terenas. Ao ser indagado o motivo de estar ali, respondeu que estava atrás do desconto que a universidade oferecia aos indígenas, e por se autodeclarar como tal, acreditava merecer o apoio da UCDB nos estudos.

Como se percebe nas falas de muitos indígenas que entram na universidade e conseguem esse apoio, eles defendem que o objetivo maior das políticas afirmativas é que adquiram conhecimento científico nas IES, retornem às suas aldeias de origem e, somando

ao conhecimento tradicional, possam caminhar junto com suas lideranças — o que muitos têm feito após a conclusão de seus cursos, mesmo que isso signifique a superação de diversos obstáculos, desde tirar notas boas até o deslocamento feito da aldeia para a universidade. Este era o caso dos estudantes que vinham da Terra Indígena Buriti, deslocando-se até o município mais perto com suas próprias condições e seguindo até a universidade com o ônibus que a prefeitura disponibilizava gratuitamente, mas não mais. Nos dias atuais, eles precisam pagar um valor para o município para que esse deslocamento seja feito.

Recordo-me de um momento em que os acadêmicos procuraram o NEPPI muito preocupados, pois tinham ouvido notícias de que, no ano seguinte, o transporte não seria mais gratuito, e cada um teria que garantir sua vaga com uma taxa para realizar o deslocamento. Muitos dos acadêmicos não tinham de onde tirar essa pequena quantia, já que seus pais viviam das lavouras, de cestas básicas e do Bolsa Família, e o pouco que ganhavam era para pagar luz e outras contas que eram prioritárias. Esta é uma situação distinta da dos indígenas que moram na TI Taunay/Ipegue, que se deslocam diariamente para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Aquidauana, com transporte escolar cedido pela prefeitura, percorrendo 75km por dia para chegar à universidade. A maioria deles trabalha durante o dia, como professor, agente de saúde e enfermeiro. Quando não encontram o curso desejado na UFMS, têm de se deslocar até outras cidades nas quais é oferecido. A demanda maior de deslocamento é para a cidade de Dourados, onde se localiza o campus principal da UEMS e onde se oferecem vários cursos de nível superior. Neste caso, com frequência, o indígena de Buriti se vê obrigado a migrar para a cidade e lá residir durante o período de graduação. Já os indígenas da Aldeia Jaguapiru, bem próxima a Dourados, fazem seu deslocamento em ônibus que circula dentro da aldeia para atender toda a comunidade. O transporte tem sido um dos fatores para a desistência de

muitos acadêmicos, pois, em geral, sai caro para suas famílias, que precisam dar um jeito, vendendo seus produtos das lavouras. Embora existam todos os apoios mencionados dentro das universidades, que têm sido fundamentais e essenciais, eles são insuficientes para cobrir as necessidades daqueles acadêmicos indígenas que não têm apoio das famílias, pois muitos não possuem nem mesmo uma renda mensal fixa, e dependem de uma venda, de uma *changa*, dentre outros trabalhos informais.<sup>24</sup>

Presenciei muitos acadêmicos desistirem dos cursos por não terem mais condições de segui-los por dificuldades no acompanhamento das disciplinas, dificuldades financeiras, ou por não terem como pagar o transporte ou comprar os livros solicitados pelos professores, como relata a Terena F.B.T., de 26 anos:

Eu gostaria de continuar a estudar, mas para mim não dava mais, pois quando os professores solicitavam que eu comprasse livros, até me animava em ir atrás para ver quanto custavam, mas, quando via o preço, nem eu nem meu pai tínhamos condições de comprar, pois eram caríssimos, e quando chegávamos na sala de aula — todos os colegas com os livros que o professor solicitava e somente eu sem o livro — tinha vergonha, era frustrante para mim. Chorava, queria comprar, mas não podia, e como é que uma pessoa estuda pensando em todas essas dificuldades que enfrentamos quando nos deparamos com essa e outras situações dentro da universidade? Sem ter o dinheiro para pagar o transporte para se deslocar até a universidade? Para a minha família foi triste a minha desistência, e nem eles sabem o porquê. Mas nunca irei falar a eles por vergonha, prefiro ficar aqui na aldeia ajudando meus familiares na lavoura. Quem sabe um dia eu volte à universidade. Um dia!

---

24. Changa: pequenos serviços, bico.

Como vemos, não é por falta de força de vontade que esses estudantes não querem estar nas universidades, muito menos por dificuldades de acesso, e sim pelas diversas situações distintas com as quais precisam lidar e para as quais não foram preparados por suas famílias ou lideranças. São momentos e fatos novos, que precisam ser aprendidos para que os obstáculos possam ser vencidos. É preciso que haja pessoas que ensinem como é viver e lidar nos centros urbanos e dentro das universidades. Eu acredito que, com base em suas próprias trajetórias, os indígenas formados possam mostrar sua persistência e sua coragem a esses jovens, e os passos do caminho a se vencer. Os povos indígenas precisam de mais pessoas para se somar à árdua luta que se tem travado no estado de Mato Grosso do Sul. Somente através da educação teremos pessoas com capacidade de debater com qualquer outra a respeito da situação vivida nos dias atuais.

Muitos dos entrevistados tiveram que sair de suas aldeias e morar nos centros urbanos para poder concluir suas graduações, com exceção daqueles residentes em algumas terras indígenas que ficam perto das universidades — Terra Indígena Buriti, Terra Indígena Taunay/Ipegue e Reserva Indígena de Dourados (Jaguapiru) —, das quais os acadêmicos fazem seu deslocamento com transporte cedido pelas prefeituras.

O incentivo da família para que cursassem a educação superior foi mencionado pela maioria dos acadêmicos, para que seus filhos tivessem “melhor condição de vida” (M.F.T., 27 anos), “para que nunca passássemos por dificuldades que [os pais] passaram em sua vida” (C.F., 30 anos).

O incentivo e o apoio para ingressar na universidade vêm dos pais ou de um irmão mais velho, e são mencionados principalmente nos momentos de dificuldades, quando pensavam em desistir. O incentivo dos professores da educação básica foi também citado, tendo em vista que a maioria deles é indígena e vivenciou experiências de

mudança em suas vidas, que acarretaram efeitos de transformação em suas identidades, decorrentes da formação superior e do prestígio que obtiveram depois disso. Suas identidades foram atualizadas pela forma como passaram a ser vistos por suas comunidades. Por exemplo, os professores graduados são representados como a segunda geração de lideranças indígenas, precedida apenas pelos caciques e vice-caciques. Tal prestígio e a autoridade que revestem esses professores têm seu respaldo na formação universitária.

Porém, para se alcançar todo esse dito ‘prestígio’, é preciso passar pela prova da academia, e mostrar de todas as formas que o indígena é capaz de ter o mesmo conhecimento que os *purútuye*. Muitos dos egressos entrevistados fizeram questão de frisar o preconceito contra os acadêmicos indígenas presente em várias formas de discriminação dos colegas de sala, que não estão preocupados com nossos sentimentos, como relata a egressa D.M.F., de 28 anos:

Recordo-me do primeiro dia de aula, quando surgiu a discussão das cotas, partindo do próprio professor, na curiosidade de saber quem da sala era a favor ou contra o sistema de cotas daquela universidade. A primeira a se manifestar, uma colega de sala, logo foi dizendo: “Sou contra essa cota porque meu pai não pagou escola particular a vida toda para mim para depois vir um cotista e tirar a minha vaga”. Ela foi muito incisiva em sua fala e ainda completou dizendo que o cotista não seria capaz de assimilar o conteúdo, já que vem de uma formação fraca oferecida pelas escolas públicas.

Essa e outras formas de discriminação estão presentes no cotidiano dos acadêmicos indígenas, indo do desprezo e da não aceitação nos grupos de trabalho em sala de aula até a dúvida do professor em relação aos trabalhos por eles escritos e se o acadêmico indígena realmente conseguiria tirar uma boa nota na prova.

## Os acadêmicos indígenas e a questão territorial

Pouco se tem escrito sobre o papel dos acadêmicos indígenas no tocante às questões territoriais de seus povos. O que se percebe é que os indígenas que procuram a universidade nos dias atuais estão engajados na luta pela defesa de seu território tradicional ou escutaram alguém falando da importância do Ensino Superior para os povos indígenas na defesa de suas terras. Em geral, os acadêmicos indígenas já chegam às universidades com o discurso de que a formação serve para fortalecer a luta e o movimento indígena diante de todo o descaso do governo diante das questões dos povos indígenas, para entender todo o sistema do “mundo dos brancos” e, juntos, buscarem soluções. Nas palavras do acadêmico A.S.C., de 21 anos,

a vontade de cursar o Ensino Superior surgiu da participação em vários encontros, como assembleias, encontros dos jovens, reuniões com lideranças e a vontade de lutar junto com a comunidade em geral na busca de soluções para nossos problemas, principalmente em relação às demarcações de nossos territórios. A educação é um caminho, pois aí, sim, poderemos falar igualmente aos *purutuyê*.

Portanto, ao ingressarem nas universidades, já carregam consigo a responsabilidade de, ao mesmo tempo, adquirirem conhecimento e ajudarem suas aldeias, especialmente ao participarem de discussões e reuniões relativas à questão territorial, pois esses acadêmicos estão diretamente ligados a ela e não querem deixar de participar de uma luta de todo seu povo. Não se pode pensar o acadêmico distante das suas coletividades. Muitas vezes, sofrem pela perda de seus territórios ou dos guerreiros que morrem por lutarem pela retomada de um território tradicional; em outras, esse

próprio acadêmico é alvo de atentados ou perseguido por defender sua causa e a de seu povo.

Presenciei uma situação no ano de 2013, quando ocorreu a reintegração de posse de uma área retomada por patrícios da Aldeia Buriti, que resultou na morte de um guerreiro indígena. Muitos acadêmicos indígenas faziam parte desse momento por defenderem e ajudarem seu povo, sendo moradores da Terra Indígena Buriti. É importante pensar em como fica a cabeça dessas pessoas depois de tanto descaso do governo e do abuso de poder dos policiais que ali faziam a reintegração de posse. A partir daquele dia, a Terra Buriti não foi mais a mesma: os acadêmicos, anciões e lideranças choravam pela injustiça cometida contra o povo Terena, como conta a acadêmica H.F.B., de 25 anos:

Era um momento de muita revolta e tristeza, não tinha ânimo para estudar na Aldeia Buriti após a injustiça cometida contra nosso povo. Como se concentrar, sabendo que um de nós morreu pelas mãos dos opressores, sabendo que íamos acordar e ver policiais fazendo ronda com armamento pesado dentro da aldeia, o que nunca fora visto antes? O clima era tenso e de muito medo. Por conta da perseguição sofrida dentro da cidade ao redor da aldeia, muitos acadêmicos desistiram de estudar por medo de represálias [...]. Nós nos tornamos guerreiros quando vamos para uma retomada, pois ali estamos sujeitos a tudo: vencer ou ser vencido. Antes de participar da retomada, eu tinha medo de tudo; agora não mais, pois nossas lideranças precisam de nós, jovens, para juntos buscarmos a demarcação de nosso território. Quando mataram o guerreiro, isso nos revoltou. Não queríamos mais estudar, queríamos fazer justiça, trazer o guerreiro novamente, mas isso está longe de nós. Sabemos que ele vive, e sempre estará do nosso lado para que sejamos fortes para continuar lutando. Ele também foi o motivo de muitos acadêmicos não terem desistido dos estudos.



Este foi um momento histórico para o povo Terena no que diz respeito à questão das retomadas de seus territórios, tendo em vista a demora do Estado brasileiro em demarcar as terras tradicionais. Afinal, o prazo constitucional para a demarcação de todas as terras indígenas era de apenas cinco anos e já se passaram mais de 30 anos da promulgação da Constituição Federal, e poucas foram as terras demarcadas após a Constituinte.

Depois de todos esses acontecimentos, percebe-se a união do povo, dos acadêmicos e dos profissionais indígenas nessa luta. Podemos vê-los participando das assembleias, com o apoio do Programa Rede de Saberes, para falarem de seu papel como acadêmicos indígenas, reforçando o compromisso com suas coletividades de base. O II Encontro da Juventude Terena (*Hánaiti Ho 'Únevohiko Inámati Xâne Têrenoe*), realizado na Aldeia Lalima, teve a presença de acadêmicos da UEMS, da UFGD, da UCDB e da UFMS (campus Aquidauana), que contribuíram com a Juventude Terena, relatando um pouco de sua experiência nas universidades e enfatizando a importância dos cursos.



FIGURA 3 | Mesa dos Representantes dos Acadêmicos das UFMS, UFGD e UEMS relatando sua trajetória na academia. FOTO: Gabrielly Eloy.



**FIGURA 4 |** Acadêmicos Indígenas participando da Assembleia da Juventude na Aldeia Lalima/Miranda. FOTO: Gabriely Eloy.



**FIGURA 5 |** Participação dos acadêmicos indígenas na Assembleia Terena do Povo Terena na Aldeia Lalima/Miranda. FOTO: Gabriely Eloy.

E assim tem se intensificado a cada ano a participação desses acadêmicos e profissionais indígenas nas Grandes Assembleias de lideranças da região norte de Mato Grosso do Sul, como pode ser comprovado pelas demandas por eles colocadas no Documento Final das Assembleias,<sup>25</sup> listadas a seguir:

**HÀNAITI HO ' ÚNEVO TÊRENOE**

II Assembleia do Povo Terena

*Realizada na Aldeia Moreira, 16 a 18 de novembro de 2012.*

Reivindicamos capacitação para a população indígena para conhecer a gestão de saúde e a atuação dos profissionais;

Nossas lideranças, anciãos, professores, acadêmicos indígenas e mulheres indígenas devem ter consciência de que o índio deve ser protagonista na política sul-mato-grossense;

Temos que preparar nossa juventude para ir estudar fora, na cidade, e estar apta ao mercado de trabalho. Pedimos às nossas lideranças que apoiem os professores e acadêmicos indígenas na luta pela educação escolar indígena e pela educação superior indígena.

**HÀNAITI HO ' ÚNEVO TÊRENOE**

III Assembleia do Povo Terena

*Realizada na Aldeia Buriti, 08 a 11 de maio de 2013.*

Os profissionais que atuam em nossas comunidades devem sair da própria comunidade, uma vez que temos profissionais indígenas com capacidade técnica para ocupar os cargos;

---

25. Disponível em: <https://conselhoterenamsw.wordpress.com/cartas/>. ,,Acesso em: 25/11/2015.

Exigimos vagas em concurso público direcionado a profissionais indígenas. São estes os profissionais que devem trabalhar em nossas comunidades, uma vez que são os que melhor conhecem a realidade local, falam nossa língua e podem atender com melhor qualidade as nossas demandas específicas.

**HÀNAITI HO 'ÚNEVO TÊRENOE**

IV Assembleia do Povo Terena

*Realizada na Aldeia Brejão, 13 a 16 de novembro de 2013.*

Educação: que as prefeituras municipais respeitem as decisões tomadas pelas lideranças quanto à lotação de professores e dos gestores da educação escolar indígena; Queremos a eleição direta dos diretores das escolas municipais e estaduais indígenas;

Exigimos que os concursos para professores indígenas sejam de fato diferenciados e específicos;

Também exigimos que todas as medidas tomadas pelas lideranças no campo da educação escolar indígena sejam respeitadas pelos órgãos públicos.

**HÀNAITI HO 'ÚNEVO TÊRENOE**

V Assembleia do Povo Terena

*Realizada na Aldeia Babaçu, 07 a 10 de maio de 2014.*

Fica encaminhado que o Conselho do Povo Terena pleiteará junto ao Ministério da Educação um programa de bolsa de pós-graduação (mestrado e doutorado) específico para indígenas;

Fica encaminhado que o Conselho do Povo Terena pleiteará junto à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e à Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena do MEC a equiparação da bolsa indígena ao programa do governo federal, visando à permanência do indígena no Ensino Superior;

Fica encaminhado que o Conselho do Povo Terena encaminhará às Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul uma solicitação para a criação de cursos de bacharelados nas diversas áreas de conhecimento específicos para indígenas;

Fica encaminhando que o DSEI MS tomará providências no sentido de viabilizar estágios para acadêmicos indígenas nas diversas áreas de conhecimento, podendo para tanto firmar convênio com as Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul.

Não tive acesso aos documentos finais das demais assembleias, mas os registros citados acima nos mostram a ligação entre os acadêmicos, os profissionais e suas lideranças em busca da efetivação das garantias que estão em vários ordenamentos jurídicos.

É nítido que tanto os acadêmicos e profissionais quanto os caciques lutam pelo retorno às aldeias após a graduação e pela inserção dos graduados no mercado de trabalho ali disponível. Isto já vem acontecendo nos dias atuais, pois muitas das escolas municipais em que fui entrevistar já contam com diretores indígenas.

As grandes assembleias do povo Terena servem para reafirmar e conscientizar sobre o compromisso que os acadêmicos e profissionais devem ter com seu povo, especialmente no que diz respeito ao “retorno”, que não significaria exatamente um retorno à comunidade, e, sim, o dever de cumprir suas obrigações com a comunidade, prestando seu apoio através do conhecimento adquirido na universidade. Na visão dos caciques, só através do conhecimento mútuo podemos adquirir a confiança para que, juntos, possamos lutar por nossos direitos, uma vez que anteriormente se imaginava que o acadêmico e o profissional indígena queriam tomar o posto de cacique, como nas palavras do ex-cacique E. F. Terena:

A liderança tradicional pensava que estávamos indo para a universidade para retornar à aldeia para sermos caciques. Longo foi o período até conseguir que entendessem que nosso papel não era de tomar o posto das lideranças tradicionais, e sim de somar o conhecimento adquirido ao longo dos anos na universidade.

Assim, ao longo dos anos, a presença dos universitários e profissionais indígenas nas grandes assembleias realizadas pelo Conselho do Povo Terena foi se intensificando. Esta participação tem se mostrado de suma importância nos encontros, conferências e assembleias, para que, juntos, possamos promover debates e fomentar políticas que tragam qualidade de vida e bem-estar para as aldeias do estado de Mato Grosso do Sul.

### **Encontro de acadêmicos: reconhecimento e afirmação da luta dos povos indígenas de MS**

O Programa Rede de Saberes tem conseguido promover encontros anuais que reúnem os acadêmicos no intuito de discutir as políticas públicas para permanência desses indígenas nas universidades e tratar das questões ligadas aos movimentos de seus povos. Chegou certo momento em que os próprios acadêmicos sentiram a necessidade de trazer as lideranças tradicionais para os encontros, para que pudessem acompanhar suas dificuldades e falar um pouco sobre esses novos pensadores.

O Estado brasileiro está em dívida com os povos indígenas. Sendo assim, as lideranças tradicionais anseiam que seus jovens sigam para a universidade, cujo acesso lhes é atualmente garantido, e adquiram o conhecimento que muitas pessoas da comunidade não tiveram o privilégio de ter. O apoio do Programa Rede de Saberes foi importante para costurar esses intercâmbios entre

lideranças e acadêmicos ao longo dos encontros. Recordo-me de um encontro que foi realizado em 2012, na saída de Dourados para Caarapó, batizado pelos acadêmicos indígenas de “Milharal”, devido ao fato de a capela onde se realizou estar rodeada de plantações de milho. Esse encontro mudou o pensamento de muitos acadêmicos indígenas naquele lugar tão simples, mas com muito debate, reflexão, trocas de opiniões e falas de lideranças tradicionais que tocariam no mais profundo de seus corações, ao verem os choros destes últimos pedindo socorro e apoio na luta pelo território. Essa foi a fala da liderança Lindomar Terena:

Estou aqui hoje neste encontro para pedir ajuda a vocês porque nós não temos o conhecimento que vocês estão adquirindo dentro das universidades, não porque não quisemos, mas porque não tivemos a oportunidade que vocês estão tendo agora. Eu lhes digo, patrícios, jovens acadêmicos, nossos irmãos estão sofrendo a cada dia, a cada ano que passa, esses políticos estão nos massacrando. Então vocês são a nossa esperança; então eu peço encarecidamente que vocês, quando graduados, nunca se esqueçam de suas bases e voltem para nós, para nos dar um suporte, que unam-se a nós, e só assim poderemos vencer essa massa que quer nos destruir. Quisera eu ter tido o privilégio de curso em nível superior para poder ajudar nosso povo [choros].

É importante perceber o desejo de várias lideranças da região norte do estado de MS de ver seus jovens retornarem à aldeia após o término da graduação para, juntos, buscarem a solução para o descaso do Estado brasileiro. Ficou evidente a relevância da participação dessas lideranças nos encontros promovidos pela Rede de saberes, que contaram com a presença de representantes do Ministério da Educação, da Funai, da Fundação Ford e da Assembleia

Legislativa do estado, entre outros parceiros. Conseqüentemente, os encontros foram sendo cada vez mais demandados pelos estudantes, que fazem questão de participar, debatendo, fomentando políticas de permanência e o diálogo entre lideranças e acadêmicos.

Mato Grosso do Sul é um exemplo a ser seguido no tocante aos encontros realizados para discutir as pautas dos acadêmicos indígenas dentro das universidades. Ao longo desses anos, o Programa Rede de Saberes tem conseguido estimular a autonomia dos estudantes para discutir as questões políticas pertinentes a seus povos e organizar os encontros com programações que atendam a seus anseios.

Prova dessa autonomia adquirida ao longo dos anos, os encontros realizados pela Rede serviram de aprendizado para que, futuramente, tivéssemos a responsabilidade de assumir a organização de um evento de porte nacional. Assim, em 2014, os acadêmicos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul tiveram a oportunidade de organizar o II Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas, realizado de 4 a 7 de agosto de 2014, em Campo Grande.<sup>26</sup>

A realização do II Encontro no estado de Mato Grosso do Sul se deu a partir da participação de 22 acadêmicos indígenas das etnias Terena, Guaraní, Kaiowá e Kinikinau no I Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas, sediado pela Universidade Federal de São Carlos (UFScar), entre 2 e 6 de setembro de 2013, que contou com integrantes de 77 indígenas de etnias diversas. O evento de 2014 contou com 52 etnias e 27 instituições, de acordo com o relatório final. O encontro foi um sucesso, com muitas mesas de debate sobre saúde, direitos, educação, pesquisa em território indígena, movimento indígena, ações afirmativas e formação universitária.

---

26. Disponível em: <https://enei2014.wordpress.com>. Acesso em: 13/11/2015.



Pode-se dizer que, com a realização do encontro, se estabeleceu um marco histórico do movimento estudantil indígena em âmbito nacional, pois nele estiveram presentes lideranças e anciões no intuito de debater e dialogar com os jovens universitários, fazendo com que os mesmos formassem suas opiniões a respeito dos temas contemplados na programação ligados às suas aldeias.<sup>27</sup> O que se pode perceber também é que através desses eventos formou-se uma rede que faz com que os universitários se aproximem tanto em nível estadual como nacional, fortalecendo o movimento estudantil. Através de instrumentos como redes sociais, e-mail e Whatsapp, eles podem se organizar e articular melhor os próximos encontros e não só isso: grandes mobilizações são articuladas através dessas redes, o que as torna uma forma de contato estratégica.

O local do II ENEI foi escolhido por unanimidade pela Organização Geral dos Estudantes Indígenas, o estado de MS e, mais especificamente, as universidades UEMS, UCDB, UFGD e UFMS (campus Aquidauana), contando com a participação dos acadêmicos indígenas na organização do evento. Foi um ano muito difícil, pois o país sediou a Copa do Mundo de Futebol e também foi um ano eleitoral, o que dificultou o acesso aos recursos públicos para eventos acadêmicos, ainda mais se tratando de um encontro dos acadêmicos indígenas do Brasil. Mesmo com toda a dificuldade, nós, acadêmicos, tínhamos um fio de esperança, pois Thiago Tobias, então Diretor de Educação do Campo Indígena e para as Relações Étnico-Raciais, e a Dr. Rita Gomes do Nascimento, naquele momento Coordenadora Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI), da

---

27. Esses encontros foram precedidos pelo I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas, que reuniu mais de 700 acadêmicos indígenas de diversos povos, realizado pelo Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP), sem contar com recursos do Ministério da Educação. Disponível em: <https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/nao-humanos/congresso/>.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (SECADI/MEC) tinham firmado o compromisso no I ENEI de disponibilizar recursos para o II ENEI.

Assim, os universitários se organizaram para que o ENEI se realizasse, até porque se tratava de um compromisso nosso com os acadêmicos indígenas de todo o Brasil. As reuniões da comissão local foram acontecendo e o encontro foi sendo desenhado. Os próprios membros da comissão indicaram palestrantes, pensando somente em indígenas, pois, a essa altura, no Brasil, já existiam vários com títulos de mestre e doutor, dispostos a colaborar com o crescimento dos acadêmicos indígenas. Embora não houvesse nenhum sinal de recurso do MEC — que, por fim, seria liberado meses depois —, os acadêmicos mantiveram-se firmes com o propósito de realizar o encontro. Já nos encontrávamos no mês de março de 2014, e só então as articulações para a realização do evento se intensificaram. A seguir, eu cito os nomes de pessoas que foram fundamentais para a realização do mesmo. O primeiro deles foi o professor Antonio Hilário Aguilera, da UFMS, que aceitou o desafio de apoiar os acadêmicos indígenas e se comprometeu a submeter o projeto do II ENEI ao sistema do governo, o que somente poderia ser feito por um funcionário público, e sem o qual teria sido impossível a realização do evento. Quero citar, também, os nomes de indígenas que contribuíram para que fosse feita a descentralização do recurso para a UFMS. Anari Bonfim, do povo Pataxó da Bahia, que em 2014 prestava consultoria à SECADI/MEC, foi fundamental, pois muitas vezes prestou seu apoio aos acadêmicos indígenas. Sem ela, teríamos perdido os prazos para a submissão do projeto do ENEI ao sistema federal. Após a submissão, ela acompanhou a sua tramitação no MEC e sempre falava às autoridades competentes sobre a importância da alocação do recurso para a realização do encontro — contando, para tanto, com o apoio do representante do movimento estudantil indígena Poran, do povo Potiguara, estudante da UnB.

Foram meses de muito sono perdido com a tamanha responsabilidade que nós, acadêmicos de MS, assumimos de que, de uma forma ou de outra, o evento teria que acontecer. Foram momentos de muito questionamento da organização. Eu me recorro de nos perguntarmos: “Será que vamos conseguir realizar o II ENEI?”, “Como vamos nos organizar?”, “Como será a logística?”, “Será que vamos dar conta?”. Eu me recorro de ter conversado com uma colega da organização que dizia que perdia o sono só em pensar num evento de tamanho porte e na responsabilidade que trazia consigo desde a escolha para sediar o II ENEI, preocupação que se intensificava a cada dia ao se aproximar a data. A esta altura, todos os parentes já se organizavam para ir a Mato Grosso do Sul participar do encontro.

Mesmo sem recurso nenhum para a realização do evento, e já em meados de abril de 2014, a organização se mantinha firme em seu propósito de realização do ENEI, através de reuniões mensais nas quais nos dedicávamos a debater com intensidade as mesas redondas, os trabalhos, a organização, a logística, entre outros assuntos que envolvem um encontro — sobretudo o marketing do evento e a divulgação de sua programação. Com a descentralização do recurso no dia 30/05/2014 para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), finalmente com os pés no chão, os acadêmicos começaram a visualizar o encontro que se aproximava, intensificando as reuniões da organização até a data do mesmo.

O evento contou com mesas que abordaram as seguintes temáticas: território, saúde, meio ambiente, Ensino Superior, sem contar com novos assuntos que surgiram no decorrer das apresentações de trabalhos dos acadêmicos indígenas. Foram quatro dias de muito aprendizado, de trocas de conhecimentos e muitos conselhos de lideranças tradicionais que também se fizeram presentes no evento. Indígenas de várias partes do país estiveram por ali, bem como da Colômbia e do Equador, integrando o corpo de palestrantes

e falando sobre a experiência de uma Universidade Intercultural para os povos indígenas. A diferença do encontro estava no corpo do evento, pois a maioria dos palestrantes e relatores de trabalhos era de graduados, mestres, doutores e pós-doutores indígenas, contando com alguns *purútuye* — o que o enriqueceu, mostrando sua autonomia para um estado totalmente anti-indígena. Além das mesas, do lado de fora do auditório do Hotel Eco do Lago, onde foi realizado o evento, houve uma exposição de artesanatos, danças tradicionais e pinturas corporais. O ENEI é, afinal, um encontro de indígenas para indígenas, um momento de discutir questões que afetam a realidade desses povos.

Enfim, tanto em nível estadual como nacional, esses estudantes têm conseguido formar redes com a finalidade de se articular em defesa das políticas públicas para a sua permanência nas instituições de ensino. O ENEI tem sido um grande aprendizado, a esperança de que se possa ter efetivadas políticas públicas que atendam às demandas indígenas nas universidades brasileiras e, mais que isso, a reafirmação de que os povos indígenas estão chegando às universidades e estão vindo para ficar, mesmo que essa instituição ainda seja impregnada de preconceitos anti-indígenas. Trata-se, pois, de entender que a universidade é um espaço de luta e de mostrar para a sociedade o que o índio tem de melhor, que é a sua cultura. Por fim, a cada encontro é feito um documento final para ser encaminhado ao Ministro da Educação no intuito de que sejam atendidas as demandas dos estudantes. No final deste livro será anexado somente o documento do II ENEI, pois aborda também as demandas do I ENEI.

### CAPÍTULO 3

## Egressos Indígenas: suas trajetórias e a contribuição para o Movimento dos Povos Indígenas de MS

Este capítulo se propõe a mostrar o destino dos egressos indígenas e a sua inserção no mercado de trabalho. Procurarei trazer alguns exemplos de profissionais indígenas atuantes em suas aldeias, sobretudo aqueles que estejam assessorando o movimento indígena em Mato Grosso do Sul. Só será possível mencionar alguns deles, já que não existem dados detalhados sobre o número de indígenas formados no estado desde a implantação das ações afirmativas. Na falta de dados mais completos, quero deixar registradas as formas como muitos indígenas estão se inserindo no mercado de trabalho após a graduação nas áreas de educação, saúde e humanas.

A experiência das ações afirmativas tem sido um sucesso, porém temos que considerar todo o caminho por que passa o indígena durante o período de graduação, sobretudo as sérias dificuldades materiais e culturais já analisadas no capítulo anterior.

No questionário aplicado aos profissionais indígenas, ao serem indagados se conseguiram retornar às suas aldeias, a maioria deu respostas positivas. Afora trabalharem em suas áreas profissionais dentro das aldeias, eles têm ido além do cumprimento da carga horária e conseguido ajudar o cacique e todos os patrícios, assessorando-os nas áreas de saúde, educação e território, por meio do conhecimento adquirido nas graduações.

Nas respostas ao questionário aplicado aos egressos, pude observar que três dos entrevistados, dois Terena e uma Guarani Kaiowá, pertencem à leva do primeiro ano de cotas na UEMS, implantadas pela lei citada no capítulo anterior.<sup>28</sup> Os demais foram formados nas diversas IES que passaremos a analisar a seguir.

A primeira a se formar foi R.B.P., Guarani Kaiowá, no curso de Letras — Espanhol da UEMS, pelo sistema de cotas, tendo concluído a graduação no período normal da universidade. Ela disse que não foi nada fácil e que muitas vezes pensou em desistir, por questões financeiras e de saúde, pois não podia contar com o apoio dos pais, que já haviam se separado há um bom tempo e constituído outras famílias.

O único apoio com que R.B.P. contou, e que fez com que ela não desistisse, foi o incentivo de seu avô paterno, que sempre dizia: “Filha, isso que você está fazendo, estudar, é uma coisa que ninguém pode tirar de você. Olhe pra nós, eu e sua avó, nós não vamos ser eternos, e não queremos que você seja como nós, que não faz as palavras falarem”.

Hoje graduada, R.B.P. não mora em sua aldeia de origem por ter se casado com um Terena. De acordo com a regra de sua aldeia, ela não poderia se casar com quem não fosse da mesma aldeia ou etnia. Sendo assim, preferiu seguir seu marido, com o qual vive atualmente. A princípio, considera ser esta etapa de sua vida numa aldeia Terena um momento misterioso, um lugar novo, onde é preciso se acostumar com a cultura diferente e reaprender tudo novamente, pois até mesmo o idioma é distinto.

Ela relata ser respeitada pela comunidade Terena em que vive, e que certo ancião costumava lhe dizer: “Você não pertence à nossa

---

28. Lei Estadual nº 2.589 de 26 de dezembro de 2002 e Resolução COUNI/UEMS nº 241/2003, que reserva 10% das vagas de todos os cursos para alunos indígenas.

etnia, mas é índia, e a nossa luta é a mesma, os conflitos... E há tantas coisas a serem conquistadas ainda para o nosso povo indígena”. Isto a deixou mais animada em morar na Aldeia Terena e poder contribuir com o conhecimento adquirido na universidade. A profissional faz parte do corpo dos professores indígenas, composto, sobretudo, por Terena, e tem contribuído na formação dos alunos.

No caso dos Terena pertencentes à Terra Indígena Cachoeirinha, ambos não conseguiram concluir no tempo regular seus cursos na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, uma vez que suas graduações, de Física e Ciência da Computação, são de extrema complexidade.

No seu primeiro vestibular, em 2004, A. L., Terena, optou por Ciência da Computação, porque ministrava o curso de informática em sua aldeia de origem, antes do ingresso na universidade. Durante um ano, tentou segui-lo, mas viu que realmente não era o que esperava. Decidiu, assim, prestar vestibular no ano seguinte, escolhendo o curso de Ciências Biológicas, que concluiu em 2011, depois de ter superado diversas dificuldades durante o período de graduação — além de ter trabalhado em mercados da cidade, em feiras, como servente de pedreiro e em outros bicos para conseguir uma renda a mais, pois o custo de vida era caríssimo em Dourados, considerada uma cidade universitária.

Nesse período, passou pela dolorosa perda de seu pai, em 2008, episódio de difícil superação por estar distante da família e dos colegas. Ainda assim, A. L. continuou firme em seus objetivos, apesar das reprovações nas disciplinas pelas situações arroladas acima.

Durante dois anos, ele estagiou na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), experiência que considera importante pelo aprendizado adquirido e hoje aplicado nas aldeias de sua região. Em 2012, A. L. retornou à sua aldeia de origem, da qual seu tio era cacique, o que facilitou o ingresso no mercado de trabalho e o apoio, com seus conhecimentos, ao conselho de lideranças da

aldeia. Inseriu-se na Escola Estadual Indígena Cacique Timóteo, onde, juntamente com os demais professores, foi idealizador da Feira de Ciências. Na feira, na qual são prestadas consultas jurídicas e de saúde, pretende-se fomentar nos jovens alunos do Ensino Médio o anseio pela exposição científica como forma de capacitá-los para a pesquisa.

A. L. considera que não para por aí a serventia de seus conhecimentos aos patrícios. Descontente com a situação dos rios e açudes das aldeias, que estão secando, convocou os alunos que quisessem participar do processo de pesquisa e recuperação dos mesmos. Com um grupo não muito grande, conseguiu depois de um árduo trabalho conscientizar os estudantes da importância desses rios para os povos indígenas. Além de lecionar no Curso de Licenciatura dos Povos do Pantanal da UFMS, naquele mesmo período cursava o mestrado em Desenvolvimento Local pela UCDB, hoje concluído. A. L. tem sido reconhecido, não só pelas lideranças de sua região, mas também pelo próprio Estado, pelo trabalho que desenvolve em Mato Grosso do Sul, tendo se tornado um profissional de suma importância na luta voltada para questões ambientais e de agricultura.

Atualmente, A. L. se dedica ao Projeto GATI, que conseguiu reunir lideranças, mulheres e jovens com o objetivo de fortalecer as práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais e a inclusão social dos povos indígenas, consolidando a contribuição de suas terras como áreas essenciais para a conservação da diversidade biológica e cultural dos biomas florestais brasileiros.<sup>29</sup> Além disso, A. L. tem participação ativa nas assembleias Terena, em grandes eventos nacionais e regionais e na organização de eventos, dentre outras atividades.

---

29. Disponível em: <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/projeto-gati/o-que-e-o-gati/implementacao/>. Acesso em: 16/11/2015.



J. J., Terena, concluiu o curso de Física, em 2011, também fora do período normal devido a dificuldades financeiras. Em suas palavras:

Foi a principal dificuldade enfrentada durante a graduação. Foi o principal fator que muitas vezes impossibilitou a compra de alimento, a aquisição de passes, a compra de materiais de uso no curso, de lanches quando tinha aula no período matutino e vespertino, o que refletiu diretamente no baixo aproveitamento das disciplinas durante a graduação. O período mais crítico foi durante o segundo ano, quando acabei perdendo o direito a receber o Vale Universidade Indígena por ter sido reprovado em três disciplinas no ano anterior. Ao iniciar o segundo ano, participei da seleção de outra bolsa na instituição, mas não fui contemplado, fazendo com que só pudesse concluir o primeiro semestre desse ano com a ajuda da minha família, no valor de R\$150. Com esse dinheiro, pagava a minha parte na conta de energia, na conta de água, no aluguel da casa e o passe de ônibus. Esse valor não dava para a alimentação, mas, mesmo passando fome, em nenhum momento pensei em desistir do curso.

J. J. retornou à sua aldeia de origem para lecionar. Ao ser indagado sobre sua inserção no mercado de trabalho, respondeu:

Como me formei em licenciatura em Física, área que atualmente necessita de profissionais em todo o Brasil, as oportunidades de trabalho foram as melhores após a graduação. Ao concluir o curso, tive a oportunidade de retornar para a minha comunidade de origem e ser o único profissional na minha área de formação a garantir a possibilidade de emprego, não só dentro da aldeia, mas também em todo o território municipal. Após a conclusão do curso, me senti na obrigação de retribuir um pouco pelos investimentos da família durante a

minha graduação. Hoje, após três anos da conclusão do curso, vejo a necessidade de dar continuidade na minha formação acadêmica e buscar o ingresso em algum curso de mestrado.

J. J. atua como professor na Escola Estadual Cacique Timóteo e no Curso Intercultural Povos do Pantanal, da UFMS, e é casado com a professora Guarani Kaiowá R.B.P., que conheceu no período da graduação, sobre quem falei anteriormente.

Hoje, como profissional, J. J. percebe que as terras indígenas vêm sofrendo modificações diretamente ligadas ao seu ambiente, o que está contribuindo bastante para a transformação do modo de vida dos indígenas, afetando especialmente a qualidade de vida dentro das aldeias. Preocupado com a situação atual, ele tem buscado realizar ações na comunidade a fim de revitalizar a cultura e as tradições milenares que vêm se perdendo ao longo dos anos. Dessa forma, acredita que esteja assumindo o papel que a comunidade espera de todos aqueles que têm a possibilidade de buscar algo melhor para a vida coletiva.

Em 2011, Luiz Eloy Terena, pertencente à TI Taunay/Ipegue, formou-se advogado pela UCDB, na qual também obteve o título de mestre em Desenvolvimento Local, com a dissertação “Contexto de Territorialidades”. Ele nasceu em Campo Grande, mas viveu na aldeia até os 11 anos, momento em que sua mãe decidiu levá-lo para a cidade, por não haver a possibilidade de o filho concluir os estudos na aldeia, onde as escolas não ofereciam o Ensino Médio. Sua mãe teve que trabalhar como doméstica e morar nos fundos da casa dos patrões para que Luiz Eloy pudesse concluir seus estudos e se tornar o excelente profissional que é hoje.

Após a conclusão do curso, ele logo conquistou o registro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e passou a prestar assessoria ao Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá e ao Conselho do

Povo Terena, contribuindo com as oficinas de direito nas aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul. O advogado também atua em vários processos judiciais demarcatórios.

Segundo Luiz Eloy, desde a sua graduação seu compromisso é com o nosso povo e os demais povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul, motivo pelo qual, muitas vezes, sofre pressões vindas de todos os lados. Desde 2009, mesmo antes de se formar e ter o registro da OAB, já prestava assessoria, realizando oficinas sobre direitos indígenas e levando pautas da agenda do movimento indígena a nível nacional, tais como: a Proposta de Emenda/PEC 215; a transferência da competência da União na demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional, proposta que também possibilita a revisão das terras já demarcadas; a Portaria nº 303 da AGU; o PL nº 1.610, que propõe regulamentar a mineração em terras indígenas; o PLP nº 227/2012, que define “os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de Terras Indígenas”; o Estatuto do Índio; e a Convenção 169 da OIT, Decreto nº 1.775/96, que trata da demarcação de terras indígenas.

Em 2010, Zuleica Terena se formou em Enfermagem pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, concluindo o curso no período previsto (seu ingresso ocorreu em 2007). Durante a graduação, ela morava com parentes em uma aldeia que fica a 10 km da universidade — em busca de melhores condições de deslocamento, no segundo ano resolveu se mudar para a cidade, depois de seu irmão e dois tios terem passado no vestibular da UEMS. Zuleica Terena conta que, nessa época, se aproximou bastante dos jovens Guarani Kaiowá, o que foi de grande aprendizado para ela, que trabalhava com eles no projeto de extensão “O adolescente conhecendo a si mesmo”, contribuindo com o jovem residente em aldeias rodeadas de violência, álcool e, principalmente, drogas. Segundo ela, foi uma experiência gratificante, pois pôde conscientizar os jovens indígenas a respeito dos diversos problemas que as drogas causavam à sua saúde.

Zuleica Terena relata que sua maior dificuldade na graduação foi no início, por ter que se adaptar àquele lugar novo, que julgava ser um universo diferente do qual estava acostumada, em especial pela língua. Pensou em desistir, mas não o fez por conta das boas notas obtidas e pelo apoio da família. No primeiro ano, a Terena não retornou à sua aldeia, pois esperava uma oportunidade para trabalhar na área de sua formação. Seu retorno à terra indígena se deu após prestar o processo seletivo do Distrito Sanitário Especial Indígena de MS (DSEI). Tendo tido êxito na prova, a princípio foi trabalhar na TI Nioaque, aldeia da qual não fazia parte, feliz por estar ajudando os patrícios. Depois, conseguiu ser transferida para a Terra Indígena Taunay/Ipegue, onde vive sua família, e entende que o trabalho com seu povo é de muitos desafios e aprendizado. A seguir, algumas fotos para mostrar o trabalho da Terena dentro e fora da aldeia:



FIGURA 6 | Enfermeira Zuleica Terena ministrando oficina na área da Saúde com mulheres indígenas residentes nos centros urbanos.

FOTO: Arquivo pessoal.



FIGURA 7 | Enfermeira Zuleica Terena ministrando palestra sobre saúde da mulher em Aldeia Ipegue/Aquidauana. FOTO: Divulgação Facebook.



FIGURA 8 | Encontro Temático de Saúde ministrado para acadêmicos indígenas por Zuleica Terena e Luciane Ouriques. Promovido pelo NEPPI através da Rede de Saberes.

Ao ser questionada sobre como as pessoas de sua comunidade a veem como profissional indígena, ela diz:

A comunidade compreende que é necessário que os jovens aproveitem seus estudos. Isso é uma segurança que as lideranças têm com os jovens, a sua formação profissional. Assim podemos auxiliá-los e ajudar o sistema dos *purítuye*, para assegurar garantias e conhecimentos em relação aos serviços da saúde.

Percebe-se nitidamente nas falas desses profissionais o compromisso que assumem quando do retorno às suas casas para colocar em prática os conhecimentos adquiridos nas universidades. Zuleica entende que a formação enquanto pesquisadora auxiliará na qualidade de vida de seus patrícios, contribuindo para uma melhor utilização do saber científico e do tradicional.

N. F. T., também egressa da UEMS, formou-se em Pedagogia. Não conseguiu concluir a graduação no período regular devido a várias dificuldades, dentre as quais julga como a mais séria o domínio da língua portuguesa. Embora seja falante da língua desde criança, percebeu existirem palavras que não faziam parte de seu vocabulário. Ao longo de sua formação, os colegas de sala foram sensíveis, ensinando-lhe o significado das palavras que não conhecia. Os anos de Ensino Médio foram um período difícil, pois as aldeias da região não ofereciam esse segmento. Tinha, então, que se deslocar todos os dias para o distrito de Taunay, localizado a 15 km da aldeia, pois somente ali havia escolas de nível médio, e pôde concluir a educação básica. Em seguida, N.F.T. se mudou para Sidrolândia, cidade que fica a 134 km da aldeia, não para dar continuidade aos estudos, mas à procura de emprego. Trabalhou um ano e meio na Seara Alimentos S.A. (empresa do ramo alimentício) e, após ser demitida, teve que retornar à aldeia. Após seu retorno, surgiu a oportunidade de prestar o vestibular na UEMS. No período inicial,

de adaptação, ela pensou em voltar para a aldeia, mas, por não ter o dinheiro da passagem, não o fez. Devido às dependências nas disciplinas, perdeu a bolsa concedida pelo governo.

Para se manter na cidade e não ter que novamente retornar à aldeia, N.F.T. foi à procura de trabalho, conseguindo se empregar na Creche Recanto de Raízes, onde permaneceu até o término do curso. A formatura foi celebrada com um grande almoço para o qual todos da aldeia foram convidados, a fim de receber mais uma profissional indígena.

No começo, ela não trabalhou em sua aldeia de origem. Foi convidada para lecionar a língua materna em outra aldeia, onde permaneceu por um ano. Após esse período, voltou para sua aldeia e lá permanece até os dias atuais, lecionando no período vespertino.

A profissional julga importante sua formação, que a ajuda no incentivo do estudo da língua materna junto às crianças. Ela argumenta que, por ser mulher, em outros tempos não poderia ter saído da aldeia para estudar, mas isso foi superado e, onde vive, a maioria dos profissionais é constituída por mulheres, que têm conseguido fazer a diferença.

Infelizmente, há egressos indígenas que concluíram suas graduações e não conseguiram se inserir no mercado de trabalho. Isto acontece, muitas vezes, porque as aldeias não estão preparadas para receber os profissionais indígenas na área em que se formaram, e estes acabam por ter de trabalhar em outros ramos que não condizem com a sua formação.

Muitos desses egressos relatam o apelo das lideranças para que retornem às suas aldeias após a formação universitária, já que muitas delas têm grandes expectativas e planos para o profissional indígena, mesmo que, no fundo, haja a incerteza quanto a se haverá lugar ou espaços em que eles possam trabalhar. Ainda que este retorno não ocorra, as lideranças sempre relembram a importância do saber que pode ser aplicados pelos jovens na elaboração de projetos para captar recursos para a aldeia na área da agricultura.

Quero citar duas pessoas que entrevistei e que estavam muito tristes por terem um diploma e estarem desempregadas. Era uma tarde de sábado quando cheguei à casa da A.L.F., Terena, de 33 anos; ela mesma marcou esse horário numa tarde de muito sol. Enquanto conversávamos, íamos tomando um bom tereré (bebida servida gelada com erva-mate) e ela me contava sua trajetória de vida, com muitos detalhes. Formada em Licenciatura em Ciências Sociais pela UFMS, antes de ingressar no Ensino Superior residia em Campo Grande e, desde muito nova, trabalhava durante o dia e estudava no período noturno. Aos 22 anos, retornou à aldeia com uma proposta de emprego, mas sem nenhuma formação superior. Com apenas o Ensino Médio concluído, ela lecionou no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) e logo em seguida assumiu a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 6º ao 9º ano. Devido à cobrança por parte da comunidade, precisou de um curso superior para que pudesse continuar a dar aula.

Foi assim que A.L.F. buscou o curso específico para quem atuava como Professor Leigo e, então, surgiu a oportunidade de ingressar no curso específico de Licenciatura Intercultural “Povos do Pantanal”, oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). No momento da conversa, ela se emocionou muito ao relatar que, após ter o diploma na mão, nunca mais conseguiu dar aula dentro de sua aldeia, e ficou ainda mais decepcionada quando o próprio cacique lhe disse que “o diploma iria fazer aniversário na gaveta” porque, se dependesse dele, ela nunca iria dar aula em sua aldeia. Outra situação que a entristece, em suas palavras, “é o fato de as pessoas falarem mal do curso em que eu me formei. Sempre escuto as pessoas falarem que não somos capazes porque, ‘como uma pessoa que está cursando o mesmo curso em ciências sociais vai adquirir o mesmo aprendizado de outra que passa de quatro a cinco anos na universidade? Esses sim saem capacitados, e vêm vocês do Prolind [Programa de Formação Superior e Licenciaturas



Indígenas], que fazem o curso intercalado e três vezes ao ano... vai conseguir aprender tudo que uma pessoa demora cinco anos para estudar?’ E muitos não nos aceitam, de jeito nenhum, em sala de aula, por isso que a maioria do pessoal do Prolind está parado, ninguém quer nos pegar para dar aula”.

Em relação à inserção no mercado de trabalho, ela justifica que isto depende muito da política dentro da aldeia, pois as políticas dos *purutuyé* estão fazendo parte de seu cotidiano. Ela acredita que, por se manter afastada dessas questões, tem sofrido perseguições. Quando perguntei o que pretende fazer em relação a essa situação, a resposta foi: “Infelizmente, não vou conseguir trabalhar aqui. Tenho que ir para a cidade, arrumei um serviço numa lanchonete. Mesmo trabalhando de garçomete, nunca vou desistir de dar aula porque estudei para isso”.

Essa situação está presente em várias aldeias do estado, e as lideranças, baseadas na “política partidária”, muitas vezes impedem os profissionais de retornarem à sua aldeia de origem. Não tendo opção, eles migram para os centros urbanos à procura de emprego e acabam se afastando das aldeias com um sentimento de revolta contra o cacique e, pior de tudo, afastando-se do movimento de seu povo.

Situação parecida, mas não idêntica — pois não envolve política, e sim falta de campo para atuar dentro da aldeia —, à citada acima é a de P.F.N., de 26 anos, Terena, formada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. No período da graduação, ela morou na cidade, em uma casa alugada, e contava com o Vale Universidade do governo do estado. Ela conta que, no período acadêmico, as dificuldades foram as mesmas daquelas enfrentadas pela grande maioria: transporte acadêmico; moradia; alimentação; materiais acadêmicos; e a discriminação, que era muito forte. Foram vários os momentos em que pensou em desistir, muitas vezes pela carência afetiva, pela dificuldade na aprendizagem, ou por falta de tempo para o estudo: “Como meu curso era

integral e ainda trabalhava à noite, não me restava muito tempo para o estudo”. Entretanto, com todas as dificuldades, conseguiu concluir seu curso com êxito, retornando, em seguida, à sua aldeia de origem. A comunidade a vê como uma profissional competente e com muito potencial, mas as aldeias não estão preparadas para receber profissionais formados nas áreas das engenharias, pois ainda não há demanda para suas competências específicas. Ela relata que, embora tente prestar algum apoio, sempre é barrada: “Quando penso em algo para o benefício da aldeia, sempre é dificultado, exemplo: algum projeto elaborado para a comunidade. O diálogo existe, nem sempre com resultados positivos”.

Entretanto, os casos não param por aqui, os anteriormente citados só serviram como exemplos. Para muitos profissionais, fica o questionamento: voltar ou não voltar? Tanto uma quanto outra opção pode ter várias consequências, pois o próprio povo pode entender que o profissional não quis retornar à sua aldeia, julgando-os sem ter conhecimento da realidade dos fatos. Porém, os profissionais também têm conhecimento de colegas que não conseguiram empregos nas aldeias e se deslocaram para as cidades, sendo mal remunerados e vivendo com enormes dificuldades.

São problemas que devem ser estudados e para os quais é preciso buscar alternativas para que esses profissionais não acabem frustrados por não terem se inserido no mercado de trabalho. Uma vez não conseguindo, não se sentem realizados, como na fala da profissional P.F.N., Terena: “Ainda há muito o que contribuir. Embora haja uma grande dificuldade em trabalhar na comunidade, não quero me deslocar para a cidade, pois estudei pensando em aplicar meu aprendizado na comunidade e, se não o fizer, será frustrante para mim não poder ajudar a minha aldeia”.

É preciso começar a rever essa situação, pois Mato Grosso do Sul tem o recorde na inserção dos povos indígenas no Ensino Superior, e pensar em como fazer para que, ao saírem das universidades

com seus diplomas, também consigam dar o retorno para as suas comunidades, que criam expectativa na formação desses jovens. Não basta somente o título de graduado: é necessário fazer com que, ou permitir que, essas pessoas trabalhem com seu povo, o que, como mostrei, nem sempre depende delas.

### **A benção dos anciões ao novo profissional indígena**

É raro ver os *Koixomuneti* se manifestarem com seus cantos e rezas, o que somente acontece em período de festividades, retomadas dos territórios tradicionais, assembleias, casamentos, aniversários, velórios e, agora, em um momento novo e histórico: por ocasião do retorno desse indígena graduado como profissional para a sua aldeia, em forma de comemoração e batismo para abrir seus caminhos e afastar todo o mal. Seus cantos e rezas vêm com um tom profundo da alma em ligação direta com a natureza, e são respeitados por todos que têm sua crença nos *Koixomuneti*. Quando os graduados pertencem a alguma religião evangélica, seu retorno é comemorado com um culto, que pode ser realizado na igreja ou em sua casa, acompanhado por um almoço.

Tive a oportunidade de presenciar três momentos nos quais os *Koixomuneti* cantavam e chacoalhavam seus maracás, passando-os pelo corpo do novo profissional, no sentido de fortalecê-lo para que possa ajudar seu povo com os novos conhecimentos adquiridos na universidade, e abrir seus caminhos, afastando todo o mal da vida do jovem indígena.

Ao benzer esse novo profissional, a palavra entoada nos cantos relata o sofrimento vivido pelos antepassados do povo Terena, como no relato de Lindomar Lili:

Ao entoar o canto, percebemos que eles guardam na memória acontecimentos importantes, marcantes na resistência do povo Terena, pelas suas histórias e trajetórias, desde a saída do Êxiva, a guerra do Paraguai, até a nossa instalação nas terras onde vivemos... O canto entoa lamentos de tristeza, alegria e orgulho de um povo que resistiu há séculos e que vive hoje uma de suas maiores transformações, a mais marcante nos tempos atuais, que é a conquista da educação escolar.<sup>30</sup>

Percebe-se a alegria dos *Koixomuneti* em poder abençoar esse profissional para a nova vida e dar esperança de uma vida melhor para a aldeia. Devido às condições financeiras dos familiares dos novos profissionais indígenas, não é costume participar da festividade de formatura.

O que acontece, geralmente, para comemorar o diploma é a união dos familiares de mais de um/a recém-formado/a, que se incumbem de dividir as despesas, ficando um grupo responsável pelo churrasco, pelos alimentos e bebidas, e o outro pelo sanfoneiro e pelos convites, entre outras despesas. E assim se comemora com festa e com toda a aldeia a chegada do indígena profissional.

Em geral, a festa acontece nos finais de semana para que todos os patrícios da terra indígena possam participar. Ela começa a ser organizada uma semana antes, pois é preciso fazer o *palizado* (local feito de palha, onde serão realizados a cerimônia, o almoço e o baile) e preparar os espetos de dois metros, retirados da mata, que servirão para espetar a carne.

No dia que antecede à festa, toda a família se reúne na casa do festeiro para preparar o churrasco e os demais alimentos que servirão no almoço, geralmente arroz, mandioca, macarrão e salada.

---

30. SEBASTIÃO, L.L. *Trajetórias da Mulher Terena: do papel tradicional à arena sócio política*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2012.

Em 2012, tive a oportunidade de presenciar uma festa de formatura, na Aldeia Cachoeirinha, no município de Miranda, que teve início às nove da manhã com a fala do Cacique Adilson Antonio. Recordo-me que ele falava da importância da volta para a comunidade, pois, por não ter estudo, não conseguia dialogar muito com os *purútuye* e, assim, não lograva avançar nas políticas públicas para as aldeias.

O cacique Adilson acreditava que, com a volta de Leosmar e de outros profissionais, não só as pessoas da comunidade ganhariam, mas também o próprio Leosmar, pois avaliava se tratar de uma troca e, ao mesmo tempo, de uma retribuição para os patrícios. Recordo-me de que foi dada a oportunidade às autoridades indígenas presentes, ao chefe do Polo da Saúde Indígena de Miranda, ao coordenador regional da Funai, ao comandante do Departamento da Polícia Militar do município de Miranda, aos familiares e aos vários profissionais indígenas que vieram de outras terras indígenas de prestigiar e comemorar a festa de formatura.

Houve rezas e cantos de alegria e tristeza, pois em 2008, quando o Terena Leosmar cursava a graduação, seu pai adoeceu e acabou falecendo, mas, mesmo com a dor da perda, ele conseguiu vencer e concluir o curso. Então, não ter seu pai para comemorar a formatura era motivo de muita tristeza, mas um momento muito esperado pelo pai, e esse foi o incentivo para a realização da festa. Logo após sua fala, foi feito um ritual de reza e servido o succulento almoço.

Nesta data, não tive a oportunidade de fazer registros fotográficos, mas exporei imagens de outro momento bem similar, de uma bênção pela formatura na graduação, em comemoração ao título de mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco, na TI Aldeia Cachoeirinha, no município de Miranda, que seguiu o mesmo ritual, com a presença de muitas pessoas das aldeias da região e de outras. Ao final, houve um grande baile que se estendeu até o amanhecer do dia seguinte, quando foi tocada

a última música, que ganhou o nome de saideira, acompanhada por uma dose de bebida que foi distribuída para todos no meio do *palizado*, fechando o ciclo festivo.

### Momento da bênção do *Hainaiti Koixomuneti* (Grande Pajé)



FIGURA 9 | *Koixomuneti* fazendo o ritual do povo Terena para abrir caminhos ao novo mestre indígena. FOTO: Divulgação Facebook.



FIGURA 10 | Leosmar Antonio recebendo a bênção junto com seus familiares.  
FOTO: Divulgação Facebook.

Ter testemunhado esse ritual para muitos jovens e mulheres me fez perceber que, nos dias de hoje, os jovens indígenas podem ir além do que os *purútuye* desejam. É uma grande vitória à qual todos devem se agarrar para que juntos possamos lutar pelas garantias de melhoria de vida.

A mesma bênção foi feita para meu irmão, Luiz Henrique Eloy Amado, em mais de um momento: em especial, por causa da obtenção do título de graduado — e em outras ocasiões, nas quais os *Koixomuneti* sentiram o desejo de abençoá-lo, que aconteceram em nossa TI Taunay/Ipegue, em várias datas diferentes. Na foto a seguir (Figura 11), vê-se a anciã Terena Dona Miguelina, nossa tia, em um momento que reuniu várias pessoas na Retomada Esperança: uma visita de Eloy à área TI Taunay/Ipegue para ver como os patrícios

estavam naquele momento de retomada e oferecer orientação jurídica.<sup>31</sup>

O ritual se deu depois que ele conversou com os patrícios e prestou seu apoio. Foi um momento de muita emoção para os Terena presentes ver seu povo utilizar seu próprio conhecimento tradicional como ferramenta em prol da luta pelo território, uma vez que as anciãs cantavam e se pronunciavam pela proteção dos antepassados ao jovem advogado.

Nas Figuras 12 e 13, a cerimônia se refere à defesa de



FIGURA 11: Anciã Terena invocando as ancestralidades para pedir força e proteção ao Dr. Luiz Eloy.  
FOTO: Lindomar Lili.

mestrado de Luiz Eloy, realizada em março de 2014, organizada pelos guerreiros da Retomada Esperança. Foi inesquecível e emocionante ver nossos avós paternos e maternos, tios e tias, os professores que alfabetizaram Eloy, amigos de infância, professores indígenas e *purutuyé* participarem deste momento de celebração. Embora a justiça de Mato Grosso do Sul tenha impedido que a cerimônia de defesa acontecesse em uma área de conflito, os patrícios daquela retomada não

31. A Fazenda Esperança, situada no município de Aquidauana, distante 143 km de Campo Grande, é reivindicada pelos índios como parte do seu território tradicional. Em 2000, a Fundação Nacional do Índio (Funai) expediu relatório reconhecendo a área como tal. Reivindicamos a ampliação da terra indígena Taunay/Ipegue, que hoje tem cerca de seis mil hectares, para 33 mil hectares.



permitiram o cancelamento e mantiveram a defesa, mesmo que simbólica. O momento era tão esperado por eles que se dispuseram de bom coração a organizar a festa. Luiz Eloy, não querendo decepcioná-los com a notícia da suspensão pela justiça, apresentou seu trabalho de pesquisa para seus patrícios, tendo a sua professora da infância e outros dois professores como parte da banca simbólica. Foi assim que, pela primeira vez em toda a história das retomadas, uma área de conflito foi palco de uma defesa de mestrado, configurando um momento inédito em que a academia extrapolou os muros da universidade, ocupando o campo de pesquisa. Enfim houve a apresentação da sua pesquisa para todos que puderam estar presentes e, para consagração de Luiz Eloy, teve lugar a benção do ancião Justo, na foto abaixo (Figura 12).



FIGURA 12 | Ancião com sua reza tradicional abençoando o novo mestre em sua festa de banca de defesa do mestrado em Desenvolvimento Local. FOTO: Divulgação Facebook.



FIGURA 13 | Parentes fazem ritual de proteção ao Dr. Luiz Eloy em sua festa de banca de defesa do mestrado. FOTO: Divulgação Facebook.

A Figura 14 mostra a alegria e a satisfação do povo Terena ao erguer Luiz Eloy na dança *Kipaé* (Dança da ema), reconhecendo-o como um verdadeiro guerreiro na defesa dos direitos de seus patrió-cios Terena.



FIGURA 14 | Guerreiros da Aldeia Água Branca erguem o Dr. Luiz Eloy em um ato de reconhecimento por sua luta junto aos patrícios.  
FOTO: Divulgação Facebook.

Na Figura 15, vê-se, em julho de 2013, a tia Miguelina, da Aldeia Ipegue, e Dona Leda, da Aldeia Água Branca, num ritual de fortalecimento ao jovem advogado, por entenderem que, por estar à frente dos processos demarcatórios, ele necessitaria de um fortalecimento e da proteção dos ancestrais. Este povo, que tanto sofre nas mãos de fazendeiros, hoje tem alguém que assume a frente de luta pelos Terena.



FIGURA 15 | Tia Miguelina e Dona Leda num ritual de fortalecimento ao advogado indígena Luiz Eloy. Foto: Divulgação Facebook.

## De acadêmico a liderança política do Povo Terena

Eder Alcântara pertence ao povo Terena da TI Buriti. É graduado em História pela UCDB, universidade na qual fez parte do Programa Rede de Saberes. Trabalha como professor de História na Escola Municipal Indígena Alexina Figueiredo e também é liderança em Buriti, onde tem participado, ao lado de sua comunidade, da luta pela regulamentação das terras indígenas na região onde o Terena Oziel Gabriel, de 35 anos, foi morto no dia 30 de maio de 2013 por policiais federais durante uma operação de reintegração de posse. Pouco depois, no dia 6 de junho, outro Terena, Josiel Gabriel Alves, de 34 anos, primo de Oziel, foi baleado nas costas por um indivíduo que, segundo a comunidade local, estaria a serviço de fazendeiros

da região.<sup>32</sup> Assim como a trajetória dos patrícios, a sua não tem sido diferente, pois inúmeras foram as dificuldades para terminar a graduação (falta de apoio financeiro, incompreensão por parte dos professores e muitas outras). Durante o curso, sempre voltava nos períodos de férias e feriados para a sua aldeia, aonde voltou após ter concluído a graduação, e não teve dificuldades em ser inserido na escola para dar aulas.

Em 2012, a pedido da TI Buriti, candidatou-se a vereador pela cidade de Dois Irmãos do Buriti, sendo eleito com a maioria dos votos vindos das aldeias do município. Eder Terena tornou para-se o povo Terena uma grande liderança política no estado de Mato Grosso do Sul, o que tem fortalecido em seu povo a crença de que há uma chance de ocupar os cargos políticos como estratégia de luta.



FIGURA 16 | Guerreiros da Aldeia Buriti erguem o vereador Eder Alcântara como símbolo de luta. FOTO: Divulgação Facebook.

---

32. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=129976>. Acesso em: 15/01/2016.



FIGURA 17 | Vereador Eder Terena na Câmara Municipal de Dois Irmãos do Buriti. FOTO: Divulgação Facebook.



FIGURA 18 | Visita de autoridades à Aldeia Buriti, sendo recebidas pelos guerreiros. FOTO: Divulgação Facebook.



FIGURA 19 | Homenagem dos guerreiros ao patrício Josiel Terena, atingido por jagunços em área de retomada. FOTO: Facebook de Eder Alcântara.



FIGURA 20 | Anciã da Aldeia Ipegue aconselhando os profissionais indígenas.  
FOTO: Divulgação Facebook.

Desta forma, como liderança política do seu povo, Eder Alcântara tem caminhado junto com a sua aldeia e com as assembleias, fazendo parte do Conselho do Povo Terena, tentando dialogar com as grandes autoridades para que se possa solucionar, principalmente, a questão territorial.

### **Significados do retorno dos profissionais indígenas para as lideranças tradicionais**

Durante a pesquisa de campo, pude ter contato com grande número de lideranças (do Conselho Tribal do Cacique, que é composto por homens e mulheres) e caciques devido à minha participação em reuniões, viagens com o conselho e visitas às suas casas. Muitos



deles me solicitaram que realizasse oficinas na área do direito, que lhes orientasse sobre o que deve ser feito em relação às associações que estão em débito com as financiadoras e com pendências fiscais, que organizasse oficinas para ensiná-los a fazer projetos e palestras sobre drogas e álcool e desse orientações para as mulheres indígenas.

A primeira liderança que entrevistei foi o senhor F. E. (vice cacique), no dia 25 de julho de 2015, da TI Taunay/Ipegue. Ao lhe perguntar sobre o que esperava do profissional indígena, relatou que antigamente era complicado sair da aldeia, pois a maioria vivia da lavoura, e nos dias de hoje é diferente, pois existe o amparo de bolsas para moradia e alimentação para o jovem indígena que esteja disposto a se deslocar para os centros urbanos para estudar. Na visão do cacique, a saída em busca das universidades se dá pelo fato de muitos patrícios já o terem feito e retornarem às aldeias com seus diplomas, atuando nas escolas, postos de saúde e ONG's locais. Contou, ainda, que, como de costume, no mês de dezembro os acadêmicos indígenas voltam às aldeias para passar as férias. Sendo assim, certo ano reuniu toda a comunidade e chamou os universitários para serem homenageados e contarem um pouco de suas experiências. Mas o que ouviram foi lamentável, como relata o senhor F.E.:

Infelizmente, ouvimos coisas que não eram esperadas, pois, quando esses universitários iam contando sua vida na cidade, a primeira coisa com a qual se depararam, quando chegaram na cidade, a primeira pergunta que se fizeram seria onde iriam morar, pois a maioria se deslocou sem dinheiro para a cidade com a promessa de uma bolsa do governo estadual, que só viria seis meses depois de terem começado as aulas. Muitos deles... É próprio do jeito do povo Terena... Jamais nos abrimos para quem não conhecemos. Quando estamos na aldeia, todos nós somos parentes, um ajuda o outro. Muitos vão por força

própria mesmo, em busca de uma formação, por isso que hoje temos mestres, doutores... pelos esforços deles mesmo, porque nós não temos condições de ajudá-los. Por isso que, quando ele retorna, é lógico que a vaga é dele.

Assim, nas palavras da liderança, por todos os sacrifícios enfrentados por esses profissionais indígenas, ao retornarem à sua comunidade, não se deve nem mesmo questionar a sua inserção. F. E. também contou que tem conversado com os profissionais indígenas sobre a sua inserção no mercado, pois ainda existem *purutuyé* nas salas de aula nas aldeias e também atuando como diretores. Na visão dele, isto deve acabar, pois se já temos um número elevado de formados na aldeia, por que esses cargos não são ocupados por esses indígenas? Ele cita o exemplo de uma escola indígena, mas questiona se essa escola funciona mesmo como tal, pois é um *purútuye* que está à sua frente. Em sua maneira de ver, quando se formar uma escola indígena de fato em MS, o papel do governo será o de criar a categoria de professores indígenas, e isso seria bom não somente para esses profissionais, mas também para todos da comunidade.

O que se espera deles é que tenham autonomia para lutar por um futuro melhor e de qualidade para nossas aldeias. F. E. se recorda do ano de 1994, quando os caciques da região da Taunay/Ipegue se reuniram para ir até Campo Grande, levando consigo apenas arroz branco, e, no caminho, compraram um peixe para o almoço, tudo para ir atrás de benefícios para as aldeias. Uma das reivindicações desses caciques era a inserção dos jovens no Ensino Superior. Ele também relata que está feliz e realizado com a ida desses jovens à universidade, tendo como referência o Doutor Luiz Eloy, que tem apoiado as aldeias, prestando assessoria jurídica, e desempenhado seu papel como profissional indígena. Relata, também, que está chegando a uma idade em que não consegue mais sair para a luta, cabendo a esses novos profissionais “tocar o barco para buscar mais coisas para nossas aldeias”.

Na opinião de muitos professores que entrevistei na área da educação, há mais oportunidade de retorno às aldeias hoje, pois hoje há muitas escolas. Como relatado por N. L. A., de 45 anos:

Quando retornei, já fui inserida no mercado de trabalho, porque sempre falei para a minha liderança que iria sair da aldeia para estudar e que iria retornar para ajudá-lo. Então, quando voltei, logo me chamaram para dar aula. Até porque, hoje os caciques já estão com a visão mais ampla, eles sempre diziam: 'Você é Kopenóty (indígena). Estudou, voltou para aldeia. A vaga é sua, não tem nem o que questionar.

É possível observar que os profissionais reconhecem o Ensino Superior como base fundamental de acesso aos conhecimentos dos não indígenas, que, assim, podem ser utilizados na luta dos povos indígenas e aplicados nas aldeias às quais pertencem. Como dito anteriormente, a inserção no mercado de trabalho na área da educação é a mais fácil, pois, hoje, a maioria das aldeias já possui escola de ensinamentos Fundamental e Médio. Com o retorno desses profissionais indígenas, o cacique entende não mais haver necessidade do professor *purútuye*, como também relata o ex-cacique Manoel Amado (da Aldeia Colônia Nova):

Antigamente, não tínhamos acesso ao ensino. Hoje já se tem, os jovens têm oportunidade de ter uma profissão com todas essas leis que os amparam. Quando o jovem vai e retorna para aldeia, é claro que a vaga é dele, não tem o que questionar. E sabemos que ele estudou para isso, para nos ajudar. E ainda por todas as privações que ele passa longe de nossa aldeia...

O reconhecimento de vários caciques do estado de MS tem sido fator importante para a inserção dos acadêmicos indígenas no mercado de trabalho, pois, como relatado por esses profissionais, há uma articulação por parte das lideranças, que têm apoiado os novos jovens indígenas profissionais para que venham se inserir no mercado de trabalho existente dentro das aldeias do estado. O que pude perceber também nas falas dos caciques entrevistados é que eles não querem somente a inserção desses profissionais em suas áreas de atuação (por exemplo, para dar aula na escola), pois entendem que quando esse professor está em sala de aula está cumprindo sua carga horária, e isso não configuraria um retorno para a comunidade, e sim um cumprimento de grade curricular.

O profissional indígena B. P., Terena, avalia que é preciso criar grupos de pesquisas entre os profissionais indígenas para enriquecer as comunidades e trazer projetos que ajudem a fortalecer as aldeias, por meio de um vínculo com uma instituição pública, pois do contrário será difícil voltar para a aldeia e dar um retorno à comunidade, já que sem instituição financiadora fica complicado. Para ele, é difícil falar dessa “devolutiva” porque quando está em sala de aula está cumprindo o seu papel e sua carga horária e, da mesma forma como para os caciques que mencionei antes, não encara esta atividade como algo feito em prol da comunidade. Ele acredita que precisaria haver um momento comunitário, como quando levamos os alunos a refletir sobre a essência de estudar ou quando conseguimos levar projetos para as aldeias. Para ele, isso, sim, seria uma “devolutiva”, o compromisso com toda a comunidade, desde as crianças até os anciões.

Consegui entrevistar B.P. durante seu horário de trabalho, no período noturno, e por isso tivemos pouco tempo. Porém, foi o suficiente para entender o que um mestre em Antropologia almeja para seu povo, pois sabe muito bem que não foi fácil chegar à posição em que está hoje. Durante sua graduação na UFMS (campus

Aquidauana), ao mesmo tempo que cursava a faculdade, servia o quartel durante o dia. Relata que ali percebeu uma oportunidade de cursar o Ensino Superior, já que se não estivesse servindo, seus pais não teriam como mantê-lo na cidade. Quando concluiu a graduação, emendou com dois cursos de especialização na área da educação, logo conseguindo bolsa pelo Programa Bolsa/Fundação Carlos Chagas/Fundação Ford<sup>33</sup> e passando para o mestrado. Ao lhe perguntar se sentiu em algum momento preconceitos dos colegas na graduação, a resposta foi positiva, e a discriminação relatada foi dupla: primeiro, por ser indígena e, segundo, por ser militar, por conta das lembranças da ditadura.

Nos dias atuais, os caciques conseguem perceber a importância de utilizar os conhecimentos desses novos profissionais para somá-los à luta de todos os povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul, como relatado abaixo por um cacique:

Quando víamos esses jovens voltando para a aldeia com tamanhos conhecimentos, sentimos medo, pois achávamos que eles queriam tomar nossas posições de caciques, queriam tomar conta das aldeias, não tínhamos conhecimento. Para que eles pudessem alcançar o Ensino Superior, foi uma luta dos caciques dos anos 80/90, uma decisão política em virtude da necessidade que passaríamos no futuro, devido aos políticos estarem cada eleição mais organizados... Então se via a necessidade de enviar os jovens para as universidades e adquirir os conhecimentos dos brancos e, assim que formados, retornar às

---

33. A Fundação Ford é uma fundação filantrópica privada, sem fins lucrativos, criada nos Estados Unidos para ser uma fonte de apoio a pessoas e instituições inovadoras em todo o mundo, comprometidas com a consolidação da democracia, a redução da pobreza e da injustiça social e com o desenvolvimento humano.

aldeias para juntos montarmos estratégias e para que eles pudessem nos orientar para juntos defendermos os nossos direitos.

Como vimos acima, existem várias políticas e diversos programas que viabilizam o acesso e a permanência dos jovens indígenas que querem estudar. Mas todos têm condicionantes que são impostas por leis, decretos e portarias para que, de fato, o retorno para as aldeias venha a ser efetivado. É raro de se observar, mas há aqueles casos em que o estudante não tem nenhum vínculo com a comunidade, pois seus pais saíram muito cedo da aldeia à procura de emprego e nunca mais voltaram, afastando-se de seu povo. Quando o/a filho/a desse casal resolve estudar e se tornar um/a profissional com o objetivo de ajudar sua aldeia, não consegue, por receio da parte das lideranças que não o/a reconhecem como membro de sua aldeia, mesmo que comprove com seus documentos pertencer àquela comunidade. Não conseguindo comprovar sua relação com aquela aldeia, não conseguirá dar o retorno imposto pela lei, indo à procura de outro campo para atuar fora de seu contexto.

Hoje em dia, existe todo um trabalho com os caciques e suas lideranças por parte do Conselho Terena,<sup>34</sup> feito nas assembleias, com a finalidade de mostrar a importância desses profissionais da área do direito, da saúde, do serviço social e da educação para se somarem à luta de seu povo. Tem sido incomensurável a atuação desses profissionais tanto na organização quanto como participantes das assembleias, e é neste momento que os caciques reconhecem quem de fato quer contribuir com a luta de seu povo, pois

---

34. O Conselho do Povo Terena integra a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e, juntamente com Aty Guasu Guarani Kaiowá, representa a instância regional em Mato Grosso do Sul, que é composta por caciques e lideranças das aldeias do estado.

o compromisso começa por aí, na participação e no trabalho na grande assembleia. E, assim, criam um elo de confiança com esses novos jovens pensadores e formadores de opinião que, embora sejam vistos como “profissionais novos”, são depositários de muitas esperanças e confiança, pois são vistos como recheados de conhecimentos e preparados para orientar os caciques no caminho a seguir. Como relatado por estes últimos, antigamente eles viam os políticos *purutuyé* chegar em nossas aldeias e fazer o que bem entendiam, sem que ao menos conhecessem seu histórico. O mais absurdo de tudo era que, depois de eleitos com os votos dos índios, usavam seus mandatos para atuar contra eles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, procurei enfatizar as dificuldades enfrentadas pela maioria dos acadêmicos indígenas que ingressam nas universidades do estado de Mato Grosso do Sul, ressaltando a importância das ações afirmativas e cotas como forma de reparar um erro que vem ocorrendo há mais de 500 anos.

Procurei mostrar a realidade que julguei necessária, principalmente no tocante às particularidades da experiência de cada indígena profissional enquanto acadêmico dentro das universidades de Mato Grosso do Sul. Mostrei que, apesar de todas as políticas públicas existentes, ainda são insuficientes as medidas para atender às demandas desses patricios. Por isso, julguei necessário trazer neste livro as políticas de acesso e permanência ali existentes, que têm configurado um apoio fundamental para a continuidade desses acadêmicos na universidade — muitos ainda podem contar com uma pequena quantia vinda de suas famílias, que têm torcido para que eles tenham sucesso em sua formação, mas outros, não.

Fazer a análise da trajetória desses acadêmicos foi de profunda descoberta, tendo em vista que, por mais que estivéssemos vivendo a mesma situação dos demais, nós, patricios, jamais falávamos da situação de sofrimento uns aos outros. Cada um, no entanto, conseguia buscar maneiras de minimizar a situação que vivia, através da união existente entre os povos indígenas e da rede que se constituía no meio dessas adversidades que a cidade grande acarretava no decorrer de suas graduações.

Contudo, o mais importante é que, apesar de todo esse sofrimento, os indígenas viam nas suas graduações a oportunidade de crescer e amadurecer, e assim iam descobrindo seu potencial para a



construção de seus sonhos, de maneira a transformar a situação em estímulos, sabendo que iriam colher o fruto de seu próprio estudo — uns com mais audácia que outros, no sentido de se entregar ao trabalho em favor do seu povo, como visto nos exemplos deste livro. Mesmo tendo como foco os profissionais indígenas, não poderia deixar de falar sobre sua passagem pela academia.

Aqui quero deixar exposto o que se fez presente ao longo deste trabalho: as diferentes etapas vivenciadas pelos acadêmicos indígenas desde sua chegada à universidade, a permanência na cidade durante os anos de graduação e o momento posterior à formatura, etapas concluídas com sucesso por muitos deles. Trazer o exemplo de profissionais indígenas atuando em suas áreas é uma forma de mostrar que toda essa política afirmativa e de permanência tem sido de grande valia; e mais, que os patrícios a valorizam e dela tiram o maior proveito possível, dando o melhor de si para saírem bem formados das universidades e poderem debater com os demais a partir do seu aprendizado. Desta forma, tentei demonstrar, no decorrer deste livro, a realidade dos acadêmicos durante o período da graduação, sua trajetória após a formação, tendo ou não se inserido em seu campo de atuação e, principalmente, o retorno daqueles que optaram por voltar às suas aldeias de origem, além da recepção destes pelos demais.

Ao final, é poder sonhar e ver seus sonhos realizados e que tal formação almejada não está tão longe daquilo que os antepassados sonhavam para a juventude Terena, Guarani Kaiowá, Guarani N̄hadeva, Kinikinau, Guató, Ofaiyé e para os demais povos presentes em MS.

O retorno de alguns acadêmicos indígenas às suas aldeias, agora como profissionais, é um novo momento histórico para os povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul, um resgate de cultura, pois, com a ida à universidade, eles passam a entender a importância de não deixar que as tradições do seu povo se acabem. O

valor que os profissionais indígenas atribuem a cada patricio da comunidade é extremamente relevante, cada qual exercendo sua função: o homem, o cacique/liderança, o adolescente, as crianças, os professores e, em especial, as mulheres, que sempre foram, na história do povo Terena, muito cuidadosas com seus afazeres do lar e, seguindo a tradição de ‘guardiãs de sua família’, estão mais atuantes no movimento indígena, frequentando as universidades. Elas são mais cautelosas nas suas opiniões e decisões por se manterem mais distanciadas das políticas dos *purutuyé* desde o tempo da colonização, podendo ser, penso eu, mais puras e sensatas nas tomadas de decisões.

A busca dos jovens patricios pelo Ensino Superior não é uma forma de deixar de ser índio. Muito ao contrário, a busca pela universidade vem como um novo instrumento de luta para se chegar à autonomia, na busca de efetivação de todos os direitos afrontados nos dias atuais, e de se apropriar de todos os conhecimentos para que nós venhamos a protagonizar e reescrever as nossas próprias histórias sem esquecer nossa raízes.

Por isso, julguei necessário registrar todas as informações que me foram passadas pelos meus patricios ao me contarem suas trajetórias.

No capítulo 1, procurei realizar um breve histórico dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul e mostrar onde se localizam dentro do estado. A intenção era mostrar como cada povo costumava ser tratado pelos *purútuye* na época. Os povos indígenas não tinham nenhuma expectativa de acesso à educação, pois, em toda a história, só nos deparamos com relatos de massacre e de escravidão dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul. Ainda no mesmo capítulo, descrevo o surgimento do Ensino Superior para os povos indígenas deste estado.

No capítulo 2, discorro sobre os desafios e as superações que esses indígenas tiveram de enfrentar durante seus anos de graduação e

de que modo as universidades, o governo e os projetos têm sido fundamentais para a sua permanência nessas instituições, mesmo que tais políticas sejam consideradas insuficientes. Sem elas, a situação desses indígenas seria ainda mais difícil. Falo também da lei, do decreto e da portaria que beneficiaram os indígenas com a Bolsa Permanência e menciono os programas de apoio existentes.

Por fim, no capítulo 3, trago relatos de trajetórias de profissionais indígenas que atuam nas diversas áreas de formação, o que considero um exemplo para os demais que vêm se graduando. Eles podem se espelhar nos vários exemplos daqueles que atuam em suas aldeias como professores, enfermeiros, advogados, físicos, biólogos, entre outros que, de alguma forma, auxiliam seus caciques e, ao mesmo tempo, exercem suas profissões.

Acreditar nos patrícios que vão para centros urbanos em busca do Ensino Superior também é acreditar que irão aprender e se conscientizar quanto ao tamanho da responsabilidade que têm para com seu povo, ainda que futuramente não apliquem seus conhecimentos em suas aldeias de origem.

No entanto, como conhecedora principalmente do meu povo, posso dizer que muitos já saem de suas aldeias em busca não apenas de um sonho individual, mas acreditando que toda expectativa que os patrícios depositam em sua formação é uma forma de sonhar que eles também possam contribuir para um futuro melhor através da educação.

## REFERÊNCIAS

- AGUILERA URQUIZA, Antonio Hilário. *Cultura e História dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora UFMS, 2013.
- AGUILERA URQUIZA, Antonio Hilário; NASCIMENTO, Aldir Casaro. *Rede de Saberes: Políticas de ação afirmativa no Ensino Superior para indígenas no Mato Grosso do Sul*. In: LÁZARO, André; TAVARES, Laura (orgs.). *Coleção estudos afirmativos, 1*. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.
- ALMEIDA, Nina Paiva. *Diversidade na Universidade: O BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional — Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.
- AMARAL, Wagner Roberto. A ousadia do Serviço Social no Espaço das ONG'S. *Serviço Social em Revista*, v. 1, n. 1, julho/dezembro de 1998.
- AMARAL, Wagner Roberto. *As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos*. Tese de Doutorado em Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2010.
- ARRUDA, Gilmar. *Heródoto*. In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, 1986, pp. 195-310. (Série Histórica. Coletânea).
- BORGONHA, Mirtes Cristiane. *História e etnografia ofayé: Estudo sobre um grupo indígena do Centro-Oeste brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

- BRAND, A. J. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 1997.
- BRAND, A. J.; NASCIMENTO, Adir Casaro. A escola indígena e sustentabilidade: perspectiva e desafios. *Anais do III Seminário Internacional: Educação intercultural movimentos sociais e sustentabilidade*. Perspectivas epistemológicas e propostas metodológicas. Florianópolis: UFSC, 2006. (CD ROM).
- CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Sustentabilidade, educação escolar e formação de professores indígenas. *Tellus*, ano 5, n. 8/9, pp. 91-101, abril/outubro de 2005.
- DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. *Ofaié, morte e vida de um povo*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1996.
- ELOY, Amado, Luiz Henrique. *Poké'ûti o território como direito fundamental para etnodesenvolvimento local*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), 2013.
- FERES JUNIOR, João et al. Levantamento das políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais. In: *Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)*. Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2013, pp. 1-25.
- MANGOLIM, Olívio. *Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos*. Campo Grande: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.
- MIRANDA, do C. Claudionor. *Territorialidade e Práticas Agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena*. Dissertação de Mestrado. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), 2006.

- SEBASTIÃO, L. L. *Trajétoérias da mulher Terena: do papel tradicional à arena sociopolítica*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2012.
- SILVA, G. J. da. *A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história*. Dissertação de Mestrado em História. Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2004.
- SIQUEIRA JR., J. G. *Esse campo custou o sangue dos nossos avós: a construção do tempo e espaço Kadiwéu*. In: JOSÉ DA SILVA, G. (org.). *Kadiwéu: Senhoras da Arte, Senhores da Guerra*. 1. ed. Curitiba: CRV, v. 1, 2011.
- SOUZA, J. L. de. O Curso de Formação de Professores Kadiwéu e Kinikinau: limites e avanços de uma experiência pedagógica intercultural. *Anais do 15º Congresso de Leitura do Brasil/VIELESI Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas*. Campinas: Mimeo, 2005.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Educação superior de indígenas no Brasil — sobre cotas e algo mais*. In: BRANDÃO, André Augusto (org.). *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora Ltda/LPP/UERJ, 2007, pp. 253-279.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Cenários da educação superior de indígenas no Brasil, 2004-2008: as bases e diálogos do Projeto Trilhas de Conhecimentos*. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.). *Povos Indígenas e Universidade no Brasil: contextos e perspectivas, 2004-2008*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.
- SOUSA, N. M. *A redução de Nuestra Señora de la fe no Itatim: entre a cruz e a espada (1631-1654)*. Dissertação de Mestrado. Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2002.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre imposição e a opção*. Dissertação de Mestrado em História. Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2003.

## Sites pesquisados

<http://www.funai.gov.br/quem/historia/spi.htm>

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/>

[http://museudoindio.org.br/template\\_01/default.asp?ID\\_S=33&ID\\_M=114-](http://museudoindio.org.br/template_01/default.asp?ID_S=33&ID_M=114-)

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Guató](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guat%C3%B3)

<http://jorgeroriz.com.br/politicas-de-cotas-raciais-jorge-roriz/>

<http://portal.mec.gov.br/cota>

<http://trilhasdeconhecimentos.etc.br/projeto/index.htm>

<http://www.sedhast.ms.gov.br/programa-vale-universidade-indigena>

<http://www.sedhast.ms.gov.br/programa-vale-universidade-indigena/>

<http://www.rededesaberes.neppi.org/apresentacao.php>

<https://conselhoterenams.wordpress.com/cartas/>

<https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/nao-humanos/congresso/>

<http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/projeto-gati/o-que-e-o-gati/implementacao/>

<http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=129976>



## ANEXO I

# Modelo de questionário de pesquisa utilizado para as entrevistas com os estudantes indígenas universitários

**PESQUISA** | *O Ensino Superior para os Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul: “Desafios, Superação e Profissionalização”*

INSTITUIÇÃO: Museu Nacional/UFRJ

PESQUISADORA: Simone Eloy Amado

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Carlos Souza Lima

DATA DA ENTREVISTA:  /  /

LOCAL DA ENTREVISTA:

## I | Identificação:

Nome do(a) Entrevistado(a): <input type="text"/>	
Terra indígena em que reside ou à qual pertence: <input type="text"/>	
Município: <input type="text"/>	Etnia: <input type="text"/>
Idade: <input type="text"/>	
Estado civil: ( ) Casado/a ( ) Solteiro/a ( ) Separado/a ( ) Viúvo/a	

Se casado/a, qual a etnia do cônjuge?

Se casado/a, qual a ocupação do cônjuge?

Possui filhos? ( ) Sim ( ) Não Quantos?

Onde você concluiu o Ensino Médio? ( ) Aldeia ( ) Cidade

Qual o grau de escolaridade de seus pais?

( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

Outros:

Universidade em que estudou:

No período em que frequentou a universidade, onde você morava?

( ) Terra indígena ( ) Cidade

Se residia na cidade, em que tipo de residência:

( ) República estudantil

( ) Com parentes

( ) Moradia estudantil

( ) Sozinho/a em imóvel alugado

Se morava na terra indígena, com que frequência se deslocava para a universidade? E como fazia esse deslocamento?

Quais eram as suas fontes de renda?

## II | Trajetória com a Família e a Aldeia:

1. Como sua família o/a compreende como “profissional indígena” e quais expectativas possui em relação à sua formação?
2. O que a aldeia à qual está vinculado/a compreende por “profissional indígena” e quais expectativas possui? Isso ajuda o diálogo com as pessoas de sua aldeia?
3. Quais as dificuldades vivenciadas durante sua permanência na universidade? Em algum momento pensou em desistir e por que não o fez?
4. Quais são/foram as dificuldades encontradas em relação à sua família e à comunidade indígena? Houve momento em que sentiu preconceito das pessoas da aldeia por estar cursando o Ensino Superior e estar morando na cidade? Houve algum momento em que sentiu que não pertencia mais à aldeia?
5. Quais são/foram as motivações e os incentivos da família e/ou da comunidade indígena para sua permanência na universidade e no curso escolhido e quais se destacaram? Recebia alguma contribuição material ou financeira da família e/ou da aldeia?
6. Durante a sua formação acadêmica, você avalia que conseguiu manter, simultaneamente, vínculos de pertencimento com a sua aldeia indígena e com a comunidade universitária? Em que isto contribuiu para sua permanência (e conclusão) no curso e na universidade?
7. No período da sua formação acadêmica desenvolveu alguma ação de ensino, pesquisa ou extensão relacionada à questão indígena ou voltada para sua comunidade? Em caso positivo, como avalia a experiência realizada?

8. Qual sua expectativa de trabalho ou emprego após a formação acadêmica? Retornou à sua comunidade após a formação ou continua na cidade? Qual suas expectativas de continuidade de sua formação acadêmica?
9. Na sua avaliação, como e em que sua formação acadêmica contribui para melhorar a qualidade de vida nas terras indígenas e na sua aldeia?
10. Relate um pouco de sua trajetória pessoal, a partir do ingresso à universidade até os dias atuais como profissional indígena (relatando dificuldades e superação). Quais seus planos como indígena formado?

## ANEXO 2

# Relatório Final do II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas

## Relatório Final

# II ENEI

**II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES INDÍGENAS**  
**POLÍTICA PÚBLICA PARA OS ACADÊMICOS E EGRESSOS INDÍGENAS**  
**AVANÇOS E DESAFIOS**



De 04 a 07 de Agosto de 2014  
 Campo Grande- Mato Grosso do Sul



## SUMÁRIO

142		Comissão organizadora
142		Relatoria
143		Comissão científica
144		Realização
144		Apoio
145		Universidades participantes
146		Etnias presentes
147		Introdução
150		Mesas de discussão
152		Relato das mesas
182		Questões importantes levantadas nas mesas
186		Encaminhamentos e demandas
195		Representantes indígenas que auxiliarão na organização do III ENEI/SC
196		Representantes indígenas que farão a entrega do documento final do II ENEI à SECADI/MEC
197		Encaminhamentos para a realização do III ENEI

## Comissão organizadora

Anari Braz Bonfim | PATAXÓ

Benilda Vergílio | KADIWÉU

Célia Xacriaba

Caroline Lencine | TERENA

Daniele Lourenço | TERENA

Dione Alcântara | TERENA

Joilson Gabriel | TERENA

Juliete Echivaria | GUARANI KAIOWÁ

Luiz Henrique Eloy Amado | TERENA

Marcelo Ribeiro Coelho | TERENA

Milton Bokodoregaru | BORORO

Paulo Henrique G. Da Silva | PANKARARU

Vastir Eloy | TERENA

Poran Potiguara

Ronildo Jorge | TERENA

Simone Eloy | TERENA

Sérgio da Silva Reginaldo | TERENA

Tatiane Martins Gomes | GUARANI E KAIOWÁ

Woie Kriri Sobrinho Patte | XOKLENG

## Relatoria

Augusto Ventura dos Santos | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Talita Lazarin Dal 'Bó | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Miguel Jordão | TERENA

Elinéia Luiz Paes Jordão | TERENA

## Comissão científica

Airton Gasparini	KAIGANG   MESTRE EM ENSINO DE CIÊNCIAS/UFMS
Anari Braz Bomfim	PATAXÓ   MESTRE EM EDUCAÇÃO/UFBA
Bruno Pacheco de Oliveira	MESTRE EM COMUNICAÇÃO
Dalila Luiz	TERENA   MESTRANDA EM EDUCAÇÃO/UEMS
Eder Alcantara	TERENA   MESTRE EM HISTÓRIA/UFMG
Elda Vasques	GUARANI   MESTRE EM EDUCAÇÃO/UCDB
Simone Eloy Amado	TERENA   MESTRANDA EM ANTROPOLOGIA/ MUSEU NACIONAL – UFRJ
Eliel Benites	KAIOWÁ   MESTRE EM EDUCAÇÃO/UCDB
Elinéia Paz Jordão	TERENA   MESTRANDO EM LETRAS/UEMS
Elison Floriano Tiago	TERENA   MESTRE EM AGRONOMIA/UFMG
Leosmar Antonio	TERENA   MESTRE EM DESENVOLVIMENTO LOCAL/UCDB
Lindomar Lili	TERENA   MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS/ PUCSP
Luiz Henrique Eloy Amado	TERENA   MESTRE EM DESENVOLVIMENTO LOCAL/UCDB
Miguel Jordão	TERENA   MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS, AGRICULTURA E SOCIEDADE/UFRRJ
Naine Terena de Jesus	TERENA   DOUTORA EM EDUCAÇÃO/PUCSP
Nilza Leite Antonio	TERENA   MESTRE EM PSICOLOGIA/UCDB
Paulo Baltazar	TERENA   MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS/ PUC-SP
Teodora de Souza	GUARANI KAIOWÁ   MESTRA EM EDUCAÇÃO / UCDB
Tonico Benites	KAIOWÁ   DOUTOR EM ANTROPOLOGIA/ MUSEU NACIONAL – UFRJ
Zuleica Tiago	TERENA   MESTRANDA EM SAÚDE DA FAMÍLIA/ UFMS



## Realização

Universidade Católica Dom BOSCO | UCDB

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | UFMS

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul | UEMS

Universidade Federal da Grande Dourados | UFGD

## Apoio

Programa Rede de Saberes

Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas  
(NEPPI) | UCDB

Centro de Culturas Indígenas (CCI) | UFSCAR

CGEEI/DPCIRER/SECADI — Ministério da Educação  
(MEC) | GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO

## Universidades participantes

UCDB	UFSC
UEMS	UFPR
UFMS	UEL
UFGD	UEM
UFPA	UFRGS
Uniderp	UNIASSELVI
UNIGRAN	FURG
UNIESP/FIAMA	UFSS
Unaes	Unochapecó
FATHEL	UNIFESSPA
UFSCar	UNIOESTE
USP	UFOPA
UNICAMP	UFPA
PUC-SP	UFRJ
PUC Minas	UFRJR
UNIFESP	UnB
UNIABC	UFT
UNISA	Instituto Insikiran/UFRR
Uneb	UFAM
IFBA	UFPB
UFBA	Universidade Indígena
UEFS	Equador
UFMG	Universidade da Colômbia

## Etnias presentes

Terena	Munduruku
Kaingang	Potiguara
Guarani e Kaiowá	Kaxinawa
Xokleng	Yaminawa
Umutina	Juruna
Waiwai	Manoki
Xakriaba	Xawanawa
Bororo	Piratapuia
Mayoruna	Krahô-Kanela
Pankararu	Xerente
Baré	Tembé
Tuxá	Guató
Truká	Tapajó
Quixelô	Manchineri
Pataxó	Tupinambá
Chiquitano	Guajajara
Xavante	Baniwá
Macuxi	Ticuna
Kadiweu	Kinikinau
Bakairi	Kaxinawa
Fulni-ô	Yawanawa
Karajá	Quechua Andino
Desana	Embera (Colômbia)
Atikum	Siekopaqi (Equador)
Kaimbé	

## Introdução

Entre os dias 04 e 07 de agosto de 2014, foi realizado na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, o II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas — Políticas Públicas para os acadêmicos e egressos indígenas: avanços e desafios.

O encontro constituiu uma continuidade do I ENEI, realizado no ano de 2013, na Universidade Federal de São Carlos. Este foi fruto de uma iniciativa pioneira dos estudantes indígenas desta universidade que, desde 2008, vêm recebendo acadêmicos das mais diferentes etnias, através de vestibular específico, de vagas complementares abertas em todos os cursos e de uma série de outras ações de apoio à permanência (dentre elas o Centro de Culturas Indígenas, inaugurado em 2013). Um desafio, neste sentido, se colocava à organização do segundo encontro: dar prosseguimento ao sucesso da primeira edição, tentando cumprir a meta de que o evento passasse a ter periodicidade anual e que fosse realizado seguindo uma rotatividade da instituição que o sediaria.

Já no primeiro encontro, foi realizada a escolha da região que seguiria em frente com esse desafio: o estado de Mato Grosso do Sul. Há mais de uma década, a região vem se destacando por uma marcada presença de indígenas no Ensino Superior. Estimava-se que no ano de 2007 quase 600 acadêmicos indígenas estavam matriculados em instituições de Ensino Superior da região, tendo esse número possivelmente duplicado nos anos subsequentes. Além dessa quantidade notável de universitários indígenas, o estado se destaca também pela diversidade de políticas afirmativas levadas a cabo nas instituições de Ensino Superior, algo que contempla duas licenciaturas interculturais indígenas, reserva de vagas no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), presença de uma faculdade indígena (a FAIND, da Universidade Federal da Grande Dourados) e o Programa Rede de Saberes, que

articula institucionalmente a Universidade Católica Dom Bosco, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e a Universidade Federal da Grande Dourados. Iniciado no ano de 2004 e contando com recursos da Fundação Ford, o Rede de Saberes vem desenvolvendo um conjunto significativo de ações que visam apoiar a permanência dos estudantes indígenas nos seus cursos. Uma destas ações foi o apoio à realização, desde 2006, dos Encontros de Acadêmicos Indígenas de Mato Grosso do Sul.

Esse acúmulo de experiências bem-sucedidas no que tange aos eventos que reúnem estudantes universitários indígenas constituía um ponto fundamental para se apoiar a construção desse novo evento. Sabia-se, assim, da importância de se organizar um espaço para discussão e intercâmbio de experiências, por meio das quais fosse possível debater e formular questões e demandas por melhorias nas políticas de inserção de indígenas na universidade. Um espaço apoiado por parceiros não indígenas, mas que desse visibilidade e fosse protagonizado por acadêmicos e profissionais indígenas. O II ENEI representava, então, a oportunidade para os acadêmicos e formuladores de políticas do Ensino Superior para indígenas da região de organizarem um evento em escala nacional que pudesse receber os parentes indígenas de todo o restante do país.

Após meses de trabalho árduo, levado a cabo pela comissão organizadora e pelas quatro universidades realizadoras (UCDB, UFMS, UEMS e UFGD), o evento finalmente pôde ser realizado com sucesso. Após a realização da abertura, no Anfiteatro do Bloco C da UCDB, as demais atividades aconteceram no salão de eventos do Hotel Eco do Lago. Foi de fundamental importância o apoio financeiro e logístico dos parceiros institucionais, que ajudaram no deslocamento e na hospedagem dos estudantes indígenas participantes: o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI-MEC), o Programa Rede de Saberes, o Centro de Culturas Indígenas da

UFSCar e o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas da UCDB (NEPPI). A estimativa é de que aproximadamente 600 estudantes indígenas, de 41 etnias diferentes, participaram do encontro. Além disso, o evento contou com a participação de 42 instituições de Ensino Superior e de representantes do Ministério da Educação (MEC), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério Público Federal, entre outras instâncias do poder público.

O número de estudantes indígenas presentes e a diversidade regional, étnica e institucional dos participantes indicam que essa segunda edição deu continuidade ao êxito observado já na primeira. Isso mostra o quanto este encontro vem se consolidando enquanto um vigoroso evento acadêmico do Ensino Superior brasileiro de um modo geral, bem como uma agenda importante do movimento indígena nacional. Isto permite prever também o quanto ele deverá se consolidar ainda mais nas próximas edições, que já tiveram seus locais definidos: a Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 2015, e a Universidade Federal de Tocantins, em 2016. Tendo em conta os desafios que se colocam para a organização de um evento deste porte e desta natureza, deverá ser realizado como parte da preparação de cada edição subsequente um encontro que, ao mesmo tempo, irá avaliar os eventuais problemas ocorridos no anterior e apontar as diretrizes a serem tomadas no próximo. Conforme consta em anexo, o encontro de avaliação do II ENEI deverá ser realizado em outubro de 2014.

Em suma, o ENEI chegou para ficar. Neste sentido, é de fundamental importância que o Ministério da Educação continue apoiando a realização deste encontro, pois, se a construção de um país mais democrático e plural envolve o respeito e o diálogo com as diferenças socioculturais e com os diferentes modos de vida dos seus cidadãos, é essencial que o poder público continue estimulando espaços como o ENEI, que, ao debater e celebrar a presença de indígenas na universidade, coloca importantes questões para a democratização do Ensino Superior no Brasil.

## Mesas de discussão

**04/08/2014**

SEGUNDA-FEIRA | LOCAL: Anfiteatro Bloco C — UCDB

19h | **ABERTURA** | *Ritual de Xamanismo Terena*

20h | **MESA DE ABERTURA** |

Padre José Marinoni — Reitor da Universidade Católica Dom Bosco; Fernando de Luiz Brito de Vianna — Fundação Nacional do Índio; Dra. Rita Gomes do Nascimento Potiguara — SECADI/MEC; Simone Eloy Terena — Comissão Organizadora

21h | **MESA 1** | *“Políticas Públicas para a Educação Superior Indígena: Avanços e Desafios”*

Thiago Tobias (CGEEI/DPECIRER/SECADI/MEC); Umberto Euzébio (UnB); Dra. Rita Gomes do Nascimento Potiguara (SECADI/MEC)

COORDENAÇÃO: Ms. Teodora de Souza Guarani

**05/08/2014**

TERÇA-FEIRA | LOCAL: Auditório do Hotel Eco do Lago

07h30 | **MESA 2** | *“Diálogo dos novos desafios da pós-graduação”*

Poran Potiguara (UNB); Ms. Eliel Benites — Kaiowá e Guarani (UFGD)

COORDENAÇÃO: Ronildo Jorge Terena (UFGD)

10h | **MESA 3** | *“O estudante indígena e a luta pelo território tradicional”*

Dr. Emerson Kallif Siqueira (MPF/MS); Lindomar Terena (Conselho do Povo Terena)

COORDENAÇÃO: Luiz Henrique Eloy Amado — Advogado Terena

13h30 | **MESA 4** | “*O pesquisador indígena e sua comunidade*”

Ms. Edimar Fernandes Kaingang (UFPA); Ms. Lindomar Lili Sebastião Terena (PUC); Avaniilson Ijoraru Dias Karajá (UFT); Ms. Tonico Benites Guarani/Kaiowa

COORDENAÇÃO: Ms. Anari Braz Bonfim, Pataxó

15h30 | **MESA 5** | “*O profissional indígena na construção de uma saúde indígena diferenciada*”

Dr. Zelick Trajber (DSEI/SESAI/MS); Orinaldo Senna, Kaxinawá (UFSCar)

COORDENAÇÃO: Zuleica Tiago, Terena (UFMS)

**06/08/2014**

QUARTA-FEIRA | LOCAL: Auditório do Hotel Eco do Lago

07h30 | **MESA 6** | “*Universidade Intercultural Indígena no Brasil*”

Dr. Gersem José dos Santos Luciano Baniwa (UFAM); Sabine Sinigui (Universidade da Colômbia); Hernán Holger P. Payaguaje (Universidade Indígena do Equador); Dra. Rita Gomes do Nascimento Potiguara (SECADI/MEC); Antonio Dari Ramos (FAIND/UFGD)

COORDENAÇÃO: Woie Kriri S. Patte (Laklãnõ/Xokleng/UFSC)

13h30 às 17h30 | “*Diálogos Ameríndios: apresentação de pesquisas indígenas*”

20h | *Desfile de moda tradicional: Trajes Étnicos das Etnias — Masculino/Feminino.*

**07/08/2014**

QUINTA-FEIRA | LOCAL: Auditório do Hotel Eco do Lago

08h | **MESA DE ENCERRAMENTO** |

Woie Kriri S. Patte (Xokleng/UFSC); Prof<sup>a</sup>. Clarice Cohn (UFSCar); Pe. George Lachnitt (NEPPI/UCDB); Macaé Maria Evaristo dos Santos (SECADI/MEC)

COORDENAÇÃO: Sérgio da Silva Reginaldo Terena



## Relato das mesas

O evento contou com uma mesa de abertura, seis mesas de palestras seguidas de debates, uma tarde de apresentações de trabalhos e pesquisas e uma mesa de encerramento, além de muitas atividades culturais, como diversas apresentações de cantos e danças indígenas, a apresentação de um vídeo sobre a atual situação dos povos indígena de MS e uma mostra de trajes étnicos indígenas. A cerimônia foi integralmente conduzida pelo mestre de cerimônias Sérgio da Silva Reginaldo Terena.

O início do evento ocorreu na noite do dia 4, na Universidade Católica Dom Bosco, com um ritual de pajelança da etnia Terena. Em seguida, iniciou-se a Mesa de Abertura, composta pelo Reitor da Universidade, Padre José Marinoni, pelo representante da Funai, Fernando Luiz Brito de Vianna, pela representante da SECADI/MEC, Dra. Rita Gomes do Nascimento Potiguara e pela representante da comissão organizadora do evento, Simone Eloy Terena. Simone iniciou a mesa com uma fala de agradecimento a todos os membros da comissão pelo trabalho de organização de um evento desse porte, à coordenação do Programa Rede de Saberes da UCDB pelo apoio, e ao público, pela presença. Ela informou que foram realizadas 683 inscrições para o evento, que contou também com a participação de profissionais da Colômbia, do Equador e da Espanha e, por fim, desejou a todos um bom evento. A palavra foi passada para o representante da Funai (que substituiu a presidenta Maria Augusta Boulitreau Assirat), que iniciou sua fala parabenizando a organização do evento e enfatizando a importância de sua ocorrência anual. Ele também destacou a importância do evento daquele ano já ter como tema de discussão o futuro dos indígenas egressos do Ensino Superior e disse que a inserção desses estudantes no mercado de trabalho deveria ser o instrumento de um objetivo maior, que é a melhoria das condições de vida nas

aldeias. Ele ressaltou também a importância dos acadêmicos indígenas estarem articulados com as organizações e as associações do movimento indígena. Ele lembrou a alteração da responsabilidade de prover a educação escolar indígena, que passou da Funai para o MEC, mas reafirmou a Funai como aliada e responsável pelo acompanhamento da pauta, contando também com o incentivo do controle social pelas comunidades. Ele saudou a atual política de oferta de Bolsa Permanência pelo MEC (Programa de Bolsa Permanência — PBP) e projetos como o Rede de Saberes, das universidades de MS, aproveitando o momento para homenagear o saudoso professor Antonio Brand, idealizador do projeto e de eventos como este. Por fim, convidou a todos a participarem das conferências nacionais sobre temáticas indígenas que ocorreriam naquele ano. A palavra foi passada a Rita Potiguara, representante do MEC, que também iniciou sua fala parabenizando a organização do evento e afirmando que o movimento indígena já reconhece os estudantes indígenas como grandes aliados em suas lutas políticas. Ela lembrou que o estado de Mato Grosso do Sul possui longa trajetória de discussão dessa temática de indígenas no Ensino Superior. Ela reafirmou a necessidade de construir processos específicos de acesso e acompanhamento de indígenas no Ensino Superior e elaborar uma política mais adequada, com mais investimentos e financiamentos e com melhor gestão e acompanhamento dos programas e ações. Ela falou sobre a importância de se pensar na “descolonização do saber”, na formação de intelectuais indígenas e ressaltou que essa discussão vem brotando a partir da iniciativa de pessoas daquele local (dos projetos e universidades de MS). Ela também afirmou a importância do protagonismo dos estudantes indígenas nesses processos. E, por fim, enfatizou a importância de passarmos de uma agenda de ações, situação do momento atual, a uma política nacional efetiva. Passou-se a palavra para a última fala da mesa, do reitor da UCDB, Pe. Jose, que iniciou com

agradecimentos e boas-vindas a todos os presentes, dizendo que a UCDB sempre esteve de portas abertas aos estudantes indígenas, assim como os salesianos, que, com sua missão, sempre foram atuantes pelas causas indígenas, primeiramente junto aos índios Bororo, em seguida junto aos índios Xavante e, mais tarde, junto às etnias indígenas do estado de Mato Grosso do Sul, por meio da instalação desta universidade. Ele pediu que os estudantes indígenas não se esquecessem das suas comunidades e afirmou: “Vocês não podem e não devem perder suas identidades e devem manter suas tradições e culturas”. Por fim, fez uma solicitação às autoridades presentes para que ampliassem o Programa de Bolsa Permanência, pois os estudantes indígenas das universidades privadas e universidades públicas estaduais não conseguem acessá-las.

O evento seguiu com uma apresentação cultural de dança feita por indígenas Terena no pátio da universidade, acompanhada e assistida por muitos estudantes que se encontravam no intervalo das aulas.

Em seguida, deu-se início à Mesa 01 do evento: “Políticas Públicas para Educação Superior Indígena: Avanços e Desafios”, composta pelos palestrantes Thiago Tobias (CGEEI/DPECIRER/SECADI/MEC), Umberto Euzébio (UnB), Dra. Rita Gomes do Nascimento Potiguara (SECADI/MEC) e pela coordenadora Ms. Teodora de Souza Guarani. Thiago forneceu informações e esclarecimentos sobre o Programa de Bolsa Permanência do MEC e se colocou à disposição para o esclarecimento de dúvidas. O professor Umberto iniciou sua fala dizendo que normalmente percebe uma maior repercussão das críticas e dos aspectos negativos a respeito dos programas de acesso e permanência dos estudantes indígenas no Ensino Superior e que pouco se reconhecem seus avanços e pontos positivos. Ele contou que o convênio da UnB com a Funai teve início em 2003, há 11 anos, e que somente em 2009 houve a formatura do primeiro estudante indígena. Em 2011, mais dois estudantes

indígenas se formaram e, até o momento, já são 11 formados. Ele disse que esse tempo mais longo para a conclusão do curso, que, do seu ponto de vista, se deve a um histórico de formação escolar bastante precário (para indígenas e para quilombolas), sempre foi um aspecto de muita cobrança e de críticas. Trata-se de um tema em que há dificuldade de aceitação pela universidade, mas para que a inclusão desses estudantes seja realmente efetiva, aspectos como esse precisam ser levados em conta. Outro problema que destaca é o acolhimento dos estudantes. Em suas palavras: “Se o estudante não vive bem, se ele não se alimenta bem, se não é bem acolhido, não tem bom rendimento”. Outra questão seria o não reconhecimento, por parte da universidade, da diversidade de etnias indígenas e de suas especificidades, e com isso, os estudantes acabam sendo tratados genericamente como “indígenas”. Por fim, demonstrou grande preocupação e crítica à maneira como a nova política federal (se referindo à Lei de Cotas de 2012) tem buscado substituir as políticas mais antigas, aplicadas em universidades como a UnB. Ele afirmou que a nova política federal não tem levado em conta as experiências dessas políticas anteriores, como, por exemplo, a questão do apoio ao transporte dos estudantes indígenas às suas comunidades, que não está previsto na nova lei. Ele também afirmou a necessidade das universidades investirem em políticas e programas que gerem melhorias para as comunidades/aldeias. E disse que as políticas públicas, por ainda serem muito pontuais, precisam de períodos longos para se concretizarem e começarem a gerar resultados, e que algumas já apresentam um bom tempo de experiência e deveriam ser consideradas mais detidamente. Ele acredita que é importante que o governo incentive a implementação de novas políticas, mas que elas devem se somar e ser complementares às já existentes, e não buscarem subtraí-las. A palavra foi passada à representante da SECADI/MEC, Rita Potiguara, que disse que tratará dos avanços e desafios dessa pauta,

preferindo começar pelos avanços alcançados, elencando alguns deles: a criação de muitos programas e processos nas universidades para garantir o acesso e a permanência de estudantes indígenas, contando com parceiros como a Funai e algumas ONGs; a criação de cursos específicos, como as licenciaturas interculturais, de institutos indígenas, como o Instituto Insikiran na UFRR, e de faculdades interculturais, como a FAIRD/UFGRD; a discussão sobre a criação de um campus universitário em território indígena (como aquela que ocorre entre os Kaingang e a Universidade da Fronteira Cone-Sul), além da recente discussão da FOIRN sobre a criação de um Instituto de Saberes Indígenas, em parceria com o ISA. Em relação aos desafios, ela afirma que é necessário ampliar a quantidade e a qualidade dos programas de acesso e permanência nas universidades e dos cursos específicos; que é preciso avançar no debate sobre as línguas indígenas nos cursos específicos e nas universidades; que é preciso avançar também no debate sobre os mecanismos que possam garantir a presença de sábios indígenas nas formações dos estudantes indígenas, o que esbarra nas burocracias universitárias; que é preciso, ainda, expandir a educação básica, especialmente o Ensino Médio nas aldeias; que é preciso trazer mais os conhecimentos indígenas para a academia, não no sentido de sobrepor diferentes ciências, a ocidental e as tradicionais, mas de se pensar como elas poderiam conviver. Por fim, ela afirmou que a principal importância dessa preparação e formação na universidade é o maior empoderamento dos indígenas, fortalecido pelas experiências universitárias. A seguir, a palavra foi passada para a coordenadora da mesa, a mestre Teodora Guarani, que comentou que um avanço das políticas podia ser notado pela quantidade de estudantes indígenas presentes no evento. Sendo assim, o ENEI em si mesmo já poderia ser considerado um avanço. Para concluir, ela ressaltou a importância do momento político (prévio às eleições) e de se articular o movimento indígena com as

propostas do poder legislativo, que é quem decide como será utilizado o orçamento do governo, e não em focar, portanto, somente a luta política no poder executivo. Após sua fala, a palavra foi aberta para a plateia. Lideranças indígenas Terena presentes tomaram o microfone e aconselharam os estudantes indígenas a aproveitarem ao máximo o evento, agradeceram a organização dele, especialmente aos membros da comissão organizadora, como Simone e Luiz Henrique Eloy. Um estudante indígena e liderança Kaxinawá, que cursa Medicina na UFSCar, também se manifestou, agradecendo o evento e informando que na UFSCar, ultimamente, já são 88 estudantes indígenas, desde o início da política específica de acesso e permanência, iniciada em 2008, e disse que a universidade também conta com um Centro de Cultura Indígena, no qual foi pensado e articulado o I ENEI. O próximo a falar foi um estudante Guarani que agradeceu o convite e a organização do evento e aproveitou para pedir às autoridades presentes mais apoio para os jovens indígenas. Outros estudantes indígenas também se manifestaram, agradecendo a presença no evento e desejando ótimas discussões, como uma estudante Tapajó da UFOPA e um estudante Bororo da UFMT, que destacou a importância da fala das lideranças e afirmou que o evento é deles, dos acadêmicos indígenas, e que é um momento de se compartilhar experiências. Falaram, também, um estudante Chiquitano da UFMT e uma estudante Baré da UnB, encerrando-se, assim, o primeiro dia do evento.

No dia 05, a abertura dos trabalhos do II ENEI teve início com uma pajelança promovida pelo grupo da etnia Terena, para a qual solicitaram a presença dos representantes das demais etnias presentes. O professor Estevinho, liderança Terena, solicitou um minuto de silêncio em memória do guerreiro Oziel Terena, morto por policiais em confronto por terras, na Terra Indígena Buriti. Após isso, iniciou-se a Mesa 02: “O diálogo dos novos desafios da pós-graduação”. A fala teve início com o coordenador da mesa, o indígena

da etnia Terena Ronildo Jorge (UFGD), que falou sobre os desafios encontrados pelos acadêmicos indígenas e pelos egressos, para dar continuidade às suas formações profissionais ou acadêmicas, como mestrado e doutorado. Ele perguntou quem ali presente estaria realizando ou já possui pós-graduação, e poucas pessoas levantam a mão. Em seguida, foi passada a palavra ao indígena da etnia Guarani Kaiowá Ms. Eliel Benites (UFGD), professor indígena e mestre em Educação, membro do Movimento dos Professores Guarani Kaiowá. Ele iniciou sua fala ressaltando a importância do diálogo entre a universidade e os conhecimentos tradicionais e entre o movimento acadêmico, os professores indígenas e as lideranças indígenas, na busca pela construção do conhecimento de forma coletiva. Reforçou o papel do acadêmico indígena para sua comunidade indígena, visando à aquisição de conhecimentos universais, mas sem deixar de lado sua identidade, sua cultura, suas tradições, não abandonando seu povo, valorizando a própria cultura e o conhecimento tradicional. A seu ver, a manutenção desses dois elementos é um desafio muito grande, pois, geralmente, o conhecimento é tratado de uma forma unilateral, somente como técnica. Ele afirmou ser necessário construir a “identidade” como acadêmico indígena, buscar caminhos de acordo com nossos valores, modos de ser, particularidades, sendo também preciso que a universidade crie um ambiente político, pedagógico e metodológico que garanta as especificidades indígenas, uma metodologia adequada às reais necessidades do acadêmico indígena. A universidade deve estar aberta a este diálogo, a novos métodos de ensino, criando um currículo que respeite e valorize a cultura do povo indígena. Ele defendeu que o modelo atualmente proposto pela universidade é colonial, imposto e, com isso, faz com que os acadêmicos também se tornem colonizadores em suas próprias comunidades, porque isto faz com que acreditem que o conhecimento acadêmico é a verdade absoluta e desejem impô-lo às suas

comunidades, passando por cima das lideranças tradicionais, desrespeitando-as. Ele disse para os estudantes tomarem cuidado com isso. Afirmou que o acadêmico indígena deve ser um elemento “catalizador” entre as duas culturas (ocidental/acadêmica e tradicional). Disse que é preciso “ser indígena, mas se aventurar nos campos acadêmicos”, que não é necessário mudar a identidade para tanto; que é preciso reaproximar o diálogo com os mestres tradicionais, reconstruir o diálogo com a comunidade, pois a escola, a educação, tem causado uma ruptura entre as gerações. É preciso estabelecer uma ligação entre os valores tradicionais e a academia, mas isso ainda é um desafio. Ele próprio não sabe como fazer isso, mas é algo que deve ser pensado contextualmente, localmente, e que não pode ser somente com a metodologia acadêmica. Ele criticou a forma como a universidade está atuando em relação aos saberes e conhecimentos indígenas, pois o único caminho/processo que reconhece pela universidade, baseado em sua longa experiência de colonização, ainda é de imposição de currículos, de disciplinas, a seu modo. É necessário criar outras metodologias, outras formas de organização dos saberes, que não podem se limitar às disciplinas dos cursos, pois os conhecimentos tradicionais são diferentes. Ele defendeu “a espiritualização da universidade”, afirmando que o conhecimento tradicional é ao mesmo tempo físico e espiritual; mas também colocou a seguinte questão: “É possível espiritualizar o espaço acadêmico?”. Ele enfatizou que essa espiritualização visa construir uma relação social, a fim de fortalecer os valores tradicionais indígenas, ainda mais importantes no atual contexto de MS, devido aos conflitos. Eliel ressaltou ainda que o acadêmico possui um importante papel de “construir” um mundo melhor para a comunidade indígena. Após a sua fala, passou-se a palavra ao estudante indígena Poran, pertencente à etnia Potiguara, acadêmico da UnB, que comentou sobre as dificuldades encontradas dentro da academia. Ressaltou, ainda, a importância de os egressos



indígenas que concluem a graduação contribuam na sua comunidade indígena em prol de um interesse coletivo, contribuam com as suas lideranças, com o seu povo. Colocou como um desafio a aquisição do conhecimento acadêmico e sua utilização em favor da comunidade indígena. Questionou, em seguida, o que se deve fazer para “descolonizar as universidades”, acabar com a imposição e promover o diálogo, a interação entre os conhecimentos científicos e tradicionais. Afirmou que o maior desafio seria fazer política na universidade, pois “não basta entrar e ser acadêmico”, “estudar e fazer política não é fácil”, os acadêmicos não devendo disputar com o movimento indígena, com as lideranças tradicionais, mas tentando se manter juntos. Poran Potiguara solicitou aos acadêmicos indígenas que tenham “ambição”, que sigam em frente para alcançar seus objetivos, que não se contentem com a graduação, que façam mestrado, doutorado, pós-doutorado, que ocupem cargos públicos, que sejam professores universitários. Mas os estimulou a irem atrás do conhecimento em prol de suas comunidades, “ser comunidade na universidade”, assumir a identidade indígena, não deixar que ela se apague. Após a fala de Poran, o coordenador da mesa abriu o debate para perguntas da plateia. Depois de algumas perguntas, Poran respondeu que atualmente ainda não possuímos uma escola indígena de fato, o método de ensino não sendo diferenciado. Teríamos que ter um vestibular diferenciado, específico e um currículo igualmente diferenciado e ao menos um representante no colegiado de cada curso das universidades. Ressaltou, ainda, que devemos valorizar os profissionais indígenas e que devem existir oportunidades de trabalho após a graduação na própria comunidade de origem. Otoniel ressaltou que o conhecimento ocidental acadêmico não é um problema, mas é preciso aproximar a linguagem da academia da língua indígena, não se pode ficar preso a estes conhecimentos. Seria necessário quebrar o atual modelo de ensino nas academias e nas escolas

públicas, a visão indígena devendo ser considerada, ouvida e aceita de forma significativa dentro das universidades. É essencial ter uma postura indígena, e as alternativas encontradas devem ser sempre elaboradas de forma coletiva. Em relação ao mercado de trabalho, Otoniel afirma que o atual modelo de trabalho não nos proporciona espaço, sendo necessário criar novos mercados de trabalho. Quanto à pesquisa, ele disse que ela não deve ser encarada de forma mecânica, mas olhada como ela é. Não pode ser só na linguagem acadêmica, é necessário ter outras linguagens e temos sempre que construir coisas novas dentro das instituições. Em relação à participação dos acadêmicos indígenas no processo de retomada das terras tradicionais, é de fundamental importância o posicionamento e a participação efetiva, contribuindo com as lideranças indígenas na busca pelos direitos indígenas. Após essas considerações, foi desfeita a primeira mesa.

Em seguida, foi iniciada a Mesa 03: “O estudante indígena e a luta pelo território tradicional”, composta pelo procurador do MPF/MS Dr. Emerson Kallif Siqueira, pela liderança indígena Lindomar Terena, do Conselho do Povo Terena e do acampamento indígena Mãe Terra, e pelo Dr. Luiz Henrique Eloy Amado, indígena Terena, advogado e mestre em Desenvolvimento Local, coordenador da mesa, que deu início à mesma agradecendo a presença dos palestrantes e passando a fala para Lindomar Terena. Lindomar iniciou dizendo que espera muito dos acadêmicos indígenas, pois quando eles deixam a aldeia, a comunidade e a liderança depositam fé, para serem futuramente instrumentos de garantia dos direitos dos povos indígenas, pois todos nós temos a responsabilidade de fazer valer a Constituição de 1988. Ele disse que os direitos indígenas estão sendo negociados no Congresso Nacional, “é a minha vida, é a sua vida que está sendo negociada”. Ele enfatizou que o papel de cada um é defender o povo indígena e também pediu a benção de Deus, reforçando a grande capacidade e força que temos, enquanto

movimento indígena. Evidenciou que “a luta pela geração futura começou”, e disse que não podemos ser “covardes”, mas lidar com os enfrentamentos, nos encorajar, “nunca em benefício próprio, mas sempre pela coletividade”. Disse, ainda, aos acadêmicos: “Nós, lideranças, moradores, comunidade indígena esperamos de vocês acadêmicos indígenas que nos ajudem e caminhem junto conosco”. Dr. Luiz Eloy ressaltou que os acadêmicos indígenas devem ajudar as lideranças, assessorar e fortalecer as lideranças indígenas, se apropriando dos conhecimentos e contribuindo com a sua comunidade; que os acadêmicos têm um compromisso coletivo com seu povo, com sua comunidade. O Procurador Federal Dr. Emerson Kallif iniciou sua fala elogiando a fala de Lindomar, afirmando: “Vocês puderam sentir a fala dele”. E disse que seus melhores professores foram os índios, que com eles aprendeu a discutir direitos territoriais, questões sobre demarcações, sobre retomadas. Ele disse que isso que costumamos chamar de retomada, que para ele é demarcação, é simplesmente cumprir o que está na constituição. Ele fez alguns esclarecimentos sobre os territórios tradicionais, envolvendo saúde e educação, no que diz respeito às populações indígenas. Em relação à retomada e à demarcação, colocou que existem dois aspectos, o do papel e da caneta (a parte burocrática) e o da luta do dia a dia. Incentivou que os estudantes indígenas possam ser futuramente juízes, magistrados, para que possam fazer a diferença na luta dos povos indígenas, a exemplo do advogado Luiz Henrique, que abriu mão de conquistas pessoais pela luta e pelas conquistas dos direitos indígenas. Ressaltou que cada um deve ser “importante” nesse processo de retomada das terras tradicionais. Disse que, para trabalhar nessa área, é importante a proximidade com a comunidade, a convivência, a interação local, entender de fato o que se passa no dia a dia, as prioridades e necessidade locais. Deu algumas explicações sobre as etapas do processo de demarcação, a demora de cada etapa e explanou sobre

o andamento de algumas situações de comunidades que estão em pleno processo de demarcação, enfatizando que o professor é um agente importante nesse processo, assim como os demais profissionais das áreas ambientais, agrárias e de direito. Após a fala do procurador federal, o coordenador da mesa abriu o debate para questionamentos da plateia. Após alguns questionamentos dos acadêmicos indígenas sobre a demora no processo de demarcação, o Dr. Emerson respondeu dizendo que o processo de retomada é um conjunto de fatores, pois envolve vários órgãos como a Funai, que não possui estrutura suficiente para realizar estudos (uma vez que os antropólogos, que são profissionais essenciais nos estudos/laudos, são poucos e são voluntários), e estes últimos constituem uma peça fundamental para o processo. É necessário ter informações precisas sobre as etnias em estudo e, ao mesmo tempo, a justiça é lenta e há muitos caminhos burocráticos que devem ser respeitados. Citou o exemplo da Terra Indígena Buriti, para a qual ainda não houve um consenso entre produtores rurais, indígenas e governo federal, para a solução da situação. Ainda em relação à retomada, o mesmo disse que a comunidade deve se unir e não pode haver divisões internas. Ela precisa conhecer seus direitos, e esta organização difere de local para local. Lindomar Terena falou sobre a proteção das lideranças indígenas, das áreas de retomada e da comunidade, bem como sobre as ameaças e a insegurança, dizendo que tudo isso só iria acabar com a demarcação dos “nossos territórios”. Somando-se as forças dos estudantes de várias áreas, em breve iremos dar um brado de vitória na conquista de nossos territórios e garantir nossos direitos. Durante os comentários da plateia, o estudante Kaigang disse que, para os povos indígenas, a terra é sagrada, ela é vida, por isso eles partiram para a retomada. O advogado Dr. Luiz Eloy afirmou que os direitos indígenas não são repassados nas universidades, assim reivindica-se um aprofundamento destes últimos, garantidos pela Constituição Federal. E

assim foram encerradas as palestras proferidas no período matutino desse dia do evento.

O período vespertino iniciou-se com uma apresentação cultural e, posteriormente, com a Mesa 04: “O pesquisador indígena e sua comunidade”, composta pelos palestrantes Ms. Edimar Fernandes Edi, da etnia Kaingang (UFPA), Ms. Lindomar Lili Sebastião, da etnia Terena (PUC), Avanilson Ijoraru Dias Karajá — Pesquisador (UFT) e Ms. Tônico Benites da etnia Guarani/Kaiowá. A mesa foi mediada pela Ms. Anari Braz Bonfim, da etnia Pataxó, que apresentou os palestrantes, e em seguida passou-se a palavra para Edimar, que agradeceu aos organizadores do evento e, logo em seguida, apresentou um vídeo sobre a educação no que tange ao comportamento dos indígenas após a sua formação acadêmica. Este vídeo propunha que os acadêmicos devem respeitar os conhecimentos tradicionais da aldeia. Edimar disse que os encontros acadêmicos proporcionam uma troca muito boa de conhecimento, e juntos podemos construir uma universidade que atenda às demandas indígenas, sendo chegada a hora de se pensar em algo maior. Para tanto, citou como exemplo fala do cacique Lúcio Tembê: “Tem gente que estuda pra ser educado... agora, tem gente que estuda pra ser mais burro”. Acrescentou, ainda, que deve existir respeito aos conhecimentos tradicionais e que devemos procurar conciliar os conhecimentos científicos com os conhecimentos tradicionais, o pesquisador devendo se adequar à sua realidade e ter respeito às lideranças tradicionais e às comunidades indígenas. Precisa também ficar atento ao que escreve, pois servirá como referência posterior. A seu ver, os pesquisadores indígenas são fundamentais, pois conhecem sua realidade e poderão registrar a sua própria história. Sendo assim, a universidade seria uma opção de melhorias e não uma causa de problemas, perguntando-se qual seria nosso papel em relação à educação, enquanto movimento indígena. Em seguida, encerra sua apresentação. Assim, passou-se a palavra à professora Lindomar,

que se disse honrada em participar desse ENEI, que teve início na UFSCar, e que atualmente pesquisa a questão do gênero e do papel da mulher indígena e, como professora, reflete quem seria o pesquisador, pois desde o trabalho inicial com seus alunos já tem início a sua pesquisa, que se dá em níveis diferenciados. Ela afirmou que o papel fundamental do pesquisador é definido como um intérprete das situações vividas, as pesquisas devendo ser relevantes e fidedignas, pois somos os próprios sujeitos da nossa pesquisa e devemos ter todo cuidado com a elaboração da mesma, principalmente com a escrita. Lindomar afirmou, ainda, que, por sermos pesquisadores indígenas, devemos ter um compromisso a mais com nossa comunidade e sermos agentes transformadores de nossas comunidades: “Não podemos pensar somente em nós”. O pesquisador indígena vai além do simples fato de pesquisar, fazendo parte da realidade, sendo sujeito e tendo um compromisso social com a comunidade indígena. Após a sua formação, ele deve retornar à comunidade para fazer algo para seu povo. Como educadora, ela acredita muito na revolução pela educação, que tem o poder de transformar o social. Disse também acreditar no movimento social indígena, e que todos têm o direito de se frustrar com a realidade em que se encontram certos segmentos sociais. Afirmou, ainda, que o movimento indígena é uma forma de os povos reagirem contra um Estado opressor, reforçando o comprometimento social do pesquisador indígena com a sua comunidade, e assim encerrou a sua fala. Em seguida, foi passada a palavra para Avanilson, que fez uma apresentação sobre o projeto de crocodilo desenvolvido pela UFT. Ele também se questionou sobre como poderia dar um retorno à sua comunidade e, assim, conta que desenvolveu uma caravana da juventude para desenvolver ações junto à mesma e também apresentou o projeto de manejo sustentável e criação de tartaruga da Amazônia, que visa à preservação da espécie, bem como ao fortalecimento cultural, pois a tartaruga serve como alimento

para a comunidade. Após isso, a palavra foi passada para Tônico Benites, que falou sobre a importância da pesquisa, a partir da sua própria experiência como pesquisador, e disse que isso se inicia a partir do momento em que o aluno ingressa na universidade, que começa suas leituras, seus questionamentos, suas análises, reflexões e problemáticas, porém tudo isso demanda tempo e disponibilidade para elaboração da pesquisa. Ele fez uma crítica à maioria das pesquisas realizadas por pesquisadores, dizendo que percebe haver um acordo com interesses da universidade e não da comunidade. No entanto, defendeu a relevância da pesquisa para as comunidades indígenas e refletiu que a pesquisa deve ser bem feita e que devemos pensar para o que ela irá servir, e que não se deve pensar somente no título, mas elaborar um trabalho de boa qualidade que servirá como referência posterior, e que se deve perguntar o porquê de se pesquisar sobre tal tema. As pesquisas devem ser bem feitas, assim como as respostas dadas pelos entrevistados devem ser bem analisadas antes de serem incluídas como parte formal da pesquisa. Por fim, o mesmo agradeceu a oportunidade e encerrou a sua apresentação. Em seguida, a coordenadora da mesa deixou o debate aberto para questionamentos da plateia. Por último, Tônico Benites fez uma análise dizendo que, a partir da leitura de uma certa literatura, é possível, sim, discordarmos das ideias de certos autores que escreveram sobre tal etnia no passado, mas, para tanto, é necessário elaborar uma análise profunda que coloque em xeque o senso comum. Lindomar diz que a pesquisa é conflitante, angustiante e cita alguns estudiosos do povo Terena. Nem todo o material disponibilizado por estes autores serve para a pesquisa ou como aparato para ela. Edimar diz que as palavras difíceis em uma pesquisa são vistas como fator que pode dificultar o entendimento da mesma, e que isto tem de ser adequado à realidade da comunidade que está sendo pesquisada, os conhecimentos tradicionais devendo ser observados e respeitados. Desse modo, a mesa foi encerrada.

Em seguida, iniciou-se a Mesa 05: “O profissional indígena na construção de uma saúde indígena diferenciada”, composta pelo Dr. Zelick Trajber (DSEI/SESAI/MS), por Orinaldo Senna, acadêmico de Medicina (UFSCar) e coordenada pela enfermeira e pesquisadora da UFMS Zuleica Tiago, indígena da etnia Terena. A palavra foi dada para o Dr. Zelick, que iniciou sua fala abrangendo o tema da saúde indígena, focando nos problemas ocorridos no passado, especialmente a desnutrição infantil entre os índios da etnia Guarani, pois, na época, o SUS não satisfazia as necessidades da saúde indígena e eram poucos os profissionais indígenas. Nas aldeias, havia somente os Agentes de Saúde e auxiliares de enfermagem, que tinham um papel fundamental no diálogo com os indígenas, mas nada poderiam fazer se não tivessem educação e respeito com as comunidades. Ele contou que muitas vezes teve que dialogar com os rezadores tradicionais, mas analisou que o mais importante era fortalecer o conselho distrital de saúde indígena, diante da necessidade de capacitar os profissionais indígenas. Contou também que, posteriormente, a pauta da saúde passou para o Ministério da Saúde, para a FUNASA e por último para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), mas os problemas na saúde indígena não foram solucionados e começaram as solicitações para mudança de gestor da SESAI, pois os índios cobravam respostas quanto às suas reivindicações. Finalmente, no mês de julho, um indígena da etnia Kadiwéu foi nomeado gestor da SESAI. Este último ressaltou que o estado de Mato Grosso do Sul é muito grande e por isso a SESAI precisaria de mais recurso e de profissionais qualificados para atender à saúde indígena. Neste sentido, a decisão do conselho distrital indígena deve ser respeitada, e devemos ficar atentos aos recursos que podem fechar as portas aos profissionais indígenas. Afirmou, ainda, que a saúde indígena exige uma cumplicidade com a comunidade e, sendo assim, seria essencial um concurso diferenciado de saúde indígena. A palavra foi então passada para o



acadêmico indígena Orinaldo, do Acre, da etnia Kaxinawa, do curso de Medicina da UFSCar, que falou sobre o compromisso dos acadêmicos indígenas com a saúde e ressaltou que o concurso deve ser específico e diferenciado, os profissionais indígenas devendo ser aproveitados em suas próprias comunidades. Zuleica reforçou que a visão de um médico formado e de um acadêmico de Medicina é muito importante. Após as falas, a coordenadora da mesa abriu espaço para perguntas da plateia. Numa delas questionou-se se alguns programas para prevenir doenças poderiam ser trabalhados. O Dr. Zelick disse que a questão da prevenção é um dos fatores mais importantes e deve ser trabalhada de maneira constante, todos os profissionais devendo ter informações sobre as doenças existentes em cada região. Quanto à contratação de profissionais indígenas, o mesmo ressaltou que o movimento deve cobrar que sejam contratados aqueles que tenham formação na área de saúde, devendo lutar por um concurso diferenciado. A acadêmica da UnB Rayane, da etnia Pare, ressaltou que, por mérito do movimento indígena, já existe uma disciplina específica sobre a área de saúde indígena e também o PET Saúde Indígena, cobrando a participação dos acadêmicos indígenas nesse processo e sugerindo que as universidades reflitam sobre seus métodos de ensino. Tônico ressaltou que o movimento em prol da saúde deve ser articulado em nível nacional, o que refletirá uma maior força nesse segmento e garantirá que os profissionais indígenas ocupem seus espaços. O Dr. Zelick disse que devem ser contratados profissionais indígenas para atender às demandas nos hospitais e, se possível, trazer rezadores para o tratamento de doenças. Assim encerraram-se os trabalhos desse dia.

No dia 06, os trabalhos do II ENEI iniciaram-se pela manhã com um canto dos indígenas Xokleng do estado de Santa Catarina. Antes do início da primeira mesa, o prof. Umberto Euzébio, da Universidade de Brasília (UnB), pediu a palavra para manifestar sua preocupação em relação à manutenção dos programas de acesso e permanência

dos estudantes indígenas nas universidades, especialmente após a aprovação da Lei de Cotas de 2012, que tem alterado os programas anteriormente construídos e consolidados. Essa lei modifica alguns critérios e procedimentos já implantados por esses programas, o que tem prejudicado a situação dos estudantes indígenas nas universidades, como é o caso da UnB. O professor argumentou que a lei não deveria alterar esses programas, e, sim, complementá-los. Ele pediu um momento de reflexão sobre isso, pra que possamos articular e solicitar medidas ao MEC. Em seguida, estudantes da União dos Estudantes Indígenas de Tocantins (UNEIT), acadêmicos da UFT, dos povos Xerente, Krahô-Kanela e Karajá-Xambioa, apresentaram um vídeo dos povos indígenas de Goiás e Tocantins e depois fizeram falas e cantos em suas línguas. Houve também apresentações de cantos de estudantes Kaingang de Chapecó, da Universidade de Chapecó; de um estudante Xavante da UFMT; de uma estudante Ticuna, artista plástica do Amazonas; da estudante Marleide, de etnia Quixelô do Ceará, que também intercedeu pelos povos indígenas que vivem esquecidos nas favelas; uma apresentação de música e violão do estudante Pankararu Anderson, de Pernambuco, que estuda Música na Universidade Estadual de Feira de Santana na Bahia; do cantor Terena de Aquidauana e mais cantos entoados pelos estudantes Xokleng de Santa Catarina. Em seguida, deu-se início à Mesa 06: “Universidade Intercultural Indígena no Brasil”, composta pelos palestrantes Dr. Gersem José dos Santos Luciano Baniwa (UFAM), Sabine Sinigui (Universidade da Colômbia), Hernán Holger P. Payaguaje (Universidade Indígena do Equador), Dra. Rita Gomes do Nascimento Potiguara (SECADI/MEC) e Antonio Dari Ramos (FAIND/UFMG) e pelo coordenador Woie Kriri S. Patte (Laklãnô/Xokleng/UFSC). Woie iniciou a mesa agradecendo o convite para coordenar a mesa e a participação dos palestrantes e passou a palavra para Rita Potiguara. Rita disse que no Brasil há discussões a respeito de uma universidade indígena,

mas ainda não há propostas mais concretas, o tema ainda permanecendo em discussão. Ela contou que sua experiência com o tema se iniciou em 2011, quando conheceu outras experiências em parceria com a UNESCO. Atualmente, mais parcerias estão sendo formadas com pesquisadores e gestores de universidades e órgãos públicos para ampliar o debate sobre o tema. Ela compartilhou algumas reflexões que estão em construção, como o mapeamento de focos em que o tema tem sido discutido (não somente a questão do acesso de estudantes indígenas às universidades, mas também a inserção de conhecimentos indígenas nas universidades, de novas metodologias). Na região do Rio Negro/Amazonas, a FOIRN, juntamente com o ISA, tem discutido a formação de um Instituto de Conhecimentos Indígenas. Em 2003, um deputado apresentou um projeto de lei para a criação de uma universidade indígena em Mato Grosso; o projeto tramitou e foi aprovado em algumas instâncias, mas não ao final. Também em Mato Grosso, o governo propôs um projeto de criação de uma universidade ameríndia, porém a proposta não havia sido discutida em conjunto com o movimento indígena e por isso não vingou. Em 2009, o então ministro Cristóvão Buarque apresentou ao MEC uma proposta de universidade para os povos indígenas, que também não obteve êxito. No mesmo ano, foram também discutidas alterações no Estatuto do Índio. Algumas universidades também já têm avançado nessas discussões, como o Instituto Insikiram, em Roraima, e a Universidade da Fronteira Cone-Sul, além de outros cursos de licenciatura intercultural. Em 2013, com as discussões sobre os territórios etnoeducacionais no MEC, uma das ações implementadas foi a criação de um Grupo de Trabalho (GT) que discutisse a possibilidade de criação de uma instituição universitária indígena intercultural. O GT iniciou os trabalhos convidando representantes de instituições que contam com experiências diferenciadas de diálogos entre saberes e também instituições que começam a discutir esta questão. Em seguida,

contou com a participação da Funai e de representantes do movimento indígena. Uma das conclusões a que o grupo chegou é que, dada a diversidade indígena no Brasil, não é possível criar uma única proposta de universidade indígena, e que o apoio a experiências e acessos diversos ao Ensino Superior é mais interessante e importante para atender às demandas dos estudantes indígenas. No entanto, as discussões desse GT ainda caminham, e se de fato se chegar à ideia da criação de uma universidade indígena, algumas questões ainda precisam ser respondidas: como ela seria? Atenderia a todos os indígenas? Há professores indígenas em quantidade suficiente para assumi-la? Há profissionais indígenas para assumir sua gestão e gerência? De onde viria o financiamento? Em quais modelos nos basearíamos? Rita acredita que o mais importante para responder a essas questões e decidir ou não pela criação de uma universidade indígena é ouvir e contar mais com as opiniões e ideias do movimento indígena. Se a decisão for pela criação dessa universidade, também será muito necessário o apoio do movimento. Ela relatou que os reitores da Associação de Reitores não têm reagido favoravelmente ao que eles chamam de universidades temáticas e, a seu ver, também será grande a disputa com grupos que não apoiam as demandas indígenas. Também há discussões vinculadas a esse tema que tratam da criação de um sistema próprio de educação escolar indígena e de acompanhamento de indígenas no Ensino Superior. Espera-se que a discussão sobre esse sistema próprio seja ampliada e amadurecida na Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena que já foi convocada e terá sua etapa final em 2016. Ela conclamou à participação de todos os estudantes indígenas nas etapas da conferência, o que auxiliaria a consolidação desse debate. Em seguida, passou-se a palavra para o professor Hernán Payaguaje, do Equador, que disse esperar levar nossas experiências para seu país. Ele iniciou sua apresentação sobre a Universidad Intercultural Bilingue en Ecuador, relatando como se

deu a criação de uma educação bilíngue no país, afirmando que, naquele país, o movimento indígena é muito forte, o que possibilitou a criação de leis para os indígenas — no Equador, há 14 nacionalidades indígenas, constituídas em 14 povos. Em seguida, falou sobre a educação intercultural, específica para indígenas. Desde os anos 1990, eles possuem uma lei nacional que cria o sistema diferenciado de ensino nas escolas indígenas, permitindo que as crianças discutam nas escolas seus saberes específicos. Eles possuem também uma representação forte na política, com representantes indígenas nos âmbitos políticos, o que facilita a criação e a aprovação de leis dirigidas aos povos indígenas. Ele mencionou que o sistema específico de educação indígena tem seu próprio modelo, possibilitando o ensino tradicional, como os conhecimentos e saberes de seus avós, contando para tanto com professores indígenas. Ele reafirmou tratar-se de um modelo específico, diferente do modelo escolar dos não indígenas. Como já disse, para tanto foi necessária a formação de professores indígenas, que preparam o material didático e o conteúdo ensinado nas escolas. Ele disse também que os conhecimentos de fora, não tradicionais, científicos, também são trazidos às escolas. Ele contou que os estudantes preparam no Ensino Superior o material que será discutido nas escolas. Porém, no Ensino Superior não há uma lei específica para regulamentá-lo, então não há uma separação clara entre um sistema superior para estudantes indígenas e um sistema para não indígenas. O que há são universidades que discutem o tema. Em 1998, foi reconhecida a pluralidade étnica cultural no país, e as línguas indígenas foram oficializadas. Isto colocou a seguinte questão: o conhecimento acadêmico das nacionalidades e dos povos é um desafio para se enfrentar o sistema dominante? Ele disse que, nas universidades, os conhecimentos das nacionalidades indígenas não são considerados, e se perguntou, então: “O que será desses conhecimentos, uma vez que a universidade não está

preparada para compartilhá-los?” Há, então, uma preocupação com o futuro desses conhecimentos. Sua vinda ao evento teve como objetivo compartilhar essas preocupações e conhecer nossas experiências para auxiliá-los. Encerrando sua fala agradecendo o convite, passou a palavra para Gersem Baniwa, que agradeceu a participação no evento e disse que, após a fala de Rita Potiguara, irá relatar os debates que já estão sendo feitos sobre o tema. Ele lembrou que aqui mesmo em MS esse debate já vem sendo feito há algum tempo. Argumentou, então, que, para ele, na discussão sobre universidade indígena não importa qual será o seu nome, o importante é discutir possibilidades de novas metodologias, novas pedagogias, novos modelos. Ele afirmou que assim como foi aprovado pela constituição o direito a uma educação escolar indígena específica, os indígenas podendo escolher a escola como eles querem, então também deveria haver universidades próprias para eles, com pedagogias e modelos escolhidos por eles. Prosseguiu, defendendo que o mais importante é contar com pedagogias específicas, pedagogias indígenas, e destacou que algumas escolas têm sido apropriadas pelos indígenas, escolas antes comandadas por missionários ou outras instituições. Esta situação, segundo ele, não poderá ocorrer com as universidades, e aquelas já existentes não darão conta de modificar suas estruturas e pedagogias para atender às demandas indígenas pela inserção de saberes próprios. Por essa razão, lhe parece muito mais interessante a criação de universidades específicas com gestões e modelos indígenas, com pedagogias e objetivos específicos. Desse modo, universidades específicas possibilitariam melhores diálogos interculturais e intercientíficos, pois os conhecimentos indígenas devem ser tratados como ciências. Gersem também defende que as universidades convencionais não dariam conta de construir projetos para a melhoria de vida dos povos indígenas, assim como também, por se prenderem a conhecimentos técnicos, pouco avançariam numa formação política. Ele

destaca que não é porque defende uma universidade própria que é contra os programas voltados para os indígenas (específicos ou de acesso e permanência) já existentes nas universidades convencionais; ao contrário, apoia a iniciativa e reconhece sua importância. Ele ressalta a importância de pesquisas colaborativas, de mais participação de indígenas nas universidades, que são muito fechadas. Em seguida, enumera algumas questões problemáticas no contexto brasileiro: para se ter autonomia pedagógica, política e financeira nessa universidade própria, o que seria preciso? Quem a criará: o governo, alguma estrutura do Estado, ou o movimento indígena? Ele recorda que vivemos um momento muito difícil em relação ao Estado brasileiro, de pouquíssimo apoio às demandas indígenas. Além disso, será preciso contar com muito apoio e participação do movimento indígena, que pouco tem discutido sobre educação escolar indígena. Também é importantíssimo fortalecer, consolidar e assegurar as conquistas já existentes em relação às cotas, ações afirmativas e licenciaturas específicas; consolidar e ampliar cursos e estudos específicos, como o do Instituto Insikiran; apostar em outras iniciativas, como a da Universidade da Fronteira Cone-Sul, que está criando um campus específico, ou em iniciativas como a do instituto que está sendo pensado no Rio Negro; e conhecer melhor as experiências de outros países que podem nos auxiliar na construção de novas propostas. Ele encerra a sua fala agradecendo a participação. Passa-se, então, a palavra para Sabine Sinigui, da Universidade de Antioquia, na Colômbia. Ela fala sobre as línguas indígenas na Colômbia, que ainda são fortes. Menciona, em seguida, o programa de licenciatura em pedagogia específica indígena, nos questionando, inicialmente, sobre o significado da interculturalidade. A Universidade de Antioquia existe há mais de 200 anos, mas até o momento lá só se formaram cerca de 30 indígenas. Ela foi estudar Comunicação Social e começou a participar de uma pesquisa que envolvia não somente indígenas, mas outros

estudantes não indígenas. Nesta época, começou um diálogo com a universidade e a comunidade indígena e foi então que teve início a construção de um programa específico de licenciatura para que os estudantes pudessem ingressar na universidade. Nesse programa, discutiram-se modos de conhecimento específicos e necessidades específicas e foram criados grupos temáticos: gênero, relação e família; educação e cultura; saúde. Em seguida, Sabinee menciona a organização social do Departamento de Antioquia, que conta com seis zonas, 20 municípios e 48 comunidades indígenas, atendendo a todos eles. O programa conta com estrutura curricular e calendário específicos, e os encontros no campus universitário são regionais (12 dias a cada semestre) e sazonais (nas distintas regiões onde se concentram as populações indígenas — dez dias, duas vezes por semestre), mas há também encontros locais. Há momentos importantes de discussão sobre as investigações/pesquisas, para se entender melhor as necessidades dos povos com os quais trabalham e suas demandas. Também levam em conta as histórias pessoais de cada aluno, o que esperam de suas formações. Grande destaque é dado também à importância dos diferentes povos se conhecerem, trocarem conhecimentos entre si, pois possuem diferentes formas de pensar e conhecer o mundo. Há também uma solicitação permanente de que sábios e sábias indígenas participem do programa, que constitui uma conquista muito grande, pois ampliou consideravelmente o número de estudantes indígenas na universidade. Saninee afirma que esses estudantes são estimulados a conhecer outras experiências, e têm dialogado muito com outros países da América Latina. Ela não defende a construção de uma universidade específica para indígenas, porque afirma ser uma decisão política interculturalizar as universidades já existentes, compartilhar conhecimentos com não indígenas e ampliar a convivência entre indígenas e não indígenas. Ela relata também como se dão os processos de escuta, enfatizando que é muito



importante que se considerem os diferentes sentidos da pedagogia para percorrer o caminho do aprendizado, sendo eles: Sentido 01: como se faz pedagogia? Sentido 02: o que pensam da Madre Tierra, como vivem a Madre Tierra? Sentido 03: sobre o diálogo de conhecimentos, como vão aprendendo e como vão descolonizando o que aprendem? Sentido 04: como lidar com a colonização, como fazer uma reforma política? Por fim, agradece o convite para participar do evento. Por último, inicia-se a fala do prof. Antonio Dari, que centra sua fala na Faculdade Intercultural Indígena da UFGD, criada há dois anos e meio, após uma demanda dos professores Guarani Kaiowá por um curso de licenciatura intercultural. Ele afirma que a ideia de interculturalidade precisa ser novamente discutida, pois é muito utilizada, mas pouco se discute ou se consegue pôr em prática a partir do discurso. E também coloca algumas questões a se pensar sobre a ideia de universidade indígena: como ela seria estruturada? Como dar conta das especificidades indígenas? Acredita que todas as universidades deveriam ser ocupadas por indígenas, mas assim como disse Gersem, como nenhuma universidade no Brasil possui espaços de acolhimento para os estudantes indígenas, a ideia da criação de uma universidade indígena seria mais adequada, não para se excluir ou se separar dos não indígenas (como disse a profa. Sabine), mas para atender às suas demandas específicas. Ele afirma que o processo de descolonização das universidades é muito doloroso e difícil, por serem instituições que possuem um racismo epistemológico. Em sua opinião, há duas alternativas: ou continuar brigando por espaços nas universidades convencionais e correr o risco de cair na estratégia de branqueamento ali existente, ou pensar na proposta de criação de universidades próprias, mesmo com todas as dificuldades, que respeitassem os povos indígenas, uma universidade popular (no sentido de Paulo Freire) que pensasse na interculturalidade a partir de uma perspectiva indígena. Trata-se, portanto, de um projeto étnico e

político, que só faz sentido se constituir um espaço de resistência dos povos indígenas (assim como já ocorre com a licenciatura da FAIND). Este projeto demanda pensar em processos específicos, em logísticas específicas, em concursos específicos que garantam a alocação de professores indígenas nesses espaços. É preciso também pensar os territórios, o respeito às especificidades, pensar em como incluir saberes tradicionais em mecanismos para a titulação dos mestres indígenas, no protagonismo dos povos indígenas, em como dialogar com as demandas indígenas. Antonio acredita que a própria universidade irá problematizar suas dificuldades, seus desafios e, com o tempo, irá buscar os melhores caminhos. Ele conta que os estudantes da licenciatura Teko Arandu têm demandado a participação dos conselhos indígenas na universidade, o que tem sido bastante difícil. Por fim, seria preciso pensar como seriam os financiamentos para essa universidade, uma vez que nos cursos específicos já há grande dificuldade com o financiamento, dado que trabalham com a pedagogia da alternância. Antonio agradece a participação no evento e parabeniza os professores indígenas Guarani Kaiowá também presentes no evento. Abre-se a mesa para debate. A professora Teresa, da Universidade de Chapecó, informa sobre a criação do curso de licenciatura para indígenas Kaingang e sua composição. A primeira turma contou com 70 estudantes, que se formarão em breve, e na segunda também ingressaram 70 estudantes. O curso funciona aos finais de semana na aldeia, enfrentando algumas dificuldades como a criação do material didático, mas segue em frente, conquistando vitórias. Em seguida, fala Adriano Bororo, que diz que há tempos escuta a discussão sobre a criação de uma universidade indígena, mas se preocupa com a possibilidade de segregação. Questiona sobre a participação nos debates, pois se tanto se fala em protagonismo indígena, os estudantes indígenas deveriam participar mais efetivamente dessa discussão. Um estudante colombiano que estuda

na URGS de descendência Inca/ Quechua afirma a importância da união com os povos de fora do Brasil, de valorizar os conhecimentos de todos esses povos. O prof. Vagner Amaral conta sobre a experiência da UEL, do Ciclo Intercultural de Formação Acadêmica, no qual, no primeiro ano de ingresso, os estudantes indígenas participam de um curso modular e interdisciplinar, que reforça a formação acadêmica prévia. Ele também coloca uma pergunta à Rita: se as experiências já existentes de licenciaturas interculturais ou de ingressos específicos nas universidades não deveriam ser chamadas a participar mais do debate sobre o tema da criação da Universidade Indígena, e se não seria possível a criação de uma rede para uma troca mais eficaz de experiências e ampliação do debate? O estudante Chiquitá de Mato Grosso menciona o Programa de Inclusão Indígena de MT e questiona quem são as pessoas que estão levando a cabo essa discussão, uma vez que, na universidade, são questionados sobre a continuidade de seus programas e sobre novas propostas e, sendo assim, gostariam de participar mais do debate. Ele também se pergunta onde será o instituto, quem participará dele, se está sendo pensado para o acesso de todos os indígenas, inclusive os que moram distante das cidades, ou somente para os que já acessam as universidades? Rita responde aos questionamentos dizendo que a discussão ainda está em processo e ocorre em grupos específicos, e que ela será ampliada, mas nem todos os indígenas poderão participar porque assim é o processo. O mesmo ocorre com o instituto no Rio Negro, no qual nem todos os povos da região participam, até porque nem todos concordam com a iniciativa. Ela afirma que projetos como esse não serão concretizados com apenas uma canetada. E que todos devem participar, não só o MEC, mas as universidades, várias instituições do Estado e também os militantes do movimento indígena, os professores indígenas, tendo, no entanto, a clareza de que não será possível a participação de todos, dadas as nossas capacidades de

representação. Ela lembra momentos em que essa discussão já foi colocada, e que não puderam contar com a participação de todos, como no evento Presença Indígena na Universidade, promovido pelo Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo (CEstA/USP) e em outro evento promovido pela UFMG. Rita ressalta que propostas como essa de criação de universidades indígenas não serão feitas sem a participação efetiva de representantes de instituições universitárias e de representações indígenas. Encerram-se se, assim, as falas desta mesa.

No dia 06, no período da tarde, foram apresentadas as pesquisas dos estudantes que enviaram seus trabalhos para o evento. As apresentações foram divididas em seis Grupos de Trabalho, como enumerado a seguir:

#### **GT 01**

##### **Ciência da Terra, Sustentabilidade e Meio Ambiente**

COORDENAÇÃO: Leosmar Antonio (Terena) — Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB; Miguel Jordão (Terena) — Mestrado em Ciências Sociais, Agricultura e Sociedade/UFRRJ; Airton Gasparini (Kaingang) — Mestrado em Ensino de Ciências/UFMS; Alison Floriano Tiago (Terena) — Mestre em Entomologia e Conservação da Biodiversidade/UFMG; e Rogério Ferreira da Silva (Terena) — Pós-Doutor em Agronomia/UEMS.

#### **GT 02**

##### **Direito Indígena e Movimento Indígena**

COORDENAÇÃO: Luiz Henrique Eloy Amado (Terena) — Mestre em Desenvolvimento Local/UCDB; Eder Alcântara (Terena) — Mestre em História/UFMG; e Paulo Baltazar — Mestre em Ciências Sociais/PUC-SP.

**GT 03 I****Educação Indígena, Escola e Práticas Culturais**

COORDENAÇÃO: Lindomar Lili (Terena) — Mestrado em Ciências Sociais/PUC-SP; Elda Vasques (Guarani) — Mestrado em Educação/UCDB; Elinéia Luiz Paes Jordão (Terena) — Mestrado em Letras/UEMS; e Dalila Luiz (Terena) — Mestrado em Educação/UEMS.

**GT 03 II****Educação Indígena, Escola e Práticas Culturais**

COORDENAÇÃO: Gerson Pinto Alves (Terena) — Mestrado em Educação/UCDB; Maurício José do Santo Silva — Graduado em Educação Física e Antonio Carlos Seizer (Terena) — Doutorando em Educação/UCDB.

**GT 04****Educação Superior Indígena e Profissionalização**

COORDENAÇÃO: Simone Eloy Amado (Terena) — Mestranda em Antropologia/MN/UFRJ; Anari Braz Bonfim (Pataxó) — Mestre em Estudos Étnicos/UFBA; Teodora de Souza (Guarani) — Mestre em Educação/UCDB; e Tônico Benites (Kaiowá) — Doutor em Antropologia/MN/UFRJ.

**GT 05****Formação Acadêmica e Ciências da Saúde e Medicina Tradicional**

COORDENAÇÃO: Zuleica Tiago (Terena) — Mestranda em Saúde da Família/UFMS; Luciane Ouriques Ferreira — Doutora em Antropologia Social (Pós-Doutoranda ENSP/FIOCRUZ); Nilza Leite Antonio (Terena) — Mestre em Psicologia/UCDB; e Rui Arantes — Doutor em Saúde Pública/UFMS.

**GT 06****Tecnologias da Informação, Comunicação e a Demanda Indígena**

COORDENAÇÃO: Eliel Benites (Kaiowá) — Mestre em Educação/UCDB; Naine Terena de Jesus (Terena) — Doutora em Educação/PUC-SP; e Bruno Pacheco de Oliveira — LACED/Museu Nacional.

No dia 07, último dia do evento, o início dos trabalhos foi marcado por muitas apresentações de música e dança feitas pelos acadêmicos indígenas presentes. Após as apresentações, foi realizada uma Mesa de Encerramento composta pelo representante da comissão organizadora Woie Kriri S. Patte (Xokleng/UFSC); pela Profa. Clarice Cohn, da UFSCar; pelo coordenador do NEPPI/UCDB, Pe. George Lachnitz; e pela secretária da SECADI/MEC de Macaé, Maria Evaristo dos Santos. Todas as falas convergiram no sentido de agradecer e parabenizar a comissão organizadora pela realização do evento, reconhecer a importância e o sucesso do evento diante da qualidade dos debates e das reflexões nele realizados e, por fim, enfatizar a necessidade de se dar continuidade ao evento, com periodicidade anual, e de poder contar com o apoio das instituições parceiras para sua realização. A comissão organizadora mostrou-se muito honrada e grata pela presença do secretário de Macaé, Evaristo dos Santos, que em sua fala reconheceu e valorizou os povos indígenas e seus conhecimentos e saberes, enfatizando a importância da escolarização e da formação superior e profissional dos estudantes indígenas, para que possam contribuir com suas comunidades e com a luta pela garantia dos seus direitos pela constituição.

O evento encerrou-se às 11h do dia 07, com danças e músicas tradicionais de agradecimento e de proteção a todos os presentes.

## Questões importantes levantadas nas mesas

*Encaminhadas ao MEC em documento provisório elaborado ao final do evento*

Tal como destacado já na mesa de abertura, a questão da inserção de indígenas no Ensino Superior brasileiro já vem acumulando há quase uma década e meia experiências diversas e profundamente significativas. Assim, são notáveis os avanços neste sentido, tanto no que tange o número de estudantes indígenas beneficiados quanto no que diz respeito à diversidade de experiências locais bem sucedidas que esta inserção vem compreendendo. Como lembrou a mestre em Educação Teodora de Souza Guarani, o ENEI é uma prova disso, já que tem mobilizado centenas de acadêmicos indígenas de diversas partes do país dispostos a compartilhar suas vivências específicas na universidade. Em outras palavras, o ENEI veio para ficar e tem se mostrado um vigoroso evento acadêmico do Ensino Superior brasileiro de modo geral, além de uma agenda importante para o movimento indígena. Neste sentido, já é evidente a demanda pela consolidação financeira e institucional deste evento, que deve se traduzir na manutenção e na ampliação do apoio de parceiros públicos e de outras organizações interessadas neste debate.

Porém, apesar dos avanços, os desafios continuam. E eles são múltiplos e envolvem questões de acesso, permanência e atuação profissional. No evento anterior, os debates focaram os desafios ligados ao acesso e à permanência dos estudantes indígenas em seus cursos. Já no presente evento, o foco recaiu sobre questões relativas ao período posterior à formação e ao destino dos egressos da universidade. No entanto, como ressaltado em quase todas as mesas, as duas discussões são igualmente importantes e se complementam. Assim, ao se enfrentar uma, não se deve perder de vista a outra.

Como ressaltou o professor Umberto Euzébio, da UnB, na Mesa 1, “se o estudante não vive bem, não tem moradia, se não se alimenta e se não é bem acolhido, não tem bom rendimento no seu curso”.

Assim, é preciso continuar estimulando a construção e a ampliação de mecanismos que auxiliem o acadêmico indígena a ingressar nas universidades, como a reserva de vagas e a criação de vagas suplementares em cursos regulares, além da aplicação de exames de seleção específicos para povos indígenas. E já que apenas o acesso não é o suficiente, também é preciso fortalecer os mecanismos de permanência: acompanhamento pedagógico, criação de espaços de encontro específicos para estudantes indígenas, apoio na forma de moradia e manutenção financeira, sensibilização do corpo docente e dos funcionários para a questão indígena etc.

Na mesa de abertura, a doutora em Educação e representante da SECADI/MEC, Rita Potiguara, levantou uma questão importante relacionada à consolidação das políticas de acesso e permanência, afirmando que chegou o momento de passarmos dessa agenda de ações destacadas acima para uma política nacional efetiva. Ou seja, as políticas de inserção de indígenas na universidade precisam deixar de ter um caráter temporário para serem mais duradouras e estabelecidas de modo definitivo pelo poder público. Além disso, é preciso articulá-las nacionalmente, contando com o apoio de políticas do governo federal. Neste sentido, faz-se cada vez mais necessária a criação de espaços de discussões e intercâmbio das experiências étnico regionais já existentes, conforme destacado em comentário do professor Wagner Amaral, da UEL, na Mesa 6.

Um recente avanço em escala nacional foi a aprovação no ano de 2012 de um marco legal que instituiu a obrigatoriedade de as universidades federais possuírem cotas para negros, indígenas e estudantes de baixa renda. Contudo, como apontado pelo professor da UFAM Gersem Baniwa e por outros participantes, essa lei trouxe consigo um sério risco, que é o de alterar políticas locais bem-sucedidas, uma vez que em sua formulação não as levou em conta. Sendo assim, é preciso fazer com que cada esforço em nível nacional dialogue e considere as demandas e as experiências de cada povo e de cada programa afirmativo construídas ao longo dos últimos anos.



Outra política recente em nível nacional que recebeu destaque em algumas falas foi aquela da oferta de bolsas de permanência concedidas pelo MEC aos acadêmicos indígenas de instituições federais. Embora tenha constituído um avanço fundamental das reivindicações do movimento indígena, ela precisa ser fortalecida e ampliada, já que os estudantes de instituições de Ensino Superior estaduais e privadas não têm tido acesso à mesma.

A pós-graduação foi também uma questão de suma importância, transversal às discussões das mesas. Em primeiro lugar, ressaltou-se que a formação de indígenas não pode ser direcionada apenas ao mercado de trabalho: é necessário garantir que os acadêmicos tragam melhorias para suas comunidades. Isso implica a criação de mecanismos que garantam que determinados cargos sejam ocupados por profissionais indígenas já formados. Como destacou o procurador do Ministério Público Federal Emerson Kalif, na Mesa 3, seriam imensos os benefícios da atuação de indígenas formados em Direito que dedicassem sua carreira a lidar com questões relativas às demandas de demarcação de terras. O mesmo vale para as áreas de educação escolar básica bilíngue e diferenciada e de saúde específica, que constituem, em conjunto, direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Assim, discutir a formação de estudantes indígenas significa discutir como e onde estes profissionais irão atuar e em que medida essa atuação poderá gerar melhorias para o modo de vida de cada população.

Neste sentido, a experiência de formação universitária dos indígenas é, ao mesmo tempo, técnica e política. Ressaltou-se em diversos momentos que não basta apenas estudar, é preciso também atuar politicamente tendo em vista os projetos societários dos povos indígenas enquanto coletividades cultural e territorialmente diferenciadas. Como destacou o acadêmico da UnB Poran Potiguara, os estudantes precisam estar próximos do movimento indígena desde a sua graduação, para que depois disso possam transformar

seus conhecimentos em benefícios para a comunidade. Ao mesmo tempo, o movimento também necessita cada vez mais da qualificação que estes acadêmicos podem trazer para a luta pela garantia de seus direitos.

A importância de se estar próximo das lideranças da comunidade foi também ressaltada. Como explanou o professor Guarani-Kaiowá Elies Benites, o conhecimento universitário não pode ser uma imposição para as comunidades nem levar a uma desvalorização de lideranças locais e velhos conhecedores. É preciso atuar conjuntamente neste sentido, reconhecendo o valor dos modos de conhecimento tradicionais. Como disse o advogado Terena Luiz Eloy, não se pode concorrer com as lideranças, e sim ajudá-las, oferecendo suporte para o atendimento das demandas que elas trazem.

Os debates da Mesa 6 levantaram uma questão atual e central, aquela da possibilidade e da necessidade de criação de uma universidade indígena. Trata-se de uma demanda colocada pelo movimento indígena e por profissionais e acadêmicos indígenas. No entanto, ela ainda se encontra em momento inicial de discussão e de mapeamento de experiências (em nível nacional e internacional) que possam contribuir para a construção de propostas futuras. No momento, são ainda muitas questões que se colocam: como seria essa universidade? Ela atenderia a todos os indígenas? Há professores indígenas em quantidade suficiente para nela atuarem? Há profissionais indígenas para assumir sua gestão e gerência? De onde viria o financiamento? Em quais modelos se baseariam? Dentre essas questões, um ponto foi especialmente ressaltado na fala dos dois convidados indígenas representantes de instituições do Equador e da Colômbia: qualquer que seja o modelo proposto, ele deve levar em conta a multiplicidade de demandas e experiências de cada região e povo indígena. Assim, uma política em nível nacional tem que ser articulada com as políticas e os projetos já existentes.

## Encaminhamentos e demandas

### MESA 1

#### “Políticas Públicas para Educação Superior Indígena: Avanços e Desafios”

- Criação de uma rede composta de universidades para debater os diversos mecanismos e instâncias responsáveis para o acesso e a permanência dos estudantes indígenas, com a finalidade de aproximar os diversos programas de cada universidade, garantindo moradia, alimentação, bolsas, apoio pedagógico e espaços físicos de estudo de qualidade e específicos para atender a este público;
- Garantir que cada programa de ingresso de estudantes indígenas nas universidades públicas contemple estudantes indígenas residentes em cidades e centros urbanos, com a criação de um Grupo de Trabalho para o debate dos critérios e das modalidades deste ingresso, respeitando as organizações sociais do povo a qual se diz pertencer;
- Garantir uma vaga para representante indígena da graduação na Comissão Nacional da Educação Escolar Indígena no MEC;
- Criação de Grupo de Trabalho na Comissão Nacional da Educação Escolar Indígena no MEC para debater o acesso e a permanência dos estudantes indígenas na universidade, em nível de graduação e pós-graduação;
- Criação de cursos específicos nas áreas de saúde, educação e gestão territorial e ambiental para estudantes indígenas (com temáticas indígenas), ampliando as ofertas já existentes em cursos regulares e licenciaturas interculturais;

- Criação de espaços (fóruns, PETs, projetos de extensão) e disciplinas sobre temáticas indígenas ministradas pelos próprios estudantes indígenas e por docentes nas universidades, visando informar e esclarecer melhor os estudantes e docentes do Ensino Superior a respeito de assuntos referentes aos povos indígenas;
- Fomentar o debate para a criação e o fortalecimento de programas de inclusão de estudantes indígenas nas universidades estaduais e particulares, tomando como modelo as experiências das universidades federais, a fim de implementar programas parecidos, ou melhorados, nas universidades estaduais e vice-versa, e garantir o apoio dos estudantes indígenas do Ensino Superior e das experiências das universidades federais para a criação de programas também nas universidades estaduais;
- Ampliação dos programas de ações afirmativas e de ingresso de estudantes indígenas na pós-graduação;
- Formação específica de docentes e gestores, conforme prevê a Lei nº 11.645/2008, para debater as temáticas indígenas e acolher os estudantes indígenas nas universidades;
- Debater a política dos programas de ações afirmativas nas universidades no que se refere ao oferecimento de cursos de licenciatura intercultural e cursos regulares como aqueles oferecidos em algumas universidades federais (ex.: UFSCar), de modo que se assegure o direito ao acesso a qualquer curso de nível superior;
- Garantir que os estudantes participem de projetos de pesquisa e recebam financiamento de pesquisas como PET, Rede de Saberes, PIBEX, PIBIC, PROIC e outros;

- Criação de espaços de encontro e de apoio aos estudos para estudantes indígenas em cada universidade;
- Apoio ao estágio para estudantes indígenas;
- Garantir mecanismos de retorno dos estudantes indígenas às suas comunidades de origem em cada intervalo letivo (férias), para que seu vínculo permaneça e para que sua formação possa ser compartilhada e debatida pela e com a comunidade, que, assim, poderá participar ativamente deste processo;
- Garantir a proteção dos estudantes indígenas para que não se tornem objeto de estudo no interior da própria IES em que ingressaram, a não ser com seu consentimento;
- Garantir orientação pedagógica e acompanhamento específico para estudantes indígenas, oferecidos pelas instituições de ensino, buscando garantir sua permanência e a conclusão de seus cursos no Ensino Superior;
- Garantir auxílio pecuniário para universitários indígenas de faculdades privadas;
- Garantir apoio (do MEC e de outros órgãos e instituições) para a realização anual do Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI), assim como para a realização de 5 (cinco) encontros prévios regionais, nas cinco regiões do país, com a participação de ao menos 2 (dois) estudantes indígenas representantes de cada estado para compor a Comissão Nacional de Organização do ENEI, que trabalhará na construção do tema, na definição dos palestrantes e na estrutura geral do evento;
- Por fim, garantir também o apoio para a realização de um encontro de avaliação após cada evento nacional.

**MESA 2****“Diálogo dos novos desafios da pós-graduação”**

- Fortalecer o diálogo entre a universidade e os conhecimentos tradicionais, por meio do movimento indígena, dos professores indígenas e das lideranças indígenas;
- Reforçar o papel do acadêmico indígena para sua comunidade indígena, enquanto um elemento “catalizador” entre as duas culturas (ocidental/acadêmica e tradicional);
- Criar ou ampliar nas universidades um ambiente político, pedagógico e metodológico que garanta as especificidades indígenas, assim como uma metodologia adequada às reais necessidades dos acadêmicos indígenas, com novos métodos de ensino e currículos que respeitem e valorizem a cultura de cada povo indígena;
- Ampliar as oportunidades de trabalho nas comunidades para os acadêmicos indígenas egressos das universidades;
- Criar novos mercados de trabalho para os acadêmicos indígenas egressos das universidades;
- Reforçar a importância do papel político dos acadêmicos indígenas nas universidades, em consonância com o movimento indígena;
- Reforçar a importância do posicionamento e da participação efetiva dos acadêmicos indígenas nos processos de retomadas de terras tradicionais.
- Inserir a categoria “indígena” na Lei de Cotas, para que haja reserva de vagas específicas aos indígenas em concursos para vagas no Executivo Federal.

**MESA 3****“O estudante indígena e a luta pelo território tradicional”**

- Manutenção da união dos povos indígenas para lutar contra as novas medidas institucionais que afetam diretamente os seus direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988;
- Reforçar a luta contra a implantação de mineração em áreas indígenas e de grandes empreendimentos que tenham impactos sociais e ambientais para os povos indígenas;
- Fortalecer a Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas;
- Ampliar a participação de indígenas, como profissionais reconhecidos, nos Grupos de Trabalho para delimitação de terras indígenas e para estudos de impacto ambiental;
- Fortalecer a luta política contra a deputada Kátia Abreu, anti-indígena nº 1 na Câmara dos Deputados, pois suas propostas afetam diretamente os direitos garantidos por lei aos povos indígenas;
- Garantir a participação dos estudantes indígenas na I Conferência dos Povos Indígenas no ano de 2015;
- Garantir a presença de representação política em nível municipal e estadual, para representar o povo indígena junto às organizações que existem, de acordo com a decisão tomada por cada povo indígena;
- Fomentar o debate sobre a criação de um Parlamento Indígena no Brasil;
- Promover a divulgação das causas indígenas para conquistar mais adeptos às questões referentes aos direitos indígenas e suas violações.

**MESA 4****“O pesquisador indígena e sua comunidade”**

- Elaborar modos de consulta e autorização das pesquisas realizadas por pesquisadores indígenas em suas comunidades, respeitando os modos como as comunidades se organizam e a circulação dos conhecimentos, consultando-se quais conhecimentos tradicionais podem ser divulgados na academia e, em geral, fora da comunidade;
- Criar critérios diferenciados para os pesquisadores indígenas que necessitem enviar seus projetos de pesquisa para aprovação ao Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos;
- Garantir que as universidades entendam e respeitem que nem todo conhecimento indígena pode ter ampla divulgação e difusão;
- Ampliar a criação de programas específicos de pesquisa e extensão para os acadêmicos indígenas;
- Pautar uma discussão acerca da Portaria nº 177/2006 da Funai;
- Garantir que as universidades apoiem pesquisas e projetos de extensão dos estudantes indígenas, a fim de incentivar e promover a inserção dos acadêmicos indígenas na comunidade científica dos pesquisadores brasileiros;
- Criar programas de intercâmbio no MEC que contemplem os estudantes indígenas.



**MESA 5****“O profissional indígena na construção de uma saúde indígena diferenciada”**

- Incluir “conhecimentos indígenas na área da saúde” entre as disciplinas obrigatórias e em outros cursos ministrados por professores indígenas e/ou não indígenas que tenham experiência e conhecimento desta área;
- Ampliar a contratação de antropólogos, especialmente nas SESAIs, para tratar da relação do profissional de saúde com o indígena;
- Participar e elaborar um Planejamento Estratégico para o Controle Social da Saúde Indígena;
- Realizar o I Encontro dos Estudantes e dos Profissionais Indígenas de Saúde para discutir as políticas de saúde indígena;
- Reconhecer e respeitar a contribuição dos pajés na formação acadêmica dos estudantes indígenas na área de saúde, permitindo a troca de saberes;
- Garantir que as universidades ofereçam mais autonomia aos estudantes indígenas em formação na área de saúde;
- Discutir uma política que garanta a atuação e a valorização do profissional indígena após sua formação;
- Proporcionar cursos de capacitação aos profissionais de saúde indígena de diversas áreas, como parteiras, agentes comunitários de saúde, conselheiros de saúde etc.;
- Melhorar e reformular as ações de saúde que estão sendo oferecidas nas aldeias indígenas para que respeitem as práticas terapêuticas tradicionais;

- Criar mecanismos para valorizar os profissionais de saúde que atuam nas aldeias e comunidades indígenas, de forma a reduzir a rotatividade dos mesmos e garantir um melhor atendimento aos povos indígenas;
- Garantir que o estudante indígena possa realizar estágios em suas aldeias e nas equipes multidisciplinares das secretarias de Saúde Indígena;
- Incentivar que instituições do sistema de saúde recebam estudantes indígenas para realizar estágios, capacitando-as para tal;
- Reconhecer e fortalecer a medicina tradicional nas Casas de Saúde Indígena e nas instituições de maior complexidade, respeitando a especificidade de cada povo e garantindo a qualidade do atendimento oferecido;
- Proporcionar uma aproximação entre os estudantes indígenas e não indígenas de saúde e as aldeias e comunidades indígenas, de forma que estejam preparados para atuar de forma diferenciada, respeitando os conhecimentos e as práticas tradicionais;
- Fomentar a criação de equipes de acolhida, com a participação de estudantes indígenas, para os pacientes indígenas nos hospitais de referência do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;
- Criar fóruns e espaços para discussão específica sobre saúde mental indígena, possibilitando a troca de informações entre estudantes, profissionais e lideranças indígenas;
- Que os Hospitais Universitários (HU) garantam total assistência aos respectivos estudantes indígenas, sobretudo àqueles que estão em outros estados ou longe de suas aldeias e que não podem usufruir da assistência de saúde oferecida pela Secretaria de Saúde Indígena.

**MESA 6****“Universidade Intercultural Indígena no Brasil”**

- Garantir que mestres e doutores indígenas tenham prioridade para dar aula na Universidade Indígena;
- Garantir a participação dos representantes indígenas nas discussões da Universidade Indígena;
- Fortalecer, consolidar e assegurar as conquistas já existentes em relação às cotas, ações afirmativas e licenciaturas específicas;
- Consolidar e ampliar cursos e institutos específicos, como o Instituto Insikiram;
- Apostar em outras iniciativas, como a da Universidade da Fronteira Cone-Sul, que está criando um campus específico, e como o instituto que está sendo pensado no Rio Negro;
- Conhecer melhor as experiências de outros países que possam nos auxiliar na construção de novas propostas de universidades específicas;
- Discutir propostas de universidades específicas que levem em conta a possibilidade de se conquistar autonomia pedagógica, política e financeira;
- Ampliar a participação e o apoio do movimento indígena nas discussões sobre educação escolar indígena e a criação de universidades específicas;
- Aproveitar a discussão sobre a criação de universidades específicas para ampliar as discussões sobre possibilidades de novas metodologias, novas pedagogias, novos modelos de aprendizagem.

## Representantes indígenas que auxiliaram na organização do III ENEI/SC

Poran Potiguara | UNB

Woia Patté | XOKLENG | UFSC

Bruno Potiguara | UFPB

Ronildo Jorde | TERENA | UFGD

Adroaldo | UNOCHAPECÓ

Juari Braz | PATAXÓ | UFBA

Soilo Urupe Chue | CHIQUITANO | UFMT

Monaliza Nayara Ribeiro | WAPICHANA | UFRR

Wagner Kraho Kanela | KRAHO KANELA | UFT

Celia Xacriaba | UFMG

Iannuzy Tapajós | UFOPA

Simone Eloy Amado | TERENA | UFRJ

Tatiane Martins | GUARANI KAIOWÁ | UEMS

Nyg Kuitá Kaingang | UEM

Alana Manchineri | UFAC

Valmir Terena | UFSCAR

Adenilson Poró | UFPA

## Representantes indígenas que farão a entrega do documento final do II ENEI à SECADI/MEC

**REGIÃO SUL** | SANTA CATARINA | UFSC

**Woie Kriri Sobrinho Patto**

CPF: 061.246.329-00

RG: 4118571

**REGIÃO CENTRO-OESTE** | MATO GROSSO DO SUL | UEMS

**Tatiane Martins Gomes**

CPF: 012.993.561-17

RG: 001.554.150 SSP/MS

**REGIÃO NORDESTE** | PARÁ | UFOPA

**Ademilson Alves de Sousa**

CPF: 538.477.172-00

RG: 6485024

CEL: (93) 9219-9362

**REGIÃO SUDESTE** | SÃO CARLOS, SÃO PAULO | UFSCAR

**Valmir Samuel Farias**

CPF: 018.250.241-46

RG: 001.634.314 SSP/MS

CEL: (16) 99721-9867.

E-MAIL: kimvalmir@hotmail.com

**REGIÃO NORTE** | TOCANTINS | UFT

**Wagner Kraho Kanela Kraho Kanela**

**ADICIONAL** | UNB

**Poran Potiguara**

Sem necessidade de aquisição de passagem

CEL: (62) 8249-7585

E-MAIL: [poranpotiguara@gmail.com](mailto:poranpotiguara@gmail.com)

## Encaminhamentos para a realização do III ENEI

No penúltimo dia do evento, após o encerramento da Mostra de Arte Nativa, foram apresentadas as propostas das universidades que desejavam sediar o III ENEI (Encontro Nacional de Estudantes Indígenas). UFSC, UFMT e UFT manifestaram o desejo em sediar o III ENEI no ano seguinte. Após o debate, foi decidido por votação do público presente no II ENEI que o III Encontro será organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e também já foi definido que o IV Encontro ocorrerá na Universidade Federal de Tocantins (UFT).

Para dar sequência às discussões do encontro e ao movimento estudantil que começa a se estruturar, seguimos com o objetivo de que o encontro seja realizado a cada ano em uma universidade diferente e que a SECADI/MEC disponha de recursos para a organização do encontro e para a continuação dos debates.

Sugere-se, ainda, que a UFSM disponibilize o recurso que sobrou do II ENEI/MS para que façamos uma reunião de avaliação, incluindo na mesma os representantes das universidades, alguns relatores de Grupo de Trabalho e alguns palestrantes. Como acordado com os representantes presentes no II ENEI/MS, a data da avaliação do encontro seria de 29 a 31 de outubro de 2014. Nessa reunião, pretende-se fazer uma avaliação geral do evento e revisar os relatórios final e de transição do III ENEI para que todos os representantes estudantis indígenas possam ajudar na construção do III ENEI/UFSC, além de delimitar os temas do encontro e os palestrantes convidados com ampla representatividade étnica, regional e de universidades.

